UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

PETROQUÍMICOS E A GREVE GERAL DE 1985

IAMARA ANDRADE SAMPAIO

RESUMO

"Petroquímicos e a Greve Geral de 1985" analisa o significado da experiência vivida pelos trabalhadores na greve geral de 1985 realizada em um importante espaço socioeconômico da Bahia: o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEQ). As múltiplas e complexas faces dessa experiência enquanto um espaço de construção de identidade, da vida e da própria história são pesquisadas através das fontes impressas coletadas no Sindiquímica, do periódico À Tarde, das fontes orais fornecidas pelos depoimentos dos petroquímicos e no diálogo com diversas obras relevantes ao tema da dissertação.

A hipótese principal deste trabalho é que a greve de 1985 foi uma experiência de classe de onde emergiu significados que se converteram para os trabalhadores químicos e petroquímicos em elementos de identidade que deram sentido a sua existência enquanto uma coletividade.

ABSTRACT

"Petrochemicals and the 1985 General Strike" analyses the meaning of the experience lived by workers at the general strike that happened in 1985. It occurred in an important socioeconomic space of the state of Bahia: O Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEQ). The complexity and multiples faces of its experience as a space of identity construction, besides their own lives and story are established through examination collected at A Tarde newspaper, Sindiquímica papers, oral petrochemicals deposition and dialogues with various majors works related with the dissertation theme.

The principal hypotheses of this article is that the strike of 1985 became a space of workers class experience, witch allowed the chemicals e petrochemicals workers provide identities elements that gave to themselves as group, a collectively meaning.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....5

CAPÍTULO 1 – Um Breve Histórico do Pólo Petroquímico.....15

1.1. A Petroquímica no Mundo.....17

1.2. A Petroquímica no Brasil.....21

1.3. A Petroquímica na Bahia.....26
1.3.1. Os anos 50 e 60: rumo à industrialização.....26
1.3.2. Os anos 70: a construção do Complexo Petroquímico do Nordeste (COPEC).....33
1.3.3. Os anos 80.....45
1.3.3.1. O Cenário Econômico Brasileiro.....45
1.3.3.2. A Região Metropolitana de Salvador (RMS).....46

CAPÍTULO 2 – O Trabalhador Petroquímico.....49

2.1.Uma Breve Apresentação do Sistema Petroquímico.....51

2.2. O Petroquímico.....53
2.2.1. O Emprego no Pólo Petroquímico.....53
2.2.2. A Formação Educacional e a Seleção dos Petroquímicos.....55
2.2.3. Gênero no Emprego Petroquímico.....57
2.2.4. Raça no Emprego Petroquímico.....59
2.2.5. A Faixa Etária dos Petroquímicos.....60
2.2.6. A Origem Espacial dos Petroquímicos.....62

2.3. O Petroquímico no Mundo do Trabalho.....64
2.3.1. O Tipo de Trabalho.....65
2.3.2. O Sistema de Turno.....67
2.3.3. A Vida Social.....71
2.3.4. A Jornada de Trabalho.....73
2.3.4.1. A Alimentação e o 'Descanso'.....73
2.3.4.2. A Segurança no Trabalho.....73
2.3.4.3. O Meio Ambiente e a Saúde.....75
2.3.4.4. As Relações Hierárquicas.....79

CAPÍTULO 3 – A Greve Geral de 1985.....84

3.1. O Prelúdio Grevista.....85
3.1.1. Um Breve Histórico dos Antecedentes Sindicais da Greve.....87
3.1.2. O Sindicato.....91
3.1.3. A Classe.....95
3.1.4. O Salário.....99

3.2. A Greve.....102
3.2.1. O Primeiro Ato: Campanha Salarial e Negociação.....103
3.2.2. O Segundo Ato: a Ocupação das Fábricas.....110
3.2.3. O Terceiro Ato: A Concentração No "Novo Mundo"* e o Julgamento da Lei...117
3.2.4. O Ato Final: as Cartas de Demissões e o Retorno ao Trabalho.....124

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....129

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....134

FONTES.....139

INTRODUÇÃO

Antonio Sérgio Guimarães ao analisar a greve de 1985 afirma que o fracasso das negociações coletivas nessa campanha salarial se deu em função da deterioração das relações entre trabalhadores e a gerência, com a constante recusa do patronato em aceitar o diálogo com o Sindiquímica, gerando uma crescente insatisfação entre os trabalhadores na medida em que as reivindicações eram repetidamente reprimidas. Assim, a greve de 1985 foi o estopim de um clima de animosidade e revolta cuja demanda principal era o reconhecimento da representação operária como interlocutor legítimo. Guimarães ressalta que o possível fracasso nas negociações foi percebido pelos trabalhadores como uma humilhação imposta pelos patrões e não um resultado de erros eventualmente cometidos pelo sindicato.

Em seu livro, Guimarães, afirma, ainda, que "a greve significou uma demonstração de força do movimento operário que forçou, nos anos seguintes, a mudança do padrão existente de gestão do trabalho no Pólo, iniciando um período de confronto aberto entre sindicalistas e gerentes"[1] e foi fundamental para pautar a questão da cidadania operária nas fábricas e deteriorar as relações de subordinação e de hierarquia existentes até então.

Esses estudos sociológicos bem sustentados empiricamente indicam a necessidade do aprofundamento da compreensão dos sujeitos participantes do processo da greve, seja em função dos limites do próprio objetivo do texto, ou de outros, como até mesmo a proximidade temporal do projeto.

Nadya Castro afirma que o movimento operário baiano[2] teria ressurgido nos anos oitenta tendo como um dos eixos de sua mobilização os trabalhadores petroquímicos, no momento em que o novo empresariado passou a estabelecer relações fabris conflituosas com os trabalhadores ao negar benefícios sociais. Para Castro havia uma conjuntura de dissolução do autoritarismo no

---

[1] GUIMARÃES, Antônio S.A. *Um sonho de classe.* São Paulo, Editora Hucitec, 1998, p. 184.

[2] A respeito ver CASTRO, Nadya. *O Movimento operário baiano nos anos oitenta: retomando alguns elos na dinâmica do mercado regional de trabalho e da conformação das classes sociais na Bahia.* Salvador, Centro de Recursos Humanos - Universidade Federal da Bahia, 1989.

regime político do país, de estímulo das reivindicações populares, de degelamento do peleguismo local e das direções sindicais pouco combativas, fatores que teriam estimulado o movimento sindical em uma direção ascensional. Entretanto, a autora ressalta que a recessão econômica teria colocado a luta sindical em posições defensivas no sentido de garantir o poder de compra, o emprego, etc.

A partir do trabalho sociológico de Castro precisamos problematizar a relação entre as ações coletivas noticiadas e a conjuntura política do país, como as constantes mobilizações dos trabalhadores modificaram, ou desestabilizaram uma situação histórica de transição política alterando os rumos da sua própria organização coletiva.

Ademais, precisamos problematizar o significado das posições ditas defensivas na luta sindical, já que os diversos riscos (desemprego, derrotas econômicas e políticas, etc.) que os trabalhadores se envolvem numa greve podem caracterizar um outro tipo de posição política.

João Lopes pontuou que os petroquímicos utilizaram eixos diferentes para suas ações ao longo das campanhas salariais[3] realizadas entre os anos de 1979 e 1985, sendo que prevaleceram as reivindicações econômicas, exceto em 1979. Essas ações diferenciadas dos petroquímicos estariam associadas a uma suposta ausência de unidade setorial do capital nas estratégias de dominação, apesar do patronato estar sempre buscando manipular os valores reivindicativos. Nessa linha, os graus de mobilização e politização estariam variando entre as fábricas até a campanha salarial de 1985.

O trabalho de Lopes contribui com uma análise sobre o significado das reivindicações prioritárias da greve de 1985 de onde inferiu ter havido uma perda de chance de fazer um enfrentamento político e econômico com a reivindicação política da jornada de seis horas para os trabalhadores de turno ao priorizar o aumento dos adicionais para 88,5% que não provocava um avanço qualitativo na luta dos trabalhadores por ser apenas uma melhoria salarial. Dessas deduções

[3] A respeito ver *As campanhas salariais e a mobilização dos trabalhadores químicos e petroquímicos da Bahia*. Salvador, Centro de Recursos Humanos - Universidade Federal da Bahia, 1987.

precisamos problematizar o fato de que as reivindicações econômicas poderiam significar para os trabalhadores uma forma de enfrentamento político.

Solange Bastos analisa as relações de trabalho e a estrutura organizativa da classe trabalhadora da empresa C[4] a partir de informações colhidas no Grave. Na campanha salarial de 1985 é apontada a grande participação do pessoal de turno e razoável a do pessoal administrativo, esclarecimentos do sindicato sobre boatos disseminados pelos patrões de possíveis acordos realizados e das tentativas do patronato de camuflar as reais condições de trabalho e vida dos trabalhadores petroquímicos tentando passar uma imagem de total segurança industrial.

Essa pesquisa explora um importante veículo de comunicação do Sindiquímica, podendo com isso fazer uma leitura das mensagens emitidas pela organização sindical. Contudo, precisamos identificá-las com os sujeitos que as emitem, para que os dados possam oferecer indicações mais ricas.

Em um estudo sobre A explosão das greves na década de 80, Eduardo Noronha aponta para algumas motivações dessas greves, como demandas trabalhistas, descontentamento social ou político, demandas reprimidas e a consolidação de novas lideranças sindicais. Uma hipótese desse estudo é que "a greve não foi o único canal de manifestações desses segmentos (os chamados 'movimentos sociais' e as campanhas das diretas são outros exemplos), mas foi certamente a forma mais duradoura, crescente e talvez eficaz de expressão de descontentamento social e político – além, é claro, do próprio processo eleitoral"[5]. Entretanto, ao comparar o volume de greves nesse período entre a Espanha e o Brasil o autor afirma que as diferenças na evolução dos níveis de conflito revela que o crescimento do número de greves não pode ser considerado uma conseqüência natural do processo de democratização, principalmente por conta de um crescimento contínuo das greves após 1985. Essa perspectiva contribui para problematizarmos o imbricamento entre as greves dessa década e as mudanças institucionais na política brasileira.

---

[4] A respeito ver BASTOS, Solange. *A empresa C sob a ótica do Grave*. Salvador, Centro de Recursos Humanos - Universidade Federal da Bahia, 1989.

[5] NORONHA, Eduardo. *A explosão das greves na década de 80*. In: BOITO, Armando Jr. (org). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 97.

Para Jorge Nóvoa a construção do chamado novo sindicalismo[6] brasileiro está relacionada com a crise do sindicalismo tradicional e a nível regional com a exigência das novas condições de trabalho estabelecidas pela consolidação do COPEC. Nessa perspectiva os petroquímicos eram uma categoria estratégica por estarem localizados em um setor de ponta da economia baiana que envolve um importante volume de capital, direta e indiretamente, concentra um grande número de trabalhadores e possui periculosidade nas matérias produzidas. Essa grandeza social-produtiva dos petroquímicos teria se constituído em importância político-sindical provocando o desenvolvimento de um dos maiores sindicatos do norte-nordeste que teria um papel fundamental no avanço da formação de classe dos trabalhadores baianos.

Todavia, o autor ressalta a necessidade de relativizar o processo de afirmação do novo sindicalismo classista, pois cada tendência política dá um significado próprio ao termo 'classista' e no período em que o estudo foi realizado a nova prática não havia se apossado nem criado raízes na classe e no caso do Sindiquímica foi um resultado das dificuldades das diretorias em encontrar lideranças intermediárias suficientes para penetrar suas propostas nas fábricas. Essas observações demonstram a necessidade de considerar a ação política para além da circunscrição da institucionalidade sindical, incluindo um estudo do universo dos sujeitos de uma atuação coletiva.

Em um dos trabalhos mais recentes sobre a greve de 1985 Cristóvão Galvão[7] relata os acontecimentos no espaço político das lutas sindicais e no transcorrer da greve, onde a emergência do sindicalismo classista no Sindiquímica teria provocado o movimento grevista que, por sua vez, significou um alto grau de politização dos trabalhadores petroquímicos, atingindo seu ápice notadamente através da campanha de readmissão dos demitidos e em termo organizacionais, o movimento petroquímico chegou à maturidade. Essa forma de apreensão requer uma interpretação mais aprofundada dos fatos descritos, uma ampliação das dimensões estudadas, pois se restringe à

---

[6] A respeito ver NOVÓA, Jorge. *O sindicalismo brasileiro em perspectiva histórica: hipótese para o estudo do 'novo sindicalismo' na Bahia.* Salvador, Centro de Recursos Humanos – Universidade Federal da Bahia, 1988.

[7] A respeito ver GALVÃO, Cristóvão. *Novas tendências e concepções sobre o sindicalismo no Brasil: o caso dos petroquímicos na Bahia – greve de 1985.* Salvador, UCSal, 1996 (Monografia de Graduação – Departamento de História.

disputa política no âmbito da diretoria do sindicato e à narrativa dos fatos da greve. Isto pode não dar conta da multiplicidade dos significados elaborados a partir da experiência da greve pelo conjunto dos seus agentes.

Maria Alba Carvalho contribui para avançarmos no estudo dos temas relacionados aos movimentos sociais em Salvador nos anos 80 ao traçar uma relação entre a exclusão dos setores populares do exercício da cidadania e os conflitos políticos que ocorreram em Salvador nesse período. A autora indica que os sujeitos tendem a forjar uma identidade coletiva própria, balizada na ação política que toma forma a partir das organizações populares. Essas lutas estariam vinculadas aos chamados tempos de normalidade e aos tempos de rebelião. No primeiro há uma predominância de novas formas de participação em busca da autonomia e da independência, características dos chamados novos movimentos sociais. Já no segundo ocorre uma grande explosão popular tendo como partida o aumento da tarifa do transporte coletivo que detonou uma ação coletiva violenta, uma ação direta marcada por uma adesão impetuosa e solidária que ficou conhecida como o quebra-quebra de ônibus que ocorreu entre os dias 20 de agosto e 3 de setembro de 1981. Carvalho oferece uma possibilidade para compreendermos a dinâmica social daquela temporalidade histórica no espaço urbano de Salvador, ampliando o universo de abordagem do nosso tema.

Para uma reflexão da historiografia dos estudos sobre os movimentos sociais urbanos nos anos 70 e 80 temos uma importante contribuição de Maria da Glória Gohn com um balanço bibliográfico da literatura brasileira dos últimos vinte anos acerca do tema. Após apresentar as divisões paradigmáticas nas análises dos anos 70, 80 e 90, Gohn observa que um dos mais importantes desafios no futuro imediato para a construção de explicações teóricas dos movimentos sociais latino-americanos está no como construir categorias de análises que sejam resultantes da reflexão da nossa própria realidade, pois a "forma de viver e representar o vivido tem características locais, regionais e nacionais peculiares"[8].

[8] GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.* São Paulo, Edições Loyola, 2000, p. 294.

Destacamos alguns trabalhos que possuem contribuição relevante por tratar de dimensões do tema em questão e percebemos que apesar de existir inovações, principalmente no que se refere a transformação do tema em objeto de pesquisa, ainda persiste certas carências de inovações metodológicas, seja em relação à ampliação das fontes, das dimensões abertas no estudo, das demarcações das peculiaridades históricas locais, no plano político, econômico, social e cultural no sentido de demonstrar as diferenças significativa que nos indique as múltiplas e complexas faces de uma experiência enquanto um espaço de construção de identidade, da vida e da própria história.

Essas foram algumas preocupações que destacamos inicialmente para que fossemos capazes de realizar uma (re) leitura da greve dos petroquímicos de 1985, evidenciando um mundo de sentidos, tensões, falas, ações, identidades, realizações, onde os sujeitos se fizeram enquanto tais produzindo esse universo de significações.

A proposta metodológica para a investigação histórica dos sujeitos construtores da experiência da greve geral (1985) perpassou pelo uso das fontes orais de modo que pudéssemos usufruir suas variadas possibilidades de enriquecimento da interpretação desse fenômeno social na busca pela restituição dessa experiência vivida pelos trabalhadores "a um lugar da história que eles contribuíram para fazer"[9].

Nesse processo de investigação as fontes orais são utilizadas como uma fonte documental a mais, "porque não nos parece procedente falar em História Oral, mas preferimos insistir na idéia de que o importante é utilizar fontes orais para fazer história"[10].

Dentre as peculiaridades das fontes orais, encontramos o seu sentido humano que Alcàzar i Garrido ressalta da análise de Paul Thompson sobre essas fontes documentais em relação ao que elas proporcionam a uma democratização da história e a devolução aos indivíduos do seu passado por meio das suas próprias palavras resgatando o seu papel de protagonista dessa história.

---

[9] ALCAZAR I GARRIDO, Joan Del. "As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate". Revista *Brasileira de História,* 25/6, pp.36.

[10] Ibid. Op, Cit, p.34.

Assim, a riqueza das fontes orais está não apenas na possibilidade para identificarmos os sujeitos, mas na oportunidade de conhecer "atos e situações que a racionalidade de um momento histórico concreto impede que apareçam em documentos escritos"[11].

No trabalho com as fontes orais é necessário um método que permita a obtenção de um máximo possível de informações confiáveis cuja utilização não se limita às transcrições das entrevistas. A proposta de Alcàzar I Garrido para o alcance de tal intento é que o historiador possua em mente a idéia de que há uma relação dialética entre as próprias fontes orais e destas com os documentos, e que aquilo que chamam de história oral é um conjunto orgânico e coerente de entrevistas. A partir daí é necessário está atento a uma aproximação crítica das fontes orais em função da seletividade, parcialidade e interesse da memória para que seja possível realizar uma separação entre o fenômeno histórico e a memória deste e com isso se chegar não só ao conhecimento dos fatos, mas principalmente à forma como eles foram vivenciados e percebidos.

Na elaboração do método da entrevista mapeamos alguns elementos que precisavam ser esclarecidos, como a identificação do universo social, cultural, étnico e de gênero dos sujeitos que foram entrevistados e a escolha destes foi pautada pelo critério de que todos têm as mesmas possibilidades de serem entrevistados estando atento ao caráter representativo da origem da informação obtida.

Os testemunhos foram o elã do projeto, apontando caminhos, problemas ou releituras. As fontes orais estão em segmentos diferenciados, desde o trabalhador 'comum' ao dirigente sindical, tentando romper com uma visão restrita sobre a vida política apenas no âmbito da institucionalidade sindical.

Portanto, entrevistamos os trabalhadores petroquímicos, alguns dirigentes sindicais da gestão 85/86 do Sindiquímica, ativistas sindicais e familiares dos trabalhadores, e apesar de não conseguirmos acesso aos diretores do sindicato patronal (85) ou a membros da diretoria das

[11] Idem, p.36.

empresas tentamos garantir suas leituras sobre a greve através dos discursos publicados pela imprensa baiana.

Nesse momento da busca pelos contatos foi fundamental o fornecimento de informações pelo grupo de demitidos que lutam na justiça há quase mais de uma década para serem reconhecidos como demitidos políticos e conquistarem a anistia política o que implicaria entre outras coisas em uma indenização financeira. Então, sem a existência dessa organização seria muito difícil reencontrar depois de 21 anos os sujeitos que participaram da greve e mesmo assim foi necessário um processo de convencimento dessas pessoas da importância dos depoimentos, muitos se negaram a conversar sobre o assunto e não aceitaram a realização da entrevista, outros apesar de concordarem não demonstraram muita disponibilidade, houve quem se dispusesse prontamente e aqueles que não participaram das entrevistas, mas nos abriram caminhos no encontro dos testemunhos e na pesquisa de outras fontes.

Nas entrevistas buscamos compreender o perfil dos trabalhadores, sua composição social, política, cultural, econômica, as mudanças provocadas na sua vida pessoal após o emprego no Pólo, condições de trabalho, relação com a hierarquia, participação ou não no espaço sindical, as motivações e formas de envolvimento na greve e sua trajetória pós-greve, a vida política, o nível de relação dos trabalhadores com o Sindiquímica, os mecanismos de controle, repressão e cooptação utilizado pelos empresários e o grau de colaboração dos trabalhadores com os patrões.

Danièle Voldman destaca a necessidade de uma reflexão sobre a tipologia das testemunhas para percebemos como cada tipo de testemunha está relacionada ao objeto estudado, logo, ao tipo de história que se deseja fazer. A diversidade de status das testemunhas deve ser conferida não apenas em relação ao objeto da pesquisa, mas segundo outras categorias.

Assim, pode-se estabelecer uma classificação a partir da visão que as testemunhas têm do seu papel histórico, distinguindo-se as "grandes testemunhas", conscientes do cumprimento do papel pelo qual são solicitadas e as "pequenas testemunhas" que começam afirmando que nada têm a dizer, para essa última o historiador deve transformá-la em sujeito a partir da sua reconstrução.

Voldman salienta a necessidade de mostrar como a fronteira entre essas testemunhas variam segundo os procedimentos de coleta, verdadeiros responsáveis pelo status que lhe é dado.

O tratamento que damos às informações provenientes das fontes orais está relacionado à análise de conteúdo que realizamos na pesquisa, e parti do principio de que o texto transcrito é matéria-prima para a elaboração da informação numa relação onde

> *"(...) paralelamente à elaboração progressiva do objeto histórico, ocorre que o status de uma testemunha se transforma, tendo seu depoimento revelado aspectos insuspeitos da pesquisa, acarretado um reexame das hipóteses ou simplesmente alterado hierarquias preestabelecidas".*[12]

No conjunto das fontes impressas, analisamos principalmente o Jornal de maior circulação na Bahia, o A Tarde, essa leitura nos ajudou a perceber a greve na cena pública, a opinião da imprensa, declarações do empresariado, além de proporcionar dados para elaborarmos uma cronologia dos acontecimentos.

Na coleta de fontes nos arquivos do Sindiquímica encontramos dificuldades em função da ausência de uma política de preservação dos documentos, assim muitos já estavam perdidos, mas ainda conseguimos elementos importantes.

No manuseio do boletim semanal GRAVE publicado pelo Sindiquímica, encontramos notícias sobre a greve geral, informações sobre a vida sindical, as idéias presentes no seio das lideranças sindicais e os seus mecanismos de atuação. Para tanto, consideramos o seu caráter de instrumento de propaganda da posição do sindicato, de aspecto informativo e agitativo, sendo necessário a confrontação com outras fontes buscando a aproximação com a realidade. Trabalhamos também com o Livro de Atas, porém só encontramos três atas do período que identificaram apenas algumas decisões em torno da definição das reivindicações da campanha salarial. As notas e os panfletos foram também publicações ricas de informações, principalmente por terem sido elaboradas no clímax dos acontecimentos forneceu dados sobre a situação imediata da greve. E encontramos algumas circulares com os órgãos estatais, com o Sinper (Sindicato da indústria petroquímica e de resinas sintéticas no Estado da Bahia) e com as entidades da sociedade civil.

[12] Idem, p.39.

No primeiro capítulo realizamos um breve histórico do Pólo Petroquímico analisando algumas questões do quadro sócio-econômico do Brasil e da Bahia na década de 80, ao passo em que levantamos alguns pontos relacionados à organização coletiva dos trabalhadores nesse período buscando apresentar alguns elementos do quadro pré-85.

No segundo capítulo identificamos a composição social do trabalhador petroquímico, levantando a sua origem social, a formação educacional, o imbricamento das questões étnicas e de gênero, o processo de entrada e permanência no COPEC, as mudanças provocadas na sua vida pessoal após o emprego no Pólo, condições de trabalho, relação com a hierarquia, enfim, as dimensões do caminho que constroem o Petroquímico.

O último capítulo abordou a dinâmica da construção da greve, investigando os elementos que fazem parte desse processo, como a participação na organização coletiva, as motivações, reivindicações, decisões, objetivos, expectativas, formas de inserção e (re) ação, espaços de atuação e a trajetória dos acontecimentos. Nesse momento analisamos a atuação do sindicato, do Estado, da opinião pública e do patronato.

Portanto, trilhando esse caminho o nosso maior desafio foi contribuir para a (re) construção da história dos trabalhadores petroquímicos baianos, ao mesmo tempo em que tentamos com esse estudo regional enriquecer a história política da Bahia.

CAPÍTULO I

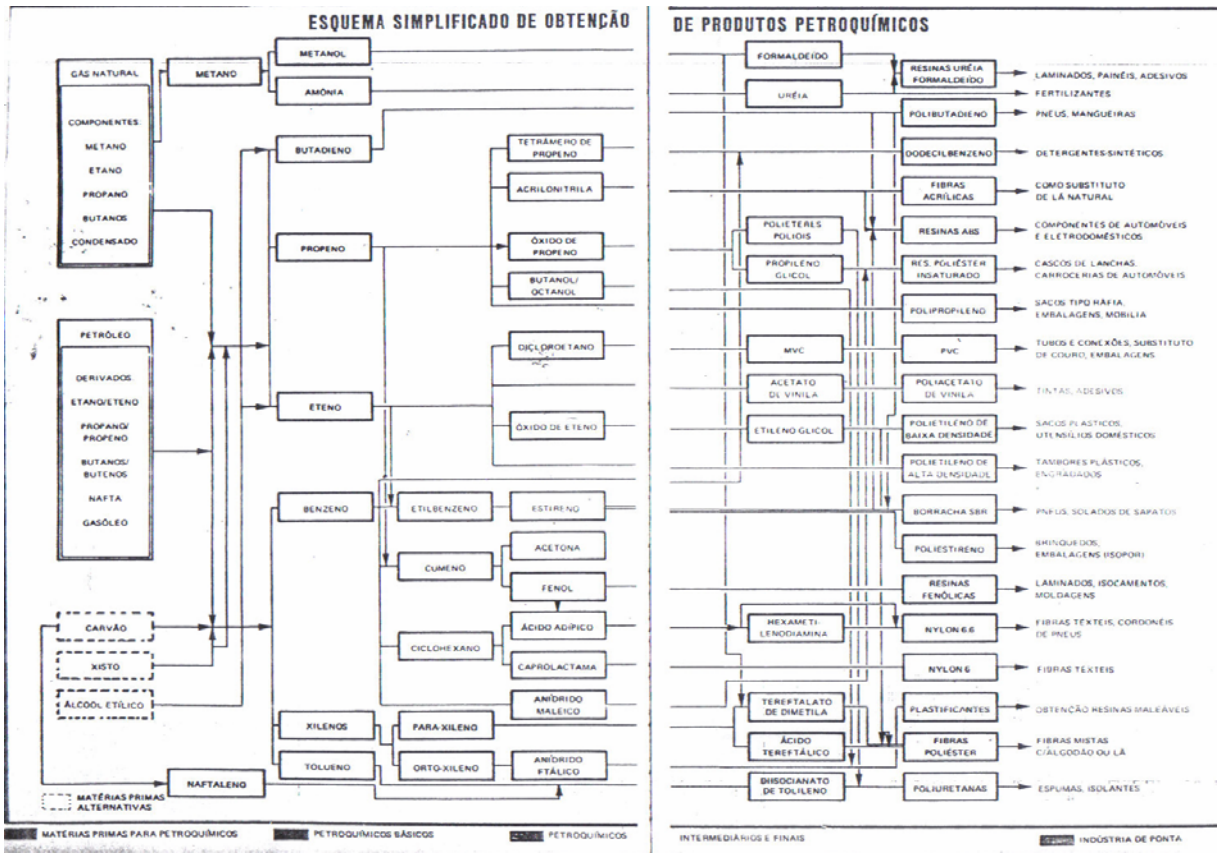
UM BREVE HISTÓRICO DO PÓLO PETROQUÍMICO

“Se você pegar assim um milhão de bujão de gás e bota tudo assim e subir em cima é o Pólo Petroquímico”.[13]

[13] Depoimento de um operador.

1.1. A PETROQUÍMICA NO MUNDO

A indústria petroquímica surgiu dos esforços nos primeiros anos do século XX nos Estados Unidos, onde se desenvolveu entre 1920 e 1940, para a obtenção de alternativas sintéticas para produtos obtidos a partir de matérias-primas naturais escassas. Estes investimentos foram intensificados durante a Segunda Guerra Mundial e possibilitaram no pós-guerra o surgimento do ramo petroquímico da indústria química.



Fonte: PETROBRÁS. *A indústria petroquímica no Brasil.* In Cadernos Petrobrás nº 7, Serviço de Comunicação Social da Petrobrás, Rio de Janeiro, 1984.

O pioneirismo norte-americano ocorreu porque "o capitalismo atingira nos Estados Unidos, mais do que em qualquer outro país, um elevado grau de concentração o que permitia o surgimento de grandes empresas capazes de bancarem a implantação de uma indústria com as características da petroquímica".[14]

[14] SUAREZ, Marcus Alban. *Petroquímica e tecnoburocracia: capítulos do desenvolvimento capitalista no Brasil.* São Paulo, Hucitec, 1986, p.48.

As indústrias petroquímicas norte-americana, que contava com o apoio do Estado, foram beneficiadas pela Segunda Guerra Mundial quando ampliou e diversificou a sua produção diante da redução de grande parte da base produtiva da indústria carboquímica européia.

Na década de 50 inicia-se uma segunda fase de desenvolvimento da tecnologia petroquímica que acompanha a expansão capitalista do pós-guerra quando as empresas japonesas e européias passam a dividir a liderança do mercado petroquímico mundial. Enquanto as multinacionais européias e norte-americanas optaram pelo controle total ou majoritário de seus empreendimentos no exterior, os japoneses adotaram a formação de "joint-venture", isto é, associações entre firmas, constituindo uma empresa nova com objetivos, recursos e administração próprios. As "joint-ventures" são formadas geralmente por um ou mais dos seguintes motivos: dividir o risco financeiro, ter acesso a tecnologia do sócio, usufruir das suas condições (reputação, mercado, estrutura de distribuição), assegurar o fornecimento de matérias-primas, entre outros.

A crise do petróleo em 1973 ao provocar a recessão econômica mundial e o aumento do custo das matérias-primas abalou a indústria petroquímica que foi levada a uma reestruturação numa tentativa de garantir as parcelas do mercado.

> *"Esse processo de reestruturação aponta para a tendência dos países periféricos produzirem petroquímicos básicos e "commodities", enquanto os países desenvolvidos se especializam em produtos tecnologicamente mais sofisticados".*[15]

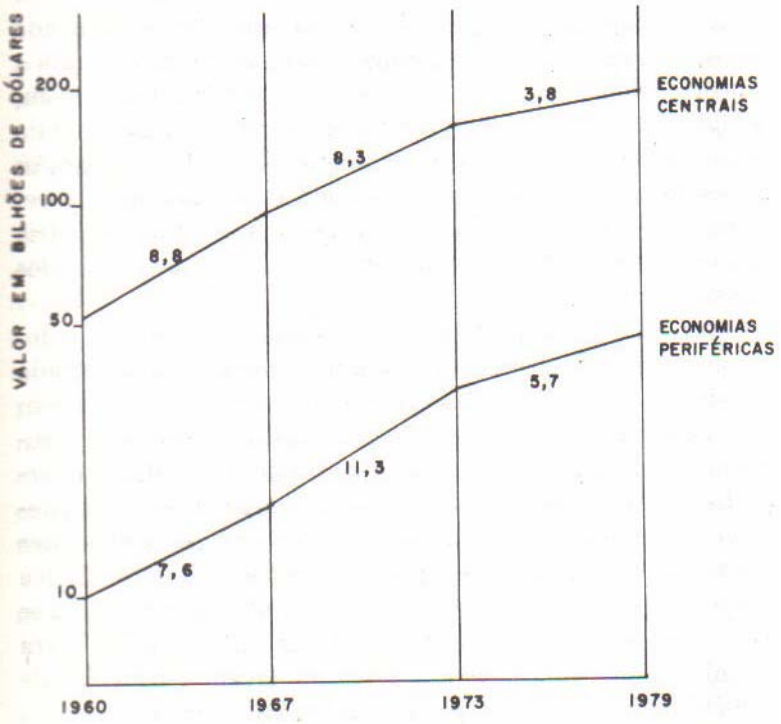
Dessa forma, a indústria petroquímica após um dinâmico crescimento ao longo dos anos 60 e dos primeiros anos 70 enfrentou profundas alterações resultantes da elevação abrupta dos preços do petróleo que começaram a emergir na década de 80. Em curto prazo, o aumento dos custos elevou a lucratividade o que causou em médio prazo a ampliação da capacidade produtiva com a construção dos complexos petroquímicos, como foi o caso do complexo da Arábia Saudita que entrou em operação em 1985.

Entretanto, a indústria petroquímica também foi alvo dos efeitos indiretos dos choques do petróleo sobre o modelo de desenvolvimento capitalista baseado em combustíveis líquidos baratos

[15] SILVA, Itamar Marins da Silva e. *A expansão capitalista e a petroquímica no Brasil: uma revisão bibliográfica*. Dissertação de Mestrado em Administração, Salvador, UFBA, 1994, p. 55.

que provocaram uma crise do dólar e do sistema monetário internacional resultando na redução do crescimento das economias capitalistas centrais e, conseqüentemente, da indústria petroquímica.

Gráfico I-1. Evolução percentual média das vendas da indústria química em regiões econômicas selecionadas



Fonte: United Nations Statistical Office.

Após o segundo choque do petróleo em 1979 emergiu uma imensa capacidade ociosa da indústria petroquímica que iniciou a década de 80 com o eteno (principal petroquímico básico), por exemplo, com uma capacidade produtiva instalada de 50 milhões de toneladas para um consumo de 35 milhões[16].

Diante dessa conjuntura econômica as grandes empresas americanas e européias redirecionam a sua estratégia para a diversificação de capital enquanto as empresas japonesas já haviam crescido diversificadas com as suas "joint-venture".

A partir desse momento ocorre o deslocamento da produção dos petroquímicos básicos para os países periféricos, como o Brasil, que exigia um custo mais elevado em comparação com as novas tecnologias da segunda metade do século XX controladas pelos países centrais.

[16] *Química e derivados*, abril, 1983, p.14.

> *"As diversas etapas que atravessa a industrialização brasileira não podem estar relacionadas apenas ao movimento da acumulação ao nível do espaço nacional. É preciso relacioná-las ao processo de internacionalização do capital, que provoca constantes mudanças no âmbito do movimento espacial internacional".*[17]

O que se verifica é que a partir do aprofundamento da recessão com o impacto da elevação dos preços do petróleo na década de 70 os países desenvolvidos passaram a desenvolver os setores intensivos em conhecimento, reestruturando as indústrias tradicionais ou maduras. Os investimentos nos setores metal-mecânico e químico / petroquímico declinam e as indústrias consideradas maduras se deslocam para os países periféricos.

O sistema "joint-venture" foi aplicado de forma particular na implantação do Pólo Petroquímico do Nordeste por meio do chamado modelo tripartite, que estabelecia a associação do Estado com grupos privados nacionais e estrangeiros. Este modelo estabeleceu o controle estatal das matérias-primas (Petrobrás), controle estatal com participação de grupos privados (nacionais e estrangeiros) na primeira geração, o modelo tripartite para a segunda geração e o controle privado (nacional ou multinacional) na terceira geração.

TABELA 8

PRODUTOS E CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DAS EMPRESAS TRIPARTITE (Principais Produtos)*

EMPRESA	PRODUTO	Capacidade (ton/ano)			Partic. Prod. Nacional (%)	
		Projeto	Atual	Prevista	Inicial	Atual
PRONOR	DMT	60.000	60.000	60.000	100	100
	TDI	22.000	30.000	30.000	100	100
POLITENO	Polietileno BD	100.000	130.000	-	33	25
POLIALDEN	Polietileno AD	60.000	80.000	95.000	55	47
NITROCARBONO	CAPROLACTAMA	35.000	42.000	-	100	100
	SULFATO DE AMÔNIA	63.000	70.000	-		
ESTIRENO DO NE	ESTIRENO	100.000	120.000	150.000	50	50
	POLIESTIRENO	45.000	55.000	-	25	25
C P C	PVC	150.000	180.000	-	47	47
CIQUINE	OCTANOL	20.000	70.000	-	80	95
	ISOBUTANOL	2.500	15.000	-	100	100
	N-BUTANOL	3.000	5.400	-	100	100
ACRINOR	ACRILONITRILA	60.000	72.000	90.000	100	100
POLIPROPILENO	POLIPROPILENO	47.500	70.000	-	50	40

FONTE: COPEC (21)/ QUÍMICA E DERIVADOS (19) E PETROQUISA (22).

[17] KRAYCHETE, Elsa Souza. *A indústria na Bahia 1980: uma interpretaçãos a partir de ramos industriais e seções produtivas.* Dissertação de Mestrado em Economia, Salvador, UFBA, 1988, p. 92.

1.2. A PETROQUÍMICA NO BRASIL

O desenvolvimento do setor petroquímico no Brasil refletiu o estágio da divisão internacional do trabalho baseado no modelo fordista que separava a produção e o desenvolvimento tecnológico em espaços geográficos distintos.

> *"É nosso objetivo estar em cada país do mundo, países da Cortina de Ferro, Rússia, China. Nós, da Ford Motor Company, vemos o mapa múndi sem fronteiras. Não nos consideramos basicamente uma empresa norte-americana. Somos uma empresa multinacional. E quando procuramos um governo que não dos Estados Unidos, dizemos: "De quem vocês gostam? Grã-Bretanha? Alemanha?". Carregamos uma porção de bandeiras, exportamos de todos os países". (Robert Steveson, executivo da Ford).*

A origem da indústria petroquímica no Brasil está relacionada com o processo de formação da indústria petrolífera desde a organização do Conselho Nacional de Petróleo (CNP) em 1938 culminando com a criação da Petrobrás em 1953. O CNP em 1954 reconhece a necessidade de implantação da petroquímica sob a responsabilidade do capital privado e em 1957 a petroquímica é excluída do monopólio da União, permitindo à Petrobrás o exercício de atividades comerciais e industriais na aérea petroquímica. Assim, o Estado forneceria matéria-prima e a iniciativa privada estava responsável pela transformação em produtos intermediários e de consumo final, porém, esse planejamento não foi concretizado nesse período, apesar do setor de bens de consumo duráveis exigir constantes importações de produtos petroquímicos.

> *"O período anterior a 64 foi marcado pela indefinição dos agentes responsáveis pelos investimentos da indústria petroquímica. Essa indefinição refletia-se no lento crescimento da petroquímica, contrastando com o dinamismo da economia e constituindo-se em ponto de estrangulamento para o modelo de desenvolvimento do país, baseado no dinamismo do setor de bens de consumo duráveis".*[18]

A década de 50 foi um período de indefinição para a petroquímica, enquanto a Petrobrás estava comprometida na concretização dos "50 anos em 5", o capital nacional não atendia as necessidades técnicas e financeiras do setor, ao passo em que às multinacionais não interessava investir na instalação de indústrias de primeira geração em razão do risco de estatização do setor.

---

[18] SILVA, Itamar Marins da Silva e. *A expansão capitalista e a petroquímica no Brasil: uma revisão bibliográfica. Dissertação de Mestrado em Administração,* Salvador, UFBA, 1994, p.60.

A indústria petroquímica manteve um lento crescimento até 1964, pois os recursos da Petrobrás estavam comprometidos com a expansão das atividades de extração e refino voltadas para o setor de bens de consumo duráveis, principalmente a indústria automobilística. Esse foi o momento de viabilização do modelo de industrialização nacional-desenvolvimentista instalado pelo do Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek (1955-1960) que uniu o Estado, a empresa privada nacional e o capital estrangeiro na busca de um crescimento econômico acelerado que fosse capaz de diminuir as diferenças em relação aos países centrais do capitalismo.

A política desenvolvimentista da segunda metade da década de 50 inseriu o Brasil na nova fase do capitalismo internacional quando o capital transnacional dirigia e ajustava a economia brasileira à nova divisão internacional do trabalho e da produção.

> *"No período de 1955 a 1961 entraram no Brasil US$ 2.18 bilhões, sendo que mais de 95% desses recursos foram aplicados nas áreas prioritárias do governo. Por outro lado, mais de 80% do capital estrangeiro, no referido período, entrou sob a forma de empréstimos e financiamentos. No qüinqüênio JK, a entrada de capital estrangeiro para investimento direto no setor produtivo alcançou a média anual de US$ 113 milhões, uma cifra relativamente elevada quando comparada à média anual dos qüinqüênios imediatamente anterior e posterior, de apenas US$ 16.2 milhões e US$ 63 milhões, respectivamente".*[19]

No pós-guerra a expansão do capitalismo proporcionou a consolidação do imperialismo monopolista sob o comando dos grandes conglomerados econômicos que adotaram uma nova estratégia de internacionalização e transnacionalização do capital com a instalação de subsidiárias em diferentes países na busca pelo controle dos respectivos mercados e do mercado mundial.

> *"Ao instalar subsidiárias no Brasil, as multinacionais garantiam para si um mercado que já era seu: antes, vendiam-nos os produtos industrializados fabricados nas suas matrizes; a partir de então, passaram a fabricá-los ou montá-los aqui, fazendo uso vantajoso da matéria-prima e da mão-de-obra barata e utilizando componentes essenciais e tecnologia importados de suas matrizes no exterior."*[20]

Logo, o processo de industrialização que até então se realizava sob a liderança do projeto nacionalista passou gradualmente para o comando do capital internacional com as multinacionais

[19] BRUM, Argemiro J. *Desenvolvimento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro, Vozes, 2002, p.245.
[20] Ibid. Op, Cit, p. 246.

controlando os principais ramos da indústria de bens duráveis – automobilísticas, eletrodomésticos, eletroeletrônicos.

O Estado sob o comando dos militares a partir do golpe de 1964 aplicou um modelo de desenvolvimento econômico, semelhante ao período Kubitschek, ao favorecer o capital multinacional e limitar a atuação das estatais a uma simples função de apoio à acumulação privada. Esse modelo formou uma nova estrutura de renda em favor dos setores médios urbanos e contra os trabalhadores assalariados, primeiro com o financiamento de bens duráveis e, depois, mantendo a queda dos salários mínimos reais e permanecendo constantes os médios. A reorganização do sistema distributivo foi uma adequação do mercado ao modelo de desenvolvimento adotado pela ditadura militar que exigia consumidores dos bens duráveis.

O Estado Militar concentrando as atividades de planejamento econômico criou em 1964, o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), subordinado ao Ministério da Indústria e Comércio (MIC), para promover e orientar o crescimento da indústria brasileira, sob o comando da iniciativa privada. E na área da indústria química foi criado um órgão interno ao CDI, o Grupo Executivo da Indústria Química (GEIQUIM), responsável pelo planejamento do desenvolvimento da indústria petroquímica com poder de aprovação de benefícios e financiamentos oficiais para os novos projetos, prenunciando a futura presença do Estado no desenvolvimento efetivo da petroquímica brasileira.

A participação da Petrobrás na indústria petroquímica era fundamental para o avanço do modelo econômico aplicado pelos militares, já que, no caminho para o "milagre" o avanço do setor de bens de consumo duráveis provocou um aumento constante da importação de petroquímicos que chegou a superar a taxa de consumo. Havia, assim, uma necessidade de expansão da petroquímica que só seria possível com a entrada do Estado diante da fragilidade do capital privado e das incertezas das multinacionais.

Quadro II-1. Evolução da indústria petroquímica (1964-1972)

	1964	*1968*	*1972*
Básicos			
- CONSUMO (t)	62.559	170.676	462.959
- Crescimento (%)	—	172,8	171,2
- PRODUÇÃO (t)	56.811	125.228	306.600
- Crescimento (%)	—	120,4	144,8
- IMPORTAÇÃO (t)	5.748	45.448	156.359
- Crescimento (%)	—	690,7	244,0
Intermediários			
- CONSUMO (t)	131.572	255.016	570.514
- Crescimento (%)	—	93,8	123,7
- PRODUÇÃO (t)	101.612	166.417	263.159
- Crescimento (%)	—	63,8	58,1
- IMPORTAÇÃO * (t)	29.960	88.599	308.355
- Crescimento (%)	—	195,7	248,0
Finais			
- CONSUMO (t)	269.139	584.332	1.259.911
- Crescimento (%)	—	117,1	115,6
- PRODUÇÃO (t)	209.291	366.667	772.502
- Crescimento (%)	—	75,2	110,7
- IMPORTAÇÃO * (t)	59.844	217.656	487.409
- Crescimento (%)	—	263,7	123,9

Fonte: ABIQUIM E IPEA

Quadro II-2. Evolução do perfil de consumo

Origem (%)	*1964*	*1968*	*1972*
Básicos			
- Produção	90,8	73,4	66,2
- Importação	9,2	22,6	33,8
Intermediários			
- Produção	77,2	65,3	46,0
- Importação	22,8	34,7	54,0
Finais			
- Produção	77,8	62,7	61,3
- Importação	22,2	37,3	38,7

Percentagens calculadas com base nos dados do Quadro II-1.

Contudo, como a Petrobrás estava legalmente impossibilitada de associar-se com grupos privados em qualquer empreendimento, foi autorizada em 1967 a formação de uma subsidiária da estatal, a Petroquisa, para viabilizar a associação com empresas nacionais e estrangeiras, assumindo os empreendimentos da Petrobrás já existentes no setor e associando-se com outros empreendimentos recentes do nascente Pólo Petroquímico de São Paulo, entre eles a Petroquímica União e a Ultrafértil, ambas com participação de empresas multinacionais.

A criação do GEIQUIM e da PETROQUISA significou a consolidação da presença do Estado no setor, contribuindo para a superação dos obstáculos que limitavam o modelo adotado de substituição de importações. O GEIQUIM concedendo benefícios cambiais, fiscais, creditícios e tarifários aos projetos por ele aprovados, e a PETROQUISA coordenando os investimentos, harmonizando os interesses do setor e selecionando as fontes de tecnologia.

> *"Para a concessão das facilidades eram priorizados os empreendimentos que contribuíssem para o fortalecimento do empresário nacional, para o aperfeiçoamento e a disseminação da pesquisa e da tecnologia e a atenuação das disparidades regionais de desenvolvimento. Por conta deste último critério, no final dos anos 60, alguns projetos foram aprovados para a Bahia".*[21]

[21] SILVA, Itamar Marins da Silva e. Op, Cit, p. 62.

1.3. A PETROQUÍMICA NA BAHIA

1.3.1. Os anos 50 e 60: rumo à industriallização.

A entrada da Bahia nos negócios petroquímicos precisa ser compreendia a luz dos acontecimentos do período do pós-Guerra, quando a política industrial brasileira ao ampliar a produção no setor de intermediários provocou o surgimento de novas relações entre as regiões do país.

> *"Ao longo do período de constituição da indústria como centro de acumulação de capital, a organização espacial da economia atravessa dois momentos distintos: o primeiro, determinado pela primazia da circulação de mercadorias, como forma de relações inter-regionais; o segundo, já derrubadas as principais barreiras à circulação, é marcado pela penetração, de forma mais efetiva, do capital produtivo nas regiões não-hegemônicas".*[22]

No primeiro momento da industrialização por substituição de importações a região centro-sul se consolidou como o espaço produtivo mais importante na determinação do processo de acumulação, assim, sua crescente produtividade ao exigir novos espaços para a realização de suas mercadorias levou a superação das barreiras regionais, como o fim do imposto estadual, e a formação de um mercado nacional integrado. Era necessária à ampliação da acumulação para além da unificação do espaço de circulação do capital, a diversificação espacial da produção sob o comando da região hegemônica.

> *"As regiões não hegemônicas, a depender da existência de recursos minerais ou energéticos, passam a ser palco de investimentos, sobretudo estatais, visando à exploração de tais recursos. A Petrobrás e a Companhia Hidroelétrica do São Francisco ilustram essa situação. Esta nova forma de articulação inter-regional defini-se com mais intensidade após 1960, quando o capital produtivo passa a penetrar de forma mais efetiva na "periferia" nacional, deslocando para estes espaços segmentos do capital produtivo".*[23]

O marco da mudança do perfil econômico do Estado da Bahia foi a atividade petrolífera, o recôncavo baiano a partir da década de 50 passou a fornecer o petróleo necessário para a indústria brasileira, sendo durante três décadas o único produtor nacional de petróleo. A Refinaria de

[22] KRAYCHETE, Elsa Souza. Op, Cit, p.93.
[23] Ibid. Op, Cit, p.95.

Mataripe inaugurada em 1952 pelo presidente Getúlio Vargas no auge da campanha nacionalista do "Petróleo é nosso" pela estatização da exploração do petróleo brasileiro provocou conseqüências radicais na economia baiana que no inicio dos anos 50 apresentava uma estrutura industrial pouco diversificada onde se destacavam a produção de alimentos, têxteis e fumo.

> *"Neste período, os principais produtos da indústria de transformação, por ordem hierárquica de importância, eram: farinha de trigo, açúcar de usina, tecidos de algodão, charutos e tortas de cacau. Chama-se atenção para a estreita veiculação entre a indústria e a agricultura local, que, a exceção do trigo, fornece as matérias-primas básicas".*[24]

A atividade petroleira na Bahia teve impacto não só na economia, mas antes disso, foi tema de longos debates no pós-guerra entre planejadores, associações de classes burguesas, parlamentares e imprensa. Durante anos o jornal de maior circulação no Estado propagou as reivindicações em relação ao petróleo na tentativa de pressionar os centros de decisões nacionais a tornar aquela atividade em propulsora da industrialização da Bahia.

> *"O momento mais expressivo da mobilização e articulação das forças sociais, de que o jornal A Tarde torna-se porta-voz, ocorre em janeiro de 1959, com a realização da Conferência do Petróleo, patrocinada por este jornal e realizada na sede da Associação Comercial da Bahia. O objetivo da Conferência é debater e propor uma política de petróleo que atenda aos interesses da região".* [25]

A instalação da Petrobrás no Recôncavo ao aumentar o volume dos investimentos e da renda salarial mudou o quadro monetário da Bahia, especialmente da capital.

> *"De outro lado, a massa de investimentos da Petrobrás não tem paralelo na história econômica do estado: entre 1955 e 1959, o total desses investimentos corresponderá de 1% até 7.4% da renda total e de 8.1% a 66.9% da renda interna industrial do estado da Bahia. A massa de salários pagos pela Petrobrás despejada na economia baiana crescerá à razão anual de 18% reais, entre 1958 e 1969, e no mesmo período se elevará de 7.64% a 38.7% do total da renda industrial interna do estado, tendo atingido o nível de quase 50% no ano de 1967".*[26]

---

[24] SAMPAIO, F. Talma. *Aspectos da Regionalização do Desenvolvimento Industrial: o caso baiano.* Tese de concurso de professor assistente, UFBA, 1984, p. 30.

[25] KRAYCHETE, Elsa Souza. Op, Cit, p.109.

[26] OLIVEIRA, Francisco de. *O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia.* São Paulo, Perseu Abramo, 2003, p.53.

Entretanto, a política industrial brasileira para o setor petrolífero e dos seus derivados não estabelecia a Bahia como espaço prioritário de inversões que proporcionassem instalações de plantas industriais no entorno no ramo petrolífero. A presença da Petrobrás na Bahia não significou o investimento em segmentos derivados desse setor, o que ficou para o Estado foi o pagamento de royalties, a remuneração da força de trabalho e a infra-estrutura (estradas, etc.).

A atividade petrolífera apesar de ter dinamizado alguns segmentos industriais, como o químico, metalúrgico, mecânico, minerais não-metálicos e da construção civil, no inicio não estabeleceu relações com outros ramos industriais, levando alguns a caracterizarem como "enclave". Nesse momento o destino das inversões petrolíferas baiana seguia dois caminhos: o sul do país ou o estrangeiro.

Assim como o Estado a nível nacional participou do processo de industrialização, na Bahia a intervenção estatal foi fundamental à montagem e desenvolvimento da estrutura industrial. E essa trajetória começou no primeiro ano de governo de Antônio Balbino (1955-1959) quando foi criada a Comissão de Planejamento Econômico (CPE) sob a liderança do economista Rômulo Almeida dando inicio aos estudos sobre a situação econômica e financeira do Estado e suas perspectivas de desenvolvimento econômico que resultaram na elaboração do Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia (PLANDEB) em 1959.

O PLANDEB estabelecia mudanças necessárias para a Bahia realizar sua integração no espaço nacional de acumulação de capitais, nesse sentido, propunha a instalação de um núcleo industrial (petróleo, petroquímica, siderurgia, metalurgia dos não ferrosos) de acordo com suas possibilidades e disponibilidades de recursos.

> *"A crise em gestação nos primeiros anos da década de 60 e a exigüidade de recursos apropriados ou transferidos para o governo estadual retardaram a articulação às formas dominantes de acumulação nacional. No geral, entretanto, o espírito do Plandeb se manteve, só se concretizando em suas linhas dominantes, contudo, após a superação dos limites institucionais responsáveis pela crise de hegemonia em 1964".*[27]

[27] OLIVEIRA, Nelson. *Notas sobre a recente expansão industrial na Bahia, in Caderno do CEAS*, nº 112, 1987, p.65.

Juraci Magalhães (1959-1963) estabelece o PLANDEB como o programa do seu governo, porém, não consegue que ele seja aprovado pela Assembléia Legislativa Estadual, o que demonstrou sua incapacidade política de centralizar em torno de si todas as decisões políticas.

> *"Pois, embora Juraci controle efetivamente a maior força política do Estado e tenha uma base municipal sólida, a Assembléia não lhe permite ter um programa de investimentos e de governo a longo prazo que lhe possibilite governar sem a interferência constante da própria Assembléia. De fato, o Plandeb representava liberar o governo através de planificação prévia do uso dos recursos estaduais e federais, da ação pontual e tópica a que se reduzia, na prática, o poder legislativo do Estado".*[28]

Todavia, Juraci se tornou, principalmente a partir da eleição de Jânio Quadros em 1960, o interlocutor da classe dominante baiana com o governo federal, conseguindo indicar cargos importantes, como o de Clemente Mariani para o Ministério da Fazenda e Josaphat Marinho para a presidência do Conselho Nacional do Petróleo. Assim, a burguesia baiana conquistou um espaço político importante que se manteve mesmo após a renúncia do presidente. Foi assim que Juraci conseguiu empréstimos com os bancos privados e as agências de desenvolvimento internacional, e verbas federais, principalmente da Petrobrás, proporcionando a melhoria da rede ferroviária do Estado, de Navegação, do sistema de eletrificação, etc.

> *"Tanto a presença do Estado na Sudene quanto sua atuação junto à direção da Petrobrás e junto à Presidência da República nas lutas pelo aumento dos royalties do petróleo, pela instalação de indústrias petroquímicas e pelo melhoramento das condições de transporte na Bahia, não apenas tem amplo suporte nas classes burguesas baianas e na sua representação política como é, na verdade, secundada e consolidada pela ação de seus órgãos de classe".*[29]

A conquista desse espaço político no âmbito nacional sob a liderança de Juraci Magalhães favoreceu o processo de industrialização da Bahia, entretanto, só após a superação da crise política com a vitória dos militares, e da crise econômica com o "milagre econômico" é que haverá de fato a consolidação da atividade industrial baiana.

Nesse período de transição, enquanto o Estado brasileiro era conquistado pelo capital multinacional, o governador Lomanto Jr. (1963-1967) esteve envolvido na maior parte da sua

---

[28] GUIMARÃES, Antônio Sérgio. *A Formação e a Crise da Hegemonia Burguesa na Bahia - 1930 a 1964.* Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, UFBA, 1982, p.173.
[29] Ibid. Op, Cit, p.177.

gestão em manobras políticas para garantir seu mandato ameaçado pela crise da legalidade política. Nessa gestão apesar das paralisações nas obras de instalação do Pólo Petroquímico houve o inicio da construção do Centro Industrial de Aratu (CIA), onde todas as facilidades foram concedidas: baixo preço na venda dos terrenos e infra-estrutura completa (água, rede de esgotos e despejos industriais, energia elétrica, sistemas viários interno e externo e um porto próprio).

Na década de 60 a recém-criada SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) com seus incentivos fiscais foi responsável pela industrialização do Nordeste, incluindo a Bahia. A região recebeu capitais do Centro-Sul e internacionais em busca dos benefícios da dedução do imposto de renda, assim, recursos públicos foram transferidos para empresas privadas chegando a alcançar até 75% do investimento total.

> *"A forma de financiamento dessa transferência de capitais é intrinsecamente concentracionista; quem tem uma maior massa de lucros tributável deduzirá mais. Esse mecanismo beneficiará, sobretudo, os grandes grupos nacionais e internacionais: até 1970, as empresas com inversões iguais ou superiores a 20 milhões de cruzeiros da época participaram em 13% do número das empresas e 69% dos investimentos totais aprovados pela Sudene".*[30]

A rapidez desse processo transformou intensamente a estrutura industrial do Nordeste, aproximando-a do Centro-Sul, e com vantagens, já que os subsídios fiscais transformaram a região semi-árida num "maná do deserto".

> *"A Bahia será a principal beneficiada, logo acima de Pernambuco, absorvendo, de 1960 a 1970, 41.3% das inversões totais, as quais criariam 25.6% dos novos empregos do Nordeste. É evidente o altíssimo coeficiente de inversão por emprego, característica que é ainda mais marcante se comparada à do Brasil como um todo, devido exatamente ao incentivo fiscal, que tornava quase zero o custo de oportunidade do investimento".*[31]

O impacto das atividades da Petrobrás e a industrialização sudeniana nos limites de Salvador e de sua região metropolitana define a direção do planejamento industrial na lógica de complementaridade entre o espaço baiano e o nacional. A partir desse momento o processo de industrialização baiano caminha rumo à especialização da sua posição na divisão interna do

[30] OLIVEIRA, Francisco de. Op, Cit, p.45.
[31] Ibid. Op, Cit, p.47.

trabalho e para tornar isso possível a atuação estatal na região assume a forma de incentivos fiscais e creditícios favorecendo a instalação de ramos específicos.

O parque industrial baiano foi financiado pela SUDENE, por meio do Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR e dos incentivos fiscais do sistema 34/18 (o número dos artigos das leis de criação da Sudene e de seu 1º Plano Diretor que regulamentaram o incentivo fiscal) obedecendo a níveis de prioridade por tipo de empreendimento. Essa orientação também se realizou no âmbito do financiamento estadual através da ação do Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia (DESEMBANCO).

As informações relativas ao volume de recursos carreados da SUDENE para a atividade industrial no Estado demonstram que entre junho de 1960 a 1981 a distribuição desses recursos concentrou-se na seção dos meios de produção intermediários, que absorveu 75.61% do total de recursos. Nesse conjunto destacou-se o ramo petroquímico que individualmente participou com 47.45% deste total.

Os dados apresentados nas tabelas abaixo demonstram como a intervenção do Estado da Bahia participou da definição da especialização da indústria baiana no setor de bens de produção intermediários a exemplo dos ramos petrolífero, petroquímico, siderúrgico e metalurgia dos não-ferrrosos.

DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DA SUDENE POR RAMOS INDUSTRIAIS
BAHIA 1960 / JUNHO 1981

(Cr$1.000,00 - Preços de jan./1981)

SEÇÃO / RAMO	INVESTIMENTOS			
	INVESTIMENTO TOTAL		PARCELA DO 34/18 E FINOR	
	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%
S_1 - SEÇÃO DOS MEIOS DE PRODUÇÃO PRINCIPAIS	9.247.749	3,34	3.710.607	5,26
. Mecânica Pesada	4.339.738	1,56	1.443.277	2,05
. Mecânica Leve	-	-	-	-
. Metalúrgico	2.980.764	1,08	1.313.903	1,86
. Material Elétrico	1.927.247	0,70	953.427	1,35
S_2 - SEÇÃO DOS MEIOS DE PROD. INTERMEDIÁRIOS	223.567.789	80,65	53.338.851	75,61
. Petrolífero	13.841	0,01	4.277	0,01
. Petroquímico	158.238.670	57,08	33.472.185	47,45
. Químico/cons. Produtivo	19.152.440	6,91	2.960.911	4,20
. Derivados Petroquímicos /químico	1.290.043	0,47	443.528	0,63
. Siderúrgico	10.711.677	3,86	2.865.822	4,06
. Metalurgia dos não-ferrosos	3.389.326	1,22	397.220	0,56
. Minerais não Metálicos	9.494.654	3,43	3.487.102	4,94
. Madeireiro	728.923	0,26	331.947	0,47
. Material de Transporte	11.031.414	3,98	5.875.994	8,33
. Papel e Papelão	9.159.512	3,30	3.437.784	4,87
. Borracha	56.499	0,02	1.525	0,00
. Gráfico/Consumo Produtivo	300.778	0,11	60.156	0,09
S_2 - SEÇÃO DOS MEIOS DE CONSUMO	44.398.584	16,01	13.492.054	19,13
. Agro-Alimentar	15.513.107	5,74	6.087.017	8,63
. Têxtil	24.245.633	8,75	5.911.261	8,36
. Vestuário e Artefatos de Tecidos	1.377.259	0,50	453.979	0,70
. Couro e Calçados	1.263.914	0,45	511.174	0,72
. Fumageiro	538.407	0,19	116.296	0,17
. Utensílios Domésticos e Elétricos e Não-Elétricos	254.340	0,09	86.000	0,13
. Química/ Consumo Improdutivo	805.954	0,29	286.327	0,42
TOTAL	277.214.113	100,00	70.541.512	100,00

Fonte: Sudene.

A Petrobrás em 1961 instalou uma fábrica de asfalto na Ilha de Madre de Deus, em 1962 passou a aproveitar o gás oriundo dos poços petrolíferos com a inauguração da planta de gás natural que permitiu o surgimento de uma fábrica de amônia e a implantação da Usina Siderúrgica da Bahia.

1.3.2. Os anos 70: a construção do Complexo Petroquímico do Nordeste (COPEC)

Contudo, os benefícios resultantes das atividades de extração e refino do petróleo só serão internalizados na Bahia de forma efetiva de forma efetiva na década de 70, quando são aprovados projetos de plantas petroquímicas para instalação no Estado.

A implantação da Petrobrás não provocou de imediato a constituição do ramo petroquímico porque a atividade de exploração e refino do petróleo estava submetida ao processo nacional de acumulação de capital que controla a instalação dos ramos nos espaços regionais. De acordo com Elsa Kraychete, o capital produtivo possui um movimento diferenciado na ocupação dos espaços, ou seja, os ramos produtivos não evoluem de maneira uniforme em direção às regiões e o ritmo desta evolução é determinado pelas necessidades globais de valorização do capital, sendo os ramos técnico-econômicos aqueles que mais avançam em direção às periferias internas.

> *"Esta absorção de elementos do processo produtivo, entretanto, não evolui, regionalmente, a ponto de estabelecer relações de acumulação entre as seções produtivas. Ao internalizar processos produtivos díspares, a economia regional perde a coerência setorial de forma a impedir que o processo de valorização do capital siga seu curso com base em articulações interindustriais definidas no contexto regional.*
> *Desta forma, a setorialização de uma economia regional periférica só se completa, se define e ganha coerência quando relacionada com estruturas que determinam a acumulação nacional. Sob um outro ângulo, a especificação de uma economia regional e a definição da sua interregionalidade dizem respeito principalmente à presença/ausência dos ramos em sua estrutura produtiva e dos circuitos que estes ramos sejam capazes de promover".*[32]

Essa formulação explica como o processo de regionalização do capital no Brasil na segunda metade do século XX definido pela acumulação industrial repercutiu no espaço baiano com a instalação de ramos que estabeleceram uma relação de "incompletude intra-regional" e de complementaridade com o Centro-Sul.

[32] KRAYCHETE, Elsa Souza. Op, Cit, p.178.

É no governo de Luiz Viana Filho (1967-1971) que a idéia da petroquímica encontra condições mais favoráveis de desenvolvimento. O governador logo em 1967 solicitou ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) apoio financeiro para realizar um estudo sobre os recursos naturais do Recôncavo baiano para atividades industriais, especialmente para a petroquímica. O BID enviou uma comissão técnica para realizar este trabalho juntamente com técnicos baianos e no seu relatório reconheceu que a Bahia tinha condições de desenvolver a indústria petroquímica.

O governador Luiz Vianna convencido da necessidade do desenvolvimento industrial para conseguir a recuperação econômica do Estado acolheu as sugestões do BID e contratou a CLAN, empresa de projeto dirigida por Rômulo Almeida, para elaborar o estudo das possibilidades reais da Petroquímica na Bahia. O estudo concluído em 1969 pela CLAN apontava a viabilidade de implantação da petroquímica no recôncavo baiano, já que, nessa região havia matérias-primas naturais (petróleo, gás natural), energia elétrica abundante (Companhia Hidroelétrica do Rio São Francisco (CHESF), e estava localizada na área da SUDENE, o que assegurava os benefícios da aplicação dos artigos 38/18.

Contudo, o projeto de implantação do Pólo Petroquímico na Bahia encontrou obstáculos na oposição dos empresários do Pólo de São Paulo que buscavam naquele momento a ampliação das suas plantas acusando o Nordeste de "capricho regionalista" e de não possuir mão-de-obra especializada, nem um mercado local para o escoamento dos produtos petroquímicos, de forma que a petroquímica na Bahia se tornava anti-econômica.

Diante dessas dificuldades, o governador da Bahia buscou contatos com o Planalto, a Petrobrás e a Sudene, e depois de algumas mudanças de nomes nos cargos do governo do general Garrastazu Médici (1969-1974), essas relações se tornaram positivas ao projeto petroquímico baiano.

O grupo da CLAN liderado por Rômulo Almeida conseguiu convencer os militares do Conselho de Segurança Nacional (CSN), do qual dependia a aprovação dos projetos, de que a

concentração petroquímica em São Paulo tornava a segurança do país muito vulnerável, além de apontar que a produção do 2º Pólo seria complementar ao primeiro, pois este não conseguia atender à demanda crescente do mercado nacional. O argumento da segurança nacional tornou os militares favoráveis ao projeto do Pólo baiano.

Enquanto isso, Luiz Viana conquistava o apoio do presidente da PETROBRÁS, Ernesto Geisel, que ao chegar à Bahia em 1970 declarou publicamente a sua concordância com o Pólo da Bahia como uma "realidade irreversível" e no mesmo ano o Conselho de Administração da PETROBRÁS estabeleceu as diretrizes para a implantação da petroquímica na Bahia. Assim, o governo ao invés de apoiar a criação de um outro complexo petroquímico ou a ampliação do Pólo paulista decidiu implantar o segundo Pólo na Bahia, justificando sua escolha por motivos de ordem econômica e pelo interesse em reduzir as disparidades regionais.

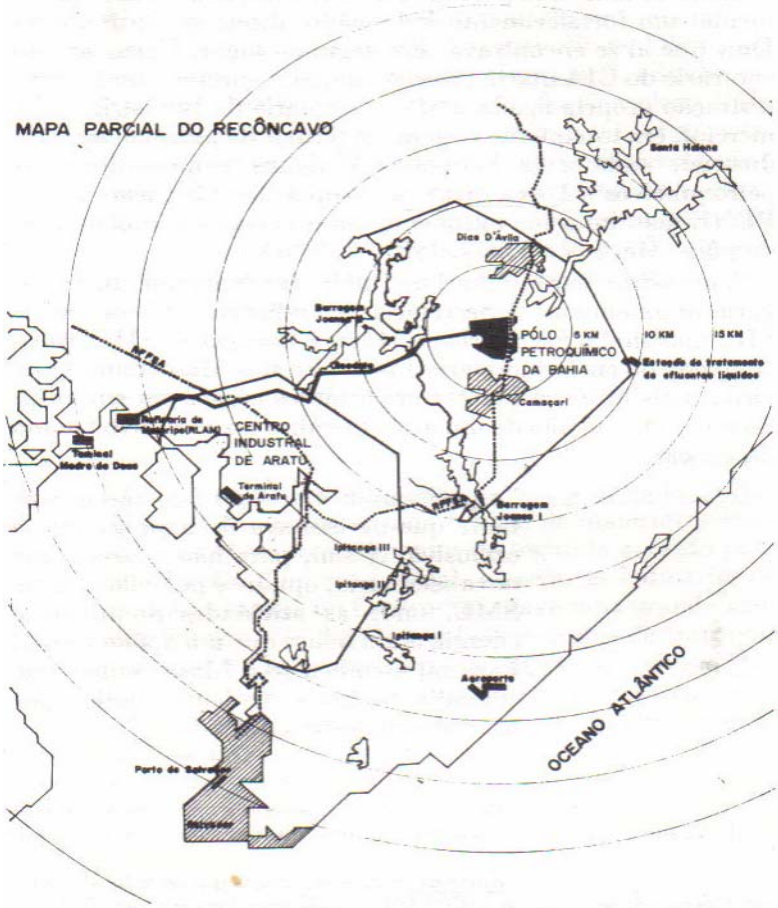
Em 1971 foi criada a COPENE, empresa subsidiária da PETROQUISA, para realizar os estudos técnicos e coordenar a implantação do Pólo Petroquímico. Mas, nesse mesmo ano, o novo governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães (1971-1975), herdeiro da máquina eleitoral de Juraci Magalhães, não acreditava na viabilidade do Pólo Petroquímico na Bahia.

> *"Nesse meio tempo, veio o problema da sucessão do governo do Estado da Bahia. Foi no começo de 71 e Antônio Carlos Magalhães tinha sido indicado para o governo, pela eleição indireta. Deu entrevista em que não figurava o Pólo Petroquímico nas cogitações do seu governo. Então, o governador Luiz Viana me chamou e me perguntou se eu tinha constrangimento de conversar com o Deputado Antônio Carlos, já indicado, não sei se já "eleito". Eu disse que realmente estava afastado dessa figura, mas pelo interesse público estava disposto a conversar com ele. Assim fui pro Rio e o encontrei no seu apartamento no Hotel Trocadero, lá na praia de Copacabana. Levei José Mascarenhas, com a idéia de deixar com este a continuação do diálogo. Conversamos bastante, mostrei a ele o efeito que o projeto podia representar para a Bahia a diferença entre o antes e o depois. Para contrastar o antes e o depois, mostrei a ele o efeito que projeto poderia ter na arrecadação do ICM. Ele se convenceu. Vestiu a camisa. Depois ele convidou Mascarenhas, para ser secretário".*[33]

[33] ALMEIDA, Rômulo. *Rômulo: voltado para o futuro.* Fortaleza, BNB, 1986, p.148.

Conquistado o apoio do governador, o Estado contribuiu com 20% dos investimentos na infra-estrutura inicial do Pólo, e o governo federal e o BNDE, com 20% e 60%, respectivamente. A PETROQUISA e o MIC em 1972 a partir de estudos de localização escolheram o município de Camaçari na região metropolitana pela vantagem mecânica de solo e pelo menor custo de implantação. E logo no ano seguinte foi iniciada a montagem das Centrais de matérias-primas e de manutenção.

Figura III-1. Localização do Pólo Petroquímico da Bahia.



Obs.: Extraído de COPENE (1982), p. 3.

No plano federal o governo do general Ernesto Geisel (1974-1979) implantou um novo padrão de industrialização expresso no II Plano Nacional de Desenvolvimento e que estava baseado na expansão da indústria de bens de produção ou indústria básica. Essa opção revelava a decisão governamental de completar o processo de substituição de importações, não mais pela substituição de bens de consumo, mas na busca pela autonomia na área da indústria de bens de capital e dos insumos básicos. A estratégia econômica do governo Geisel favorecia os investimentos no setor petroquímico contribuindo para o novo projeto do Pólo na Bahia.

A conjuntura internacional era de acirramento da concorrência da indústria petroquímica com a entrada das multinacionais japonesas e suas estratégias associativas, assim, os benefícios e financiamentos oficiais eram fundamentais para as empresas privadas nas negociações com as estrangeiras no processo de associação.

Os diversos mecanismos fiscais e financeiros que subsidiaram a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari garantiram a rentabilidade e tornaram viável a instalação do II Pólo.

Tabela 4.1 - INVESTIMENTO TOTAL NA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA : USOS E FONTES DE RECURSOS

	US$ milhões	Percentuais	
A. Usos			
1. Equipamentos	417,2	35,7	100,0
1.1. Nacionais	196,9	16,8	47,2
1.2. Importados	220,3	18,8	52,8
2. Engenharia e Know - How	117,6	10,1	100,0
2.1. Engenharia Nacional	46,3	4,0	39,4
2.2. Engenharia Estrangeira e Know - How	71,3	6,1	60,6
3. Outros Gastos (Construção Civil, Montagem, Encargos Financeiros, etc.).....	634,7	54,2	-
4. Total	1.169,5	100,0	-
B. Fontes de Recursos			
1. Recursos Próprios			
1.1. Ações Ordinárias	288,3	24,7	
1.2. Ações Preferenciais (Incentivos Fiscais da SUDENE)	199,8	17,1	
2. BNDE - Financiamentos	336,9	28,8	
3. Outras Fontes no País	63,3	5,4	
4. Créditos Externos	281,2	24,0	
5. Total	1.169,5	100,0	

'Fonte : ARAÚJO & DICK. Revista Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro. 4(3). dez.1974.629 a 654.

Na estrutura de financiamento para implantação do Pólo baiano os recursos internacionais participaram com apenas 24% do investimento total, principalmente nas importações de equipamentos.

De fato, ao analisar a composição das fontes de recursos podemos perceber que o Estado foi o grande financiador dos investimentos baianos através de incentivos fiscais e financeiros, com

papel de destaque para o BNDES. Isso permitiu a PETROQUISA, apesar de sócio minoritário, ter uma influência política maior nos empreendimentos.

De acordo com os princípios do II PND a estrutura empresarial do II Pólo era baseada no modelo tripartite, ou seja, a associação entre o capital estatal, privado nacional e estrangeiro. Pelo modelo adotado a PETROQUISA deteria 52% do controle acionário da central de matérias-primas e o restante era dividido entre as empresas consumidoras dos produtos petroquímicos básicos produzidos pela COPENE.

Quadro III-1. Estrutura original básica do Pólo Petroquímico da Bahia

Empresa	*Controle acionário*	*%*	*Produto*	*Capacidade t/a*	*Licenciador do processo*
			ETENO	388.000	
			PROPENO	200.000	
			BUTADIENO	52.450	
			BUTENO	79.000	
			O-XILENO	40.000	
			P-XILENO	82.000	
	PEPROQUISA	54,09	MIST. XILENO	19.000	THE LUMMUS-CO.
			BENZENO	129.000	
COPENE-PETROQUÍMICA	USUÁRIOS	45,91	TOLUENO	17.000	UOP PROCESS DIV.
			GLP	43.000	
DO NORDESTE			PROPANO	10.000	NIPPON ZEON CO.
			HIDROGÊNIO	13.000	
			FRAÇÃO C_5 DE PIRÓLISE	41.000	
			GASÓLEO PESADO DE PIRÓLISE	28.000	
			GASOLINA PESADA	93.000	
			RESÍDUO DE PIRÓLISE	156.000	
			GÁS NATURAL DESETANIZADO	1.705.000 Nm^3/d	
CEMAN-CENTRAL DE MANUTENÇÃO DE CAMAÇARI S.A.	COPENE	99,99	—	—	
			—	—	
Grupo A					
CIQUINE-CIA-PETROQUÍMICA	PETROQUISA	33,33	Octanol	20.000	Mitsubishi Chem.
	Camargo Correia	33,33	Butanol	3.000	Ind.
	Grujapão	33,33	isobutanol	15.000	
CPC-CIA. PETROQUÍMICA CAMAÇARI	PETROQUISA	33,33	Cloreto de Vinila	150.000	B. F. Goodrich
	Camargo Correia	33,33	(MVC)	140.000	Mitsubishi
	Grujapão	33,33	Cloreto de Polivinila (PVC)		
EDN ESTIRENO DO NORDESTE S.A.	PETROQUISA	33,33	Estireno	100.000	Foster Grant Co.
	CEVEKOL	33,33	Poliestireno	45.000	
	Foster Grant	33,33	Etilbenzeno	115.000	The Badger Co. Inc.
ISOCIANATOS DO BRASIL S.A.	PETROQUISA	40,00	Tolueno Di-Isocianatos(TDI)	22.700	
	Petroq. Bahia	20,00			Du Pont
	Du Pont	40,00			
NITROCARBONO S.A.	PETROQUISA	26,50			
	Petroq. Bahia	26,50	Caprolactama	35.000	
	R. Miranda	26,50	Sulfato de Amônio	63.000	DSM-Stamicarbon
	DSM	20,50			
POLIALDEN PETROQUÍMICA S.A.	PETROQUISA	33,33			Mitsubishi Chem.
	Banco Econômico	33,33	Polietileno AD	60.000	Ind.
	Grujapão	33,33			
POLITENO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.	PETROQUISA	30,00	Polietileno BD	100.000	Sumitomo Chemical Co
	Sumitomo Chem.	20,00			
	Itap/Suzano/Nordesquim./C Itah	49,99			
POLIPROPILENO S.A.	PETROQUISA	30,00			Imperial Chemical Industries (ICI)
	ICI	30,00			
	CEVEKOL	20,00	Polipropileno	47.500	
	Cia. Suzano	20,00			
PRONOR-PRODUTOS ORGÂNICOS S.A.	PETROQUISA	33,16	Teratalato de		Dynamit Nobel A.G.
	Petroq. Bahia	33,16	Dimetila (DMT)	60.000	
	Dynamil Nobel	33,16			
	Outros	0,52			

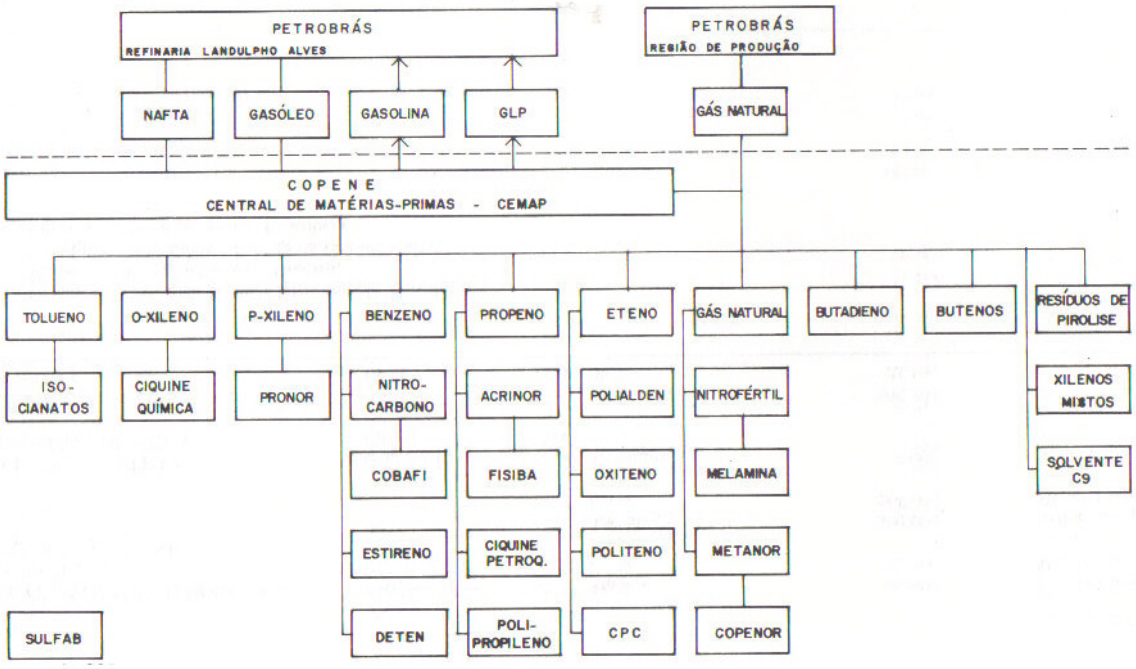
Continuação do Quadro III-I

Empresa	*Controle acionário*	*%*	*Produto*	*Capacidade t/a*	*Licenciador do processo*
Grupo B					
CIQUINE-CIA. DE INDÚSTRIAS QUÍMICAS DO NORDESTE	Ciquini Petr.	98,16	Anidrido Ftálico Anidrido Maleico	23.000 6.400	Von Heyden Scientific Design
OXITENO NORDESTE S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO	OXITENO S.A. Indústria e Com.	99,99	Oxido de Eteno Etilonoglicois	105.000 142.000	Scientifc Design
Grupo C					
ACRINOR-ACRILONITRILA DO NORDESTE S.A.	PESQUISA Rhodia	50,00	Acrilonitrila	60.000 50.000	Sohio-Standard-oil
COBAFI-CIA.BAHIANA DE FIBRAS	FIBASE AKZO Grupo Int. de Seg.	45,00 45,00 10,00	Tecidos de cordéis de nylon Fio técnico de nylon	11.150 1.000	AKZO. Int. BV
COPENOR-CIA.PETROQUÍMICA DO NORDESTE	Metanor Mitsubishi Marubeni Cop Marubeni Brasil	75,00 12,50 10,00 2,50	Formaldeido Pentaeritritol Hexametileno Formiato de sódio	30.000 5.000 3.000 2.600	Mitsubishi Gás Chemical
DETEN-DETERGENTES DO NORDESTE S.A.	PETROQUISA Una Luciplan	42,50 42,50 15,00	Alcoilbenzeno Linear (lab)	35.000	Universal Oil Products (UOP)
FISIBA-FIBRAS SINTÉTICAS DA BAHIA	BNDE Mitsubishi Outros	43,10 29,32 27,58	Fibras acrílicas	8.000	Sabrin Mitsubishi
METANOR-METANOL DO NORDESTE S.A.	PETROQUISA Paskin Grupo Peixoto de Castro	33,24 33,24 33,24	Metanol	60.000	Imperial Chemical Industries ICI.
Grupo D					
FERTILIZANTES NITROGENADOS DO NORDESTE S.A. NITROFÉRTIL — NE	Petrobrás Fert. PETROQUISA	79,32 20,67	Amônia Uréia	66.000 82.500	Foster Wheeler Mitsul Toafsu
			Amônia Uréia	300.000 264.000	Kellog Co. Mitsul Toatsu
MELAMINA ULTRA S.A. INDÚSTRIA QUÍMICA	Grupo Ultra Outros	98.00 2,00	Melamina	8.000	Stamicarbon N.V.
SULFAB-CIA. SULFOQUÍMICA DA BAHIA	Natron Finep	87,15 12,83	Ácido sulfúrico Oleum	108.900 23.100	Natron S.A.

Fonte: COPENE.

Obs.: Grujapão - Consórcio Japonês liderado pela Mitsubishi.
Foster Grant - Subsidiária da Hoechst.
Petroquímica da Bahia - *holding* da família Mariani.
Cevekol - *holding* da família Rosenberg

Quadro III-2. Principais inter-relações produtivas da estrutura original básica.



Fonte: COPENE.

Na participação de grupos empresariais privados nacionais predominou a presença de grupos sem experiência no setor petroquímico, como grupos do setor financeiro e da construção civil pesada.

No modelo tripartite os critérios para as associações de capital impediam que o controle majoritário das empresas estivesse com os grupos privados estrangeiros. Porém, o sócio estrangeiro ao controlar a tecnologia possuía poder de influenciar nas decisões o que não correspondiam ao que os números de ações podiam indicar. Ademais, as remunerações pelo fornecimento de tecnologia proporcionaram uma rentabilidade bem mais elevada se tornando mais vantajoso em comparação com instalações de filiais no Brasil. Além disso, o modelo tripartite criava espaço de diálogo entre as empresas estrangeiras e o Estado facilitando o acesso ao crédito oficial.

No Pólo de Camaçari verifica-se a predominância dos investimentos japoneses, fato que estava relacionado com a estratégia de reestruturação da economia do Japão baseada na saída de capitais sob a forma de investimento direto para o exterior, principalmente para os países latino-americanos.

A implantação do Pólo de Camaçari ocorre quando a indústria petroquímica mundial na sua fase mais madura estava se reestrurando, com a verticalização para a química fina, alimentar e biotecnologia, se deslocava para os países periféricos como forma de assegurar o retorno dos investimentos realizados em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

As obras de infra-estrutura foram iniciadas em 1974 e quatro anos depois o COPEC foi inaugurado com cerca de 20 empresas em operação. Durante esse período inicial foi crescente o número de operários que trabalhavam na implantação do Pólo até 1977 quando trabalharam em média 24.000 operários. E no fim do ano de 1978 quando estava sendo finalizado o trabalho de implantação, o número estava reduzido para cerca de 7.000 operários, que foram em parte reaproveitados para trabalharem na produção das empresas já em operação.

MÃO-DE-OBRA NA IMPLANTAÇÃO DO POLO

	1976		1977		1978	
	Mão-de-obra	Horas Homem em Milhões de Horas	Mão-de-obra	Horas Homem em Milhões de Horas	Mão-de-obra	Horas Homem em Milhões de Horas
[illegible]	-	-	-	-	21.167	137,5
[illegible]	-	-	-	-	18.692	141,9
[illegible]	-	-	-	-	16.081	145,7
[illegible]	-	-	25.151	86,7	13.426	149,0
Abril	-	-	24.454	92,5	13.875	152,3
Maio	-	-	24.824	98,5	12.095	155,2
Junho	-	-	25.873	104,7	10.408	157,7
[illegible]	-	-	25.312	110,8	9.395	160,0
Agosto	-	-	22.841	116,3	9.437	162,2
Setembro	17.651	50,0	23.664	122,0	9.601	164,5
Outubro	18.265	54,4	21.468	127,1	7.471	166,3
Novembro	20.398	59,2	22.177	132,4	7.035	168,0
Dezembro	20.393	64,2				

Fonte: Relatorio de Obras da Copene, 1976-1978.

> *"Trata-se de um vigoroso parque fabril com 66 indústrias, ou outras 12 em fase de implantação e mais 10 em projeto. É um colosso, na linguagem objetiva dos números: faturamento de US$ 4 bilhões; exportações de US$ 800 milhões; impostos pagos da ordem de US$ 500 milhões – incluso aí o ICM; folha de pagamento de US$ 250 milhões e novos investimentos de US$ 1 bilhão, se levada em conta só a parte da ampliação que será*

bancada pelas empresas e a Norquisa, a "holding" que comanda a Copene e mais outras 18 empresas petroquímicas".[34]

O COPEC em 1984 possuía 43 empresas em operação representando cerca de 20% do parque industrial baiano até o mesmo ano investiu quase 4 bilhões de dólares, criando 18.706 empregos diretos, aproximadamente 13% da mão-de-obra absorvida pela indústria da Bahia.

A produção do COPEC era destinada ao mercado interno até 1981 quando houve um aumento significativo do valor das exportações, dois anos depois, por exemplo, o valor das exportações alcançou US$ 287.767 milhões.

EXPORTAÇÃO DE PETROQUÍMICOS

ANO	QUANTIDADE (T)	VALOR (US $ 1.000)
1979	71.524	34.837
1980	173.815	82.575
1981	418.207	234.045
1982	464.840	243.630
1983	731.185	287.767

FONTE: PROMOEXPORT-BA, 1984.

O alto valor econômico do Pólo Petroquímico não se converteu em desenvolvimento social para a região e mesmo em relação à geração de empregos o número foi pequeno em função da automatização das indústrias de processo contínuo como as petroquímicas. Entretanto, essas indústrias além empregarem com um nível salarial superior à média, criaram condições de expansão das atividades industriais proporcionando em longo prazo novos empregos.

"O outro lado desse 'colosso' são as favelas e a miséria de Camaçari, os trabalhadores das 'gatas' (empreiteiras), a poluição química e o risco permanente de um acidente, que às vezes mata operários, e que pode atingir grandes proporções".[35]

[34] Plásticos em Revista, julho/1988, p.19.
[35] LOPES, Maria L. Fálcon. *Conflito distributivo e determinação dos salários: o caso dos trabalhadores petroquímicos da Bahia (1978-1987).* Dissertação de Mestrado em Administração, UFBA, 1989, p.19.

1.3.3. OS ANOS 80

1.3.3.1. O Cenário Econômico Brasileiro:

A década de 80 foi identificada como a "década perdida" porque a economia brasileira nesse período passou por uma profunda crise e todas as tentativas de sua superação foram fracassadas.

Foi um período de crise do modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro baseado na industrialização por substituição de importações financiada pelo Estado e pelo capital estrangeiro. No final dos anos 70 não havia mais condições para continuar sustentando a expansão econômica do país dentro dos padrões até então vigentes.

Desde o último ano da década de 70, com o segundo choque do petróleo que os bancos internacionais começaram a restringir o crédito aos países periféricos, inclusive ao Brasil, além de elevarem as taxas de juros no mercado internacional. Diante da moratória mexicana em 1982 os bancos credores internacionais suspenderam a concessão de novos empréstimos e passaram a cobrar a dívida externa do chamado "terceiro mundo". A partir desse momento o Brasil perdeu o financiamento do capital estrangeiro e o Estado passou a desembolsar um grande número de capital acumulado com as reservas cambiais para amortizar a dívida e pagar os juros.

Depois de várias décadas de altos índices de crescimento econômico, a economia brasileira enfrentava a estagnação e a recessão que traziam o descontrole inflacionário e o aprofundamento dos problemas sociais.

O Estado brasileiro adotou como alternativa a esse quadro de crise financeira a captação de recursos privados para o financiamento do elevado déficit público e a rolagem da volumosa dívida pública interna. A dívida pública, interna e externa, aumentou a especulação financeira, o que desviava os recursos financeiros do setor produtivo, estagnando a indústria e aprofundando a crise econômica.

Os governos desse período adotaram planos econômicos que supostamente combatiam a inflação através da recessão, isto é, com contenção dos gastos públicos e dos salários, e da sustentação de elevadas taxas de juros. Nessa conjuntura, o aumento do desemprego agravou a

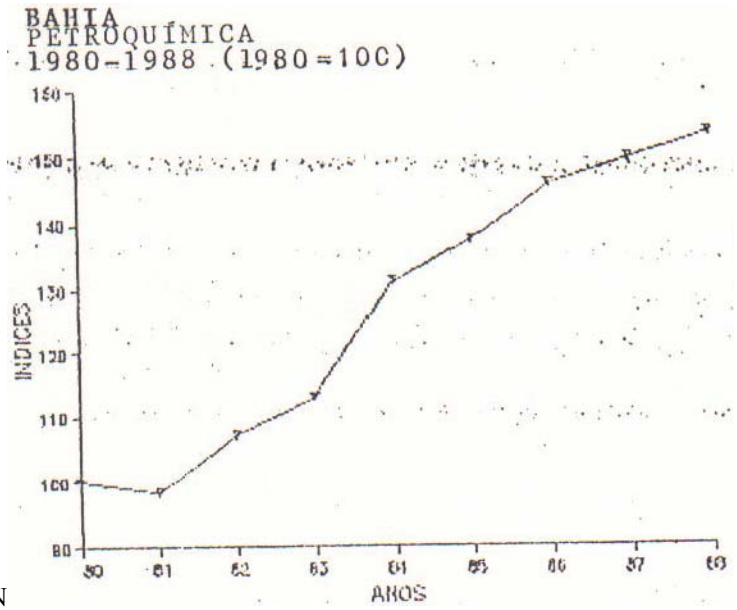
situação de miséria de diversas famílias, enquanto aqueles que mantiveram seus empregos viram seu poder de comprar reduzir drasticamente com as altas inflacionárias.

> *"A queda no poder de compra do SM ao longo das últimas três décadas foi acompanhada por uma diminuição da participação dos segmentos mais empobrecidos da população na renda total do país. Na década de oitenta, os 50% mais pobres da população diminuíram a sua participação de 13.4% para 10.4% na renda total do país. Neste mesmo período, os 10% mais ricos aumentaram a sua participação de 46.6% para 53.2%. Deve-se observar que o 1% mais rico se apropriou, sozinho, de mais de 17% de toda a renda do país, percentual superior àquele que coube aos 50% mais pobres. Estudos recentes indicam que o Brasil, juntamente com Botswana (país da áfrica meridional), detém os maiores índices de disparidade interna na distribuição da renda entre ricos e pobres".*[36]

1.3.3.2. A Região Metropolitana de Salvador (RMS) nos anos oitenta.

Apesar das grandes dificuldades da economia nacional nos anos 80, a indústria petroquímica baiana apresentava excepcional crescimento. A indústria compensou os períodos de retração no mercado interno com o aumento das exportações, incentivado por uma conjuntura internacional favorável com o alto preço do petróleo e dos derivados, e pela expansão das vendas externas incentivadas pela Petrobrás.

Apenas nos últimos anos da década de 80 a expansão da indústria petroquímica foi desacelerada com o agravamento da crise da indústria nacional.



Fonte: CEI/SEPLAN

[36] SOBRINHO, Gabriel Kraychete. "*O cenário econômico da década de oitenta". In: Repensando uma década: a construção da CUT na Bahia nos aos 80.* Salvador, CEPA, 1994.

A tardia industrialização baiana nos primeiros anos da década de 80 atingiu altos patamares de produção e o impacto dessa expansão econômica resultou em profunda transformação no quadro social da RMS.

Contudo, as transformações ocorridas na região não melhoraram as condições de existência da maioria de seus habitantes, estes foram submetidos a novos mecanismos de empobrecimento e exclusão, que atuavam em todos os espaços sociais.

O processo de metropolização com o aumento populacional da RMS acentuou as desigualdades do espaço urbano marcadas pela precariedade das condições de moradia, saúde e saneamento básico. O emprego na indústria de transformação localizada na RMS entre 1975 e 1980 cresceu 46%, mas na década de oitenta, as oportunidades de emprego no setor secundário se tornaram mais restritas.

POPULAÇÃO TOTAL DA RMS

Ano	população	pop.rms/pop.Est.
1940	330081	
1950	448681	
1960	734076	12,3
1970	1147821	15,3
1980	1766580	18,5

Fonte: 1960-80: Bahia. Seplantec.

PESSOAS OCUPADAS POR SETOR DE ATIVIDADE
RMS: 1981

Setor de atividade	1981	
Total	645628	100,00%
Agrícola	9470	1,40%
Ind.de transf.	90083	14,00%
Ind.da constr.	66737	10,30%
Outras ativ.ind.	21087	3,30%
Comercio	92018	14,30%
Prest.de serv.	158599	24,50%
Serv. auxiliares da ativ. eco.	26940	4,10%
Transp. e comun.	34382	5,30%
ativ. sociais	67571	10,50%
Adm. publica	53160	8,30%
outras ativ.	25581	4,00%

Fonte: IBGE. PNAD

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO OCUPADA POR SETOR DE ATIVIDADE
RMS: 1981

Setor de ativ.	1981
Primário	1,40%
Secundário	27,60%
Terciário	71,00%

Fonte: IBGE. PNAD

PESSOAS OCUPADAS POR POSICÃO NA OCUPAÇÃO
RMS - 1984

	1984	
Total	749240	100,00%
empregados	571024	76,21%
conta própria	151870	20,27%
empregadores	26346	3,52%

Fonte: IBGE. PNAD

CAPÍTULO II

O TRABALHADOR PETROQUÍMICO

“O HOMEM VIVE EM MUITOS MUNDOS MAS CADA MUNDO TEM UMA CHAVE DIFERENTE, E O HOMEM NÃO PODE PASSAR DE UM MUNDO PARA OUTRO SEM A CHAVE RESPECTIVA, ISTO É, SEM MUDAR A INTENCIONALIDADE E O CORRESPONDENTE MODO DE APROPRIAÇÃO DA REALIDADE.”[37]

[37] KOSIC, Karel *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p.23.

2.1. UMA BREVE APRESENTAÇÃO DO SISTEMA PETROQUÍMICO

Inicialmente, faz-se necessário apresentar algumas características mais gerais do universo no qual os sujeitos estavam inseridos. Para tanto, cabe definir que um "processo produtivo petroquímico consiste em submeter os insumos (gás natural, nafta, gasóleo, hidrogênio e outras matérias-primas) a determinadas condições de temperatura, pressão e vazão de modo a se obter, mediante reações químicos-físicas, a sua desintegração e transformação em substâncias com composição distinta".[38]

Os processos produtivos são diferenciados de acordo com o ponto de transformação química em que operam. As chamadas indústrias de primeira geração são aquelas que realizam os processos básicos responsáveis pela produção de produtos aromáticos como benzeno, tolueno e amônia ou de oleofitas, como eteno, buteno e butadieno a partir do gás natural, do oxigênio e da nafta. As indústrias de segunda geração realizam os processos intermediários utilizando os aromáticos e oleofitas como insumos para fabricar outros insumos, como óxido-eteno, estireno, etc., que por sua vez são utilizados como insumos para novos processos petroquímicos. Por último, as empresas de terceira geração finalizam os processos produzindo insumos apenas para a transformação industrial de outros ramos.

Toda essa estrutura possui uma engrenagem formada por equipamentos como "*esferas* e *tanques* de armazenamento; *fornos* que aumentam a temperatura dos produtos antes destes entrarem em *reatores,* que aceleram ou retardam reações químicas; *compressores* que aumentam a pressão e a temperatura do gás; *permutadores de calor* que resfriam reatores; *torres* onde se processam algumas reações e *bombas* que movimentam os produtos entre os diversos equipamentos. Além desses, uma área industrial é sempre congestionada por *tubulações* por onde se transportam insumos e produtos. Essas tubulações estão guarnecidas em pontos estratégicos por *válvulas* de regulação de *vazão,* e, assim como todos equipamentos, por *instrumentos de medição* de variáveis. Além dos equipamentos, e das misturas de

[38] GUIMARÃES, Antônio S.A. *Um sonho de classe.* São Paulo, Editora Hucitec, 1998, p. 64.

insumos, o processo utiliza catalisadores e solventes para apressar as reações químicas ou outros produtos químicos para proteger os equipamentos de desgaste excessivo".[39]

Nesse processo o trabalho humano é continuo, nunca é interrompido, exigido seja na manutenção emergencial ou preventiva e na manutenção geral durante as 'paradas'. A jornada de trabalho estava dividida em dois tipos: a administrativa, de quarenta horas semanais, de segunda à sexta, com uma folga mensal na primeira segunda-feira do mês, e a de turno, com quatro turmas que se revezavam pelas jornadas de 0 às 8 horas, de 8 às 16 horas, e de 16 às 0 hora e aplicada aos trabalhadores da operação, do laboratório, da vigilância patrimonial e da manutenção emergencial. Havia em 1985 o sistema de revezamento de turno, o mais encontrado era o chamado 3-2-2, em ciclos de nove dias, cada turma trabalhava três dias consecutivos em um turno, passava depois dois dias consecutivos em outro turno e finalmente mais dois dias consecutivos num terceiro turno, para folgar os dois últimos dias.

Quadro 1. Jornada de trabalho de turno no sistema 3-2-2

Semanas/Dias	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom
Primeira	0	8	8	16	16	f	f
Segunda	f	0	0	8	8	16	16
Terceira	16	f	f	0	0	8	8
Quarta	8	16	16	f	f	0	0

legenda: f = folga 0,8,16 = hora de entrada no turno

A organização das petroquímicas brasileiras possuía como matriz os padrões da Petrobrás, por isso podemos utilizar como exemplo o sistema organizacional da Central de Matérias Primas para compreendermos um pouco como funciona essa área industrial.

> *"Em Camaçari, a Central de Matérias Primas estava dividida em quatro diretorias - administrativa, financeira, comercial e industrial. A fábrica e o setor industrial localizavam-se no distrito industrial ou Pólo, enquanto os setores restantes localizavam-se na capital do estado. Na fábrica funcionava uma Superintendência de Produção (compreendendo três grandes Divisões: Operação, Manutenção e Engenharia de Produção, além de um setor de Segurança Industrial), uma Gerência Técnica (compreendendo uma Divisão de Engenharia Geral e uma Coordenação de Automação Industrial) e a Superintendência Administrativa (congregando quatro Divisões, dentre as quais a de Relações Industriais). A Divisão de Operação era composta por cinco setores — Aromáticos, Olefinas, Utilidades, Transferência e Estocagem e Resinas de Petróleo. A Divisão de Manutenção compunha-se de seis setores —*

[39]Ibid. Op, Cit, p.65.

Instrumentação, Mecânica, Caldeiraria e Tubulação, Elétrica, Manutenção Complementar, Planejamento, além de uma Coordenação de Trabalhos. A Divisão de Engenharia de Produção compreendia os setores de Planejamento, Controle de Qualidade e Controle de Produção."[40]

2.2. O PETROQUÍMICO

2.2.1. O EMPREGO NO PÓLO PETROQUÍMICO

O primeiro passo é compreender como ocorre a inserção desses indivíduos no espaço petroquímico, o porquê da escolha dessa área de trabalho, para essa indagação pode encontrar algumas justificativas como essas de dois operadores:

"Trabalhava nos correios desde 1970, já vinha tentando, aquela coisa de você querer melhorar de vida, ter um melhor salário, galgar uma condição social melhor".

"Foi até bom porque naquela época era a única fonte de trabalho bem remunerado que tinha na época, era como se fosse a Petrobrás, naquela época quem não gostaria de entrar na Petrobrás, era uma oportunidade de mudar de vida, um salário melhor. A implantação do Pólo Petroquímico foi um marco histórico".

Podemos identificar que um emprego no Pólo no final dos anos 70 e inicio dos anos 80 significava para uma população, de mais ou menos dois milhões de residentes na área metropolitana, uma possibilidade de mudar a condição financeira e social.

Alguns números podem fornecer alguns dados delineadores.

"Em 1985, 20.000 pessoas eram diretamente contratadas pelas empresas do Pólo, divididos em quatro grupos:
1. O escalão superior, formado por diretores, gerentes, e coordenadores dos diferentes setores, totalizando 7,4% dos empregados.
2. Técnicos de nível superior da área administrativa e de produção, representando em conjunto 8,2% dos empregados do COPEC.
3. Empregados administrativos, o segundo grupo em termos de importância numérica no COPEC, onde se enquadram 24,7% dos empregados.
4. Os operários, que em conjunto representam quase 60% da mão-de-obra empregada no COPEC, sendo 40,3% de pessoal com qualificação profissional especializada e 19,4% de operários semi ou não-qualificados."[41]

---

[40] Idem, p.61.
[41] SILVA, Edelzuita dos Anjos Silva e PEREIRA, Rosa Maria Viana. Revista Força de Trabalho e Emprego, Salvador, (8/9): 36-38, Set/Dez/86 e Jan/Abr/87, p.5.

TABELA 2
PADRÃO SALARIAL

MÉDIA SALARIAL APROXIMADA (MÍNIMA E MÁXIMA) SEGUNDO A FUNÇÃO (Em 31.12.85)

FUNÇÕES	MÉDIA SALARIAL (EM SM.) (1)				
	MÍNIMOS	MÁXIMOS	SAL. AROXIMADO (2)	NÚMERO DE SAMPREGADOS ABS	%
DIRETORIA	39,1	70,0	54,6	87	0,4
GERENCIA	24,9	42,4	33,6	386	1,9
COORDENAÇÃO	9,2	20,6	14,9	1.025	5,1
TÉCNICOS NS PROD.	11,4	25,2	18,3	536	2,7
TÉCNICOS ADM.	10,0	20,6	15,3	1.108	5,5
EMPREGADOS ADM	3,8	9,3	6,5	4.985	24,7
OPERÁRIOS QUALIF.	5,8	11,7	8,7	8.131	40,3
OPERÁRIOS SEMI/NAO QUALIF.	1,8	4,4	3,1	3.907	19,4

FONTE: RELATÓRIO FINAL DOS ESTUDOS DE ATUALIZAÇÃO E REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO COEPC.

NOTAS:1.A média dos valores registrados entre os diversos setores para as amplitudes mínimas e máximas de salário para cada função.

2.Média entre os valores mínimos e máximos registrados na função.

[42]

Podemos perceber que 40% dos empregados eram operários qualificados que recebiam em média 8,7 salários mínimos e possuíam uma das menores médias salariais em relação a outras funções, superior apenas aos técnicos administrativos, em função dos adicionais de turno, e aos operários semi/não qualificados.

Entretanto, segundo os dados abaixo, em 1985, das 2.198.301 de pessoas empregadas na Bahia apenas 110.753 recebiam entre 5 à 10 salários mínimos, isto é, apenas 5% de baianos empregados estavam nessa faixa salarial. Então, está no Pólo naquele momento significava fazer parte de uma minoria da sociedade baiana, isso, principalmente, para filhos de pedreiros, pescadores, saboeiro, carpinteiro, faxineiras, costureiras ou donas-de-casa, que estudaram em escolas públicas e possuíam apenas o 2º grau completo para disputar a inserção no mercado de trabalho.

Tabela 8
Pessoas ocupadas segundo a posição na ocupação e classes de rendimento mensal de todos os trabalhos, Bahia - 1981 - 89

Posição na ocupação e classes de rendimento	Pessoas ocupadas								
	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Empregados	1710892	1818904	1970388	2053394	2198301	2258285	2362846	2522833	2535598
Até 1/2 sm	352012	477272	431796	376252	410127	290209	427183	551122	558588
Mais de 1/2 a 1 sm	496811	625547	666996	747595	784455	830899	646471	759491	737045
Mais de 1 a 2 sm	447166	367435	433774	465206	477906	567486	589356	572571	569916
Mais de 2 a 3 sm	164964	122886	167837	168516	184911	185778	245450	207676	223689
Mais de 3 a 5 sm	120508	104274	113899	138062	165531	187994	200388	178899	179319
Mais de 5 a 10 sm	78138	75131	94664	90056	110753	117801	138617	111461	135219
Mais de 10 sm	48601	39385	58408	65330	63305	66657	98158	102770	113950
Sem declaração	2692	6974	3014	2377	1313	11461	17223	38843	17872

[43]

[42] Idem, p.5.
[43] DIEESE. *Retrospectiva 85 do mercado de trabalho baiano,* Salvador, p.10

Tabela 9
Distribuição percentual das pessoas ocupadas segundo a posição na ocupação e classes de rendimento mensal de todos os trabalhos, Bahia - 1981 - 89

(%)

Classes de rendimento e posição na ocupação	Percentual das pessoas ocupadas								
	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Empregados	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1/2 sm	20,6	26,2	21,9	18,3	18,7	12,9	18,1	21,8	22,0
Mais de 1/2 a 1 sm	29,0	34,4	33,9	36,4	35,7	36,8	27,4	30,1	29,1
Mais de 1 a 2 sm	26,1	20,2	22,0	22,7	21,7	25,1	24,9	22,7	22,5
Mais de 2 a 3 sm	9,6	6,8	8,5	8,2	8,4	8,2	10,4	8,2	8,8
Mais de 3 a 5 sm	7,0	5,7	5,8	6,7	7,5	8,3	8,5	7,1	7,1
Mais de 5 a 10 sm	4,6	4,1	4,8	4,4	5,0	5,2	5,9	4,4	5,3
Mais de 10 sm	2,8	2,2	3,0	3,2	2,9	3,0	4,2	4,1	4,5
Sem declaração	0,2	0,4	0,2	0,1	0,1	0,5	0,7	1,5	0,7

[44]

2.2.2. A FORMAÇÃO EDUCACIONAL E A SELEÇÃO DOS PETROQUÍMICOS

O nível de instrução formal majoritária entre os empregados do Pólo era o segundo grau, como podemos ver na tabela abaixo, 55,7% dos empregados do COPEC possuíam apenas o segundo grau. Para o sindicato patronal essa realidade é um resultado da absorção de muita mão-de-obra das empresas responsáveis pela montagem das suas instalações industriais, e nessa mão-de-obra era bastante elevado o número de analfabetos por isso foram realizados programas específicos pelas empresas com recursos próprios e em convênio com algumas entidades governamentais para permitir o acesso da formação escolar a esses trabalhadores. Por outro lado, o patronato avalia como significativo a presença de 24% de trabalhadores com nível superior, justificando que esse percentual evidencia a característica da indústria petroquímica de constante risco de obsolescência de produto e de processo e a necessidade, das empresas, de contar com esses profissionais para buscar soluções inovadoras em suas respectivas áreas de atuação, de modo a garantir a sua sobrevivência e perpetuidade.

O que podemos perceber nos depoimentos sobre a forma de ingresso no Pólo, é que a primeira geração que entrou na década de 70, e participou do lançamento das plantas, todos foram aprovados em concursos de grande concorrência realizados por uma parceria com a Petrobrás que exigia uma instrução formal, na maioria dos casos, o segundo grau completo, e depois havia a capacitação profissional específica, que se adquiria tanto na prática efetiva de trabalho como através

[44] Idem, p.11.

de cursos e estágios promovidos pelas empresas, em suas dependências ou fora delas, e até mesmo em outros Estados, conforme a política de capacitação de pessoal dos diversos setores, que de um modo geral inclui uma combinação dessas práticas.

Dois operadores que foram admitidos em 1976 e 1977, respectivamente, nos seus depoimentos, relatam como era o processo preparatório pós-concurso:

"Fiz o concurso para operador de processo, depois um curso de oito meses, com um período de estágio de dez meses na REPLAN, em São Paulo, no retorno a planta estava em montagem, a gente acompanhou todo aquele processo de preparativo para a partida e foi aonde a gente foi adquirindo conhecimento técnico e prático".

"O concurso era provas de matemática, português e conhecimentos gerais. Depois fizemos um curso para operador de processo petroquímico, onde estudamos química, física, matemática, operações unitárias e equipamentos – resfriadores, bombas tanques, válvulas, parafusos, tubulações, com professores da Bahia e de outros estados, engenheiros da fábrica, operadores-chefes e supervisores. O sistema Petrobrás/Copene depois distribuía para outras fábricas de acordo com a necessidade de cada uma. Realizei um estágio na Copene de seis meses, várias etapas que você vai vencendo, depois uma matéria chamada o processo em si, que era o processo específico da fábrica que você ia trabalhar, para poder ir para dentro da fábrica com o conhecimento teórico do que você vai produzir de como você vai fazer aquilo e porque. Tomar conhecimento, estudar muito para na hora H as pernas não tremerem, você partir uma fábrica é mesmo como você criar o primeiro vôo de um avião, nessa hora tem que ter coragem porque o risco de acidente é muito grande".

A segunda geração petroquímica da primeira metade dos anos 80 foi recrutada de forma predominante a partir da análise de curriculum,

> *"... apontado como método mais usado pelas empresas seguido de anúncio em jornais e utilização dos serviços de empresas de recursos humanos e de órgãos formadores de mão-de-obra. A seleção de pessoal é feita preferencialmente através de entrevista, forma utilizada pela maioria das empresas, que lançam mão também de testes de conhecimentos, específicos e gerais. É importante na seleção de pessoal, a apresentação de referências de empresas onde o candidato já trabalhou e ainda experiências de estágios, sendo de menor importância os cursos profissionalizantes realizados."*[45]

Devemos ressaltar que entre os entrevistados, cujo período de admissão no Pólo varia entre 1975 e 1981, nenhum deles foi egresso da Escola Técnica Federal da Bahia, o que nos faz supor que ou a presença destes não era majoritária no setor de operação, ou então, sua presença tornou-se marcante no Pólo na segunda metade dos anos 80. Além disso, poucos eram aqueles que antes de ingressar no Pólo realizaram algum curso profissionalizante.

[45] Idem, p.6.

2.2.3. GÊNERO NO EMPREGO PETROQUÍMICO

TABELA 3
NÍVEL DE INSTRUÇÃO DOS EMPREGADOS DO COPEC SEGUNDO O SEXO DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL

NÍVEL DE INSTRUÇÃO	SEXO		TOTAL
	MASC.	FEM.	
Analfabeto	1,6	0,3	1,9
Alfabetizados	2,8	0,6	3,4
1º Grau	14,4	0,3	14,8
2º Grau	46,6	9,1	55,7
Superior	19,8	4,4	24,2
TOTAL	85,3	14,7	100,0

FONTE: RELATÓRIO FINAL DOS ESTUDOS PARA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR DO COPEC. ANO 1986.

[46]

Na tabela acima, assim como, no gráfico abaixo* verificamos a inexpressiva presença feminina na petroquímica. Guimarães, para explicar como a fábrica dos homens é também um importante espaço de relações de gênero, mesmo quando a presença masculina é tão preponderante que anula o feminino, realizou uma pesquisa comparativa, em 1987, entre uma empresa estatal e privada sobre as ocupações femininas, inserindo, inclusive, o aspecto racial. A primeira hipótese formulada é que "a discriminação feminina resulta de desigualdades nas oportunidades de emprego industrial e, conseqüentemente, de renda e de acesso ao mercado de bens e serviços"[47], essas desigualdades estão associadas à cor, à aparência e ao sexo.

O discurso utilizado pelo Sindicato das Indústrias Petroquímicas e de Resinas Sintéticas (SINPER) para justificar a predominância masculina (86.13%) recorre ao chamado 'papel social' da mulher que a impossibilitaria de se adequar às condições do trabalho petroquímico, isto demonstra como as funções sociais são impostas pelos padrões culturais.

> *"Embora não exista qualquer preconceito com relação a sexo, por parte das empresas, a responsabilidade de 'cuidar' da casa e dos filhos que culturalmente tem sido atribuída às mulheres, torna a opção de trabalhador no Pólo pouco atrativa para elas dada à distância que fica de Salvador e a dificuldade de acompanhar o que está acontecendo na sua casa durante o dia".*[48]

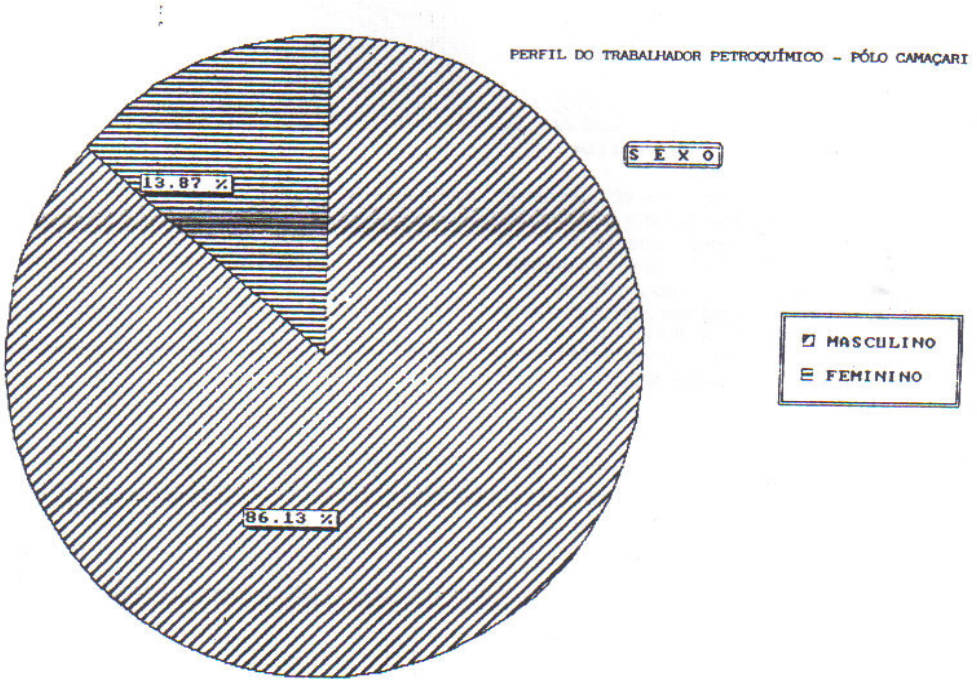
---

[46] Idem, p.6.

* Pesquisa realizada pelo Sindicato das Indústrias Petroquímicas e de Resinas Sintéticas entre 16 empresas com um efetivo total de aproximadamente 9.300 trabalhadores e publicada na Revista Força de Trabalho e Emprego, Salvador, (8/9): 36-38, Set/Dez/86 e Jan/Abr/87.

[47] GUIMARÃES, Antônio S.A. Op. Cit. p.95.

[48] Sindicato das Indústrias Petroquímicas e de Resinas Sintéticas (SINPER). *Perfil do trabalhador do Pólo Petroquímico.* Revista Força de Trabalho e Emprego, Salvador, (8/9): 36-38, Set/Dez/86 e Jan/Abr/87, p. 36-38.



[49]

A análise de Guimarães sobre a condição feminina na Petroquímica parte da idéia de que a manipulação das diferenças físicas entre os sexos são recriadas socialmente em relações de gêneros, atribuindo papéis e competências diferenciadas entre os sexos e criando grupos e redes de solidariedade por sexo. Disso resulta mecanismos e articulações que fazem com que as mulheres sejam empregadas em número muito inferior ao dos homens e apenas em alguns setores e em algumas ocupações, principalmente no trabalho de escritório, desempenhando funções de chefia com menor freqüência e de menor importância que os homens.

Para explicar a exclusão feminina o autor argumenta que as práticas de recrutamento e seleção para alguns postos de trabalho discriminavam as mulheres, utilizando, para tanto, de forma oportuna, de dispositivos legais, como a lei que proibia o trabalho feminino noturno.

Ademais, Guimarães salienta a existência de uma auto-exclusão feminina resultante de práticas culturais de formação profissional e de socialização, onde prevalece a diferenciação de gênero, seja no aprendizado transmitido na relação mestre/aprendiz, ou na formação de valores durante a criação de coletivos de trabalho, bem como, a própria representação social da profissão, caracterizada pelos sacrifícios, desprendimentos, riscos, resistência física, entre outros atributos que

[49] Idem, p. 36.

serviam para manter as mulheres à distância. E por fim, a própria incompatibilidade entre as trajetórias familiares, de mãe e dona-de-casa, com o emprego no Pólo.

2.2.4. RAÇA NO EMPREGO PETROQUÍMICO

Guimarães pesquisou, também, as desigualdades raciais, ou melhor, como o mercado de trabalho e as condições de trabalho na empresa eram regulados por uma seletividade racial. De acordo com essa interpretação, esse recurso discriminatório era utilizado tanto no momento de inserção no mercado de trabalho, como na ascensão ocupacional, e era mais efetivo quanto mais evidente as marcas físicas da negritude. Por isso, o "nicho negro" estava nas ocupações manuais da produção, notadamente aquelas que exigem esforços físicos e baixa escolaridade, enquanto que os brancos do sexo masculino com maior escolaridade, são aqueles que majoritariamente possuem o diploma universitário e ocupam cargos de chefia.

> *"A escolarização não somente parecia atuar como um discriminante das possibilidades de mobilidade profissional entre grupos raciais, como se tornava um verdadeiro mecanismo de seleção (por atributos como sexo e cor) para o acesso a posições de mando (no mundo administrativo ou técnico-operacional) da indústria".*[50]

O acesso ao nível superior indicava a confluência entre as diferenças raciais e de classe. Entre os homens, os brancos que ocupavam cargos de chefia em sua maioria possuíam o terceiro grau completo, já os negros, geralmente operadores que trabalhavam de turno, dificilmente conseguiam ter acesso ou completar o nível superior.

Todavia, a escolaridade além de ser uma barreira, era também uma possibilidade para a mobilidade e, no caso das mulheres, para a própria inserção, daí a presença de mulheres mais escolarizadas na indústria petroquímica, mas no caso do diploma universitário isso era uma realidade apenas para mulheres brancas. Segundo dados apresentados por Guimarães, brancas e pardas perfaziam 14% da mão-de-obra petroquímica, apenas 9% eram negras, assim, a escolaridade, além de ser um obstáculo a mais para os negros, aprofundava a exclusão feminina, o acesso para mulheres negras era quase impossível.

---

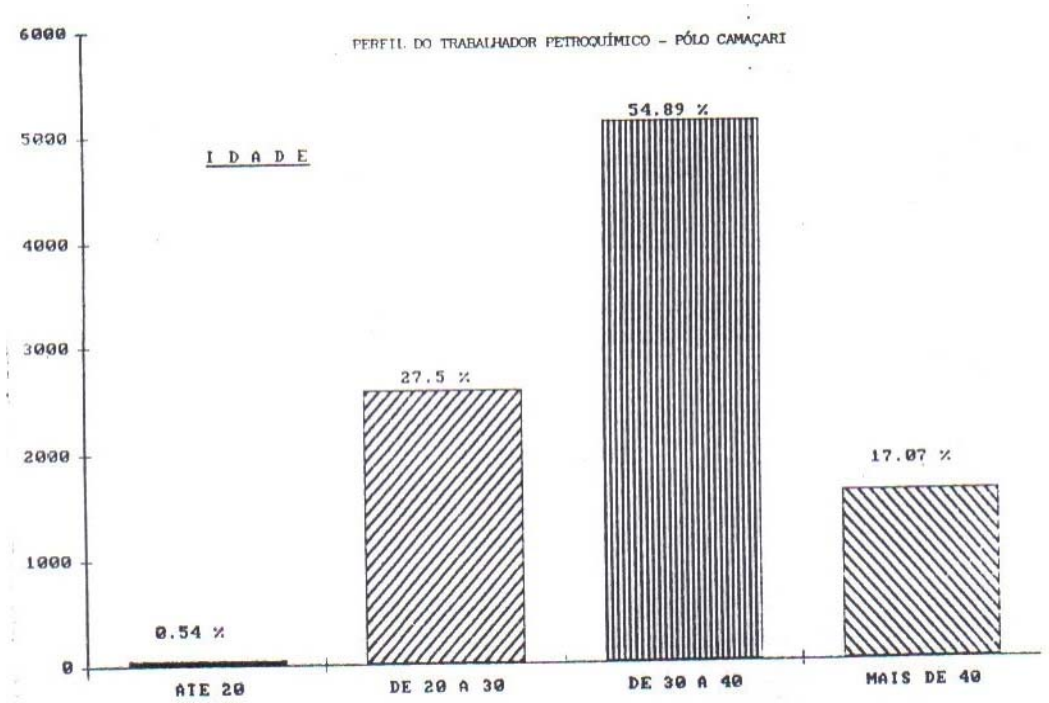
[50] GUIMARÃES, Antônio S.A. *Um sonho de classe.* São Paulo, Editora Hucitec, 1998, p.120.

A pesquisa de Guimarães sugere a existência na prática empresarial e organizacional de um forte padrão segregacionista de cor e gênero, onde a desigualdade de escolaridade justificava a desigualdade das posições entre brancos e negros e fundamentava a igualdade de posições entre os sexos.

A variável individual da discriminação racial estava relacionada com as marcas da cor e de outras características como sexo, escolaridade, idade e naturalidade.

2.2.5. A FAIXA ETÁRIA DOS PETROQUÍMICOS

Em 1986, 82.39% dos trabalhadores petroquímicos estavam na faixa dos 20 a 40 anos, sendo a maior concentração, 54.89%, na faixa dos 30 a 40 anos e a menor, 0.54%, até 20 anos. Aquelas pessoas que nesse período estavam nessa faixa mais madura certamente eram oriundas da primeira geração de trabalhadores que podem ter ingressado por concursos, currículo, ou oriundos das empresas responsáveis pela montagem das plantas industriais. Um número reduzido de jovens até 20 anos indica que a mão de obra exigida pelo Pólo requer não só um nível de formação educacional, como também, experiência no setor petroquímico, principalmente em função das especificidades que evolvem esse setor industrial.



[51]

Os depoimentos fornecidos até o presente momento são majoritariamente masculinos, a

[51] Idem, p. 37.

exceção de uma viúva de um supervisor, encontramos relatos pontuais da presença feminina apenas quando há referência ao setor administrativo.

O chão da fábrica petroquímica, a chamada planta, é um universo de homens afrodescendentes cuja marca da segregação pode ser nitidamente visualizada quando comparamos a média salarial dos operadores qualificados com a de cargos de chefia, a diferença pode até ser sete vezes menos, ou quando percebemos que a estrutura de carreira não possibilitava perspectivas de ascensão, pois, "as chances de promoção entre cargos estão estritamente condicionadas à lotação aprovada e é inversamente proporcional a importância hierárquica do cargo, diminuído, portanto, à medida que ele é melhor remunerado"[52]. Isto é, ocorre um afunilamento de cargos em ordem crescente de nível hierárquico, as tabelas abaixo demonstram a ocupação dos empregados de uma fábrica de amônia, e nelas podemos perceber esse funil, por exemplo, para 67 cargos de chefia há 308 de nível técnico, para 120 operadores I há 7 chefes de unidade.

2.2.6. A ORIGEM ESPACIAL DOS PETROQUÍMICOS

[52] GUMARÃES, Antônio Sergio. *Insatisfações e resistência operária na indústria petroquímica*. Salvador, CRH, 1987, p.6.

TABELA I

LOTAÇÃO DO PESSOAL DA FÁBRICA POR SETORES, SEGUNDO NÍVEL HIERÁRQUICO

– ABRIL/1986 –

	CHEFIA*	NÍVEL TÉCNICO*	PESSOAL AUXILIAR*	TOTAL
Gerência de Produção	67	308	47	422
Operação	21	185	12	218
Manutenção	22	82	24	128
Engenharia de Produção	20	41	10	71
Chefia	4	00	01	05
Gerência de Fábrica	18	54	155	227
Segurança/Bem Estar	07	09	10	26
Administração	05	31	106	142
Movimentação	04	13	38	55
Chefia	02	01	01	04
Escritório Central	147	98	120	365
TOTAL	232	460	322	1.014

FONTE: Escritório Central

* Chefia inclui também o pessoal de nível superior, de supervisão e os substitutos eventuais da chefia.
* Nível Técnico inclui todos os trabalhadores qualificados e especializados
* Pessoal auxiliar inclui todos os trabalhadores sem especialização técnica.

TABELA II

LOTAÇÃO DA DIVISÃO DE OPERAÇÃO DA FÁBRICA POR SETORES, SEGUNDO OS CARGOS

– ABRIL/1986 –

CARGOS	SETORES							TOTAL
	DIVISÃO	AMÔNIA I	AMÔNIA II	URÉIA I	URÉIA II	ÁCIDO	UTILIDADE	
Auxiliar de Serviços Gerais	01	–	–	05	04	–	–	10
Auxiliar de Escritório	01	–	–	–	–	–	–	01
Escriturário	01	–	–	–	–	–	–	01
Operador I	–	24	25	18	24	11	18	120
Operador II	–	08	08	08	08	04	04	40
Operador III	–	05	04	04	04	04	04	25
Técnico Operação	–	01	01	01	01	01	01	06
Supervisor Turno	08	–	–	–	–	–	–	08
Chefe de Unidade	01	01	01	01	01	01	01	07
TOTAL	12	39	39	37	42	21	28	218

FONTE: Gerência de Produção [53]

A mão-de-obra qualificada era oriunda de Salvador, e em escala menor também de cidades do centro sul do país, isso principalmente para a primeira geração de operadores e chefia. Já o recrutamento do pessoal não qualificado é realizado preferencialmente em Camaçari e Dias D'Ávila, seguido de Salvador e outras localidades da região metropolitana de Salvador (RMS).

Verifica-se assim que a população dos municípios próximos ao Pólo Petroquímico não era absorvida como mão-de-obra, quando isso ocorria era para setores que não exigiam qualificação, onde se concentrava apenas 19.4% do total de trabalhadores que recebiam em média 3.1% salários mínimos. É interessante observar como o SINPER avalia essa realidade:

[53]GUIMARÃES, Antonio S. A. *Regime fabril e formação de classe na indústria petroquímica da Bahia.* Revista Força de Trabalho e Emprego, Salvador, (8/9): 36-38, Set/Dez/86 e Jan/Abr/87, p.16.

> *"Considerado por muitos como a 'Ilha da Fantasia', pelo contraste com a realidade do município em que foi implantado, o Pólo Petroquímico de Camaçari, formado por empresas de alta tecnologia e de capital intensivo, trouxe profundas mudanças sócio-econômicas para a comunidade baiana".*[54]

A distribuição espacial dos empregados das empresas do COPEC mostra que a concentração em Salvador se dá em escala proporcional à hierarquia funcional, com maiores índices entre os níveis superiores na escala de funções conforme pode ser visto na tabela 4.

TABELA 4
DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS EMPREGADOS DAS EMPRESAS DO COPEC POR LOCALIDADE DE RESIDÊNCIA (1) (31.12.86).

FUNÇÃO	LOCALIDADES													
	CAMAÇARI						DIAS D'AVILA		SALVADOR		OUTROS		TOTAL GERAL	
	TOTAL		SEDE		ORLA									
	ABS	%		%		%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
DIRETORIA	–	–	–	–	–	–	–	–	54	62,0	33	38,0	87	100
GERÊNCIA	01	–	01	–	–	–	–	–	357	92,0	28	7,0	386	100
COORDENAÇÃO	26	2,5	24	2,3	02	0,2	22	2,1	935	91,2	42	0,4	1025	100
TEC.NS (PROD.)	6	1,1	4	0,7	02	0,4	07	1,3	498	92,9	25	4,5	536	100
TEC.NS (ADM.)	25	2,2	23	2,1	02	0,1	19	1,7	998	90,1	66	6,0	1108	100
EMPREGADO (ADM.)	347	7,0	320	6,4	27	0,6	118	2,4	4059	81,4	461	9,2	4985	100
OPERÁRIOS QUAL.	1247	15,3	1187	14,6	60	0,7	373	4,6	5814	71,5	497	6,1	8131	100
OPERÁRIOS SEMI/ OU N. QUAL.	1349	34,5	1316	33,7	33	0,8	219	5,6	1747	44,7	592	15,2	3907	100
TOTAL	3001		2875		126		758		14472		1944		20165	
%	14,9		14,9		0,6		3,7		71,8		9,6		100	

FONTE: RELATÓRIO FINAL DOS ESTUDOS PARA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR DO COPEC.

[55]

> *"Dentre os 20.165 empregados contratados diretamente pelas empresas, na época da pesquisa somente 15% optaram por residir em Camaçari, correspondendo a 34,5% dos operários não qualificados, 15,3% dos operários qualificados, 7% dos empregados administrativos e 5% dos técnicos de nível superior, gerente e coordenação. A opção da grande maioria dos empregados por residir em Salvador se deveu, segundo a opinião que manifestaram por ocasião da pesquisa direta, à ausência de infra-estrutura de apoio e serviços no município de Camaçari, e aos efeitos ambientais das atividades petroquímicas no espaço imediato e suas conseqüências nas condições de saúde."*[56]

As informações reunidas até o momento começam a esboçar o perfil do trabalhador petroquímico, homem, negro, soteropolitano, com segundo grau completo, oriundo de família de baixa renda que busca no emprego no Pólo uma possibilidade de melhoria das condições financeiras, mas dificilmente consegue no final da carreira ocupar cargos de chefia.

2.3. O PETROQUÍMICO NO MUNDO DO TRABALHO

[54] Sindicato das Indústrias Petroquímicas e de Resinas Sintéticas (SINPER). Op. Cit. p.36.
[55] SILVA, Edelzuita dos Anjos Silva e PEREIRA, Rosa Maria Viana. Op. Cit. p.6
[56] Idem, p.6.

Agora, importa compreender como esses 'habitantes' da 'Ilha da Fantasia', vivem e sobrevivem, constroem e são construídos.

A partir de um depoimento de um operador, podemos identificar alguns elementos do primeiro encontro com esse universo:

"Você se encanta, aí vem o encantamento com a profissão em si, porque você..., é muito bonito o processo, não tem como você dizer não quero mais, nem negócio de medo nem nada, porque você gosta da coisa, é uma descoberta, o inicio do processo todo, aquela luta, aquela coisa de você ver funcionando, por exemplo, entra aqui uma coisa e daquele lado sai outra totalmente diferente você ver entrar gases, etileno, propileno, hidrogênio, o solvente, aquela coisa, a reação, o catalizador, você ver aquilo tudo entrar liquido, gás e se transformar no outro lado em um pó branco, e mais adiante vai se transformar em plástico, aí daqui a pouco você ver aquilo lá no laboratório da fábrica se transformar em engradado, em garrafa, em bacia, em copo, em coisas diferentes, aí você diz pô meu Deus sou eu que estou participando disso, estou fazendo aquilo, é um negócio emocionante".

"Eu comecei trabalhando numa coisa que eu não conhecia, primeiro você tem o conhecimento teórico que já é bom você vê que você está aprendendo coisas que você nunca imaginou aprender e depois na prática quando você vê aquela coisa toda funcionando aquela engrenagem toda funcionando, então..., e a vida que aquilo te trás você cresce socialmente, por exemplo, eu vim do gueto, eu morava no Nordeste de Amaralina, num coió com minha mãe e meus irmãos aí você tem, começa a ter condições de ter uma casa melhor, acesso à tecnologia, coisas melhores, televisão, isso, aquilo, a ter carro, ter dinheiro no bolso pra gastar com a vida, se divertir, a ter acesso a outras coisas que você não tinha, então é aquilo ali que está te dando aquela condição, então você não tem como pensar em desistir daquilo. Eu era o mais velho, arrimo de família, eu que ajudei a criar meus irmãos".

O possível 'encantamento' com a profissão está intrinsecamente relacionado com a possibilidade de crescimento intelectual, que acompanha uma ruptura material com o espaço social do qual é originário. Isso pode ser confirmado em outro relato de um operador:

"Eu me identifiquei muito com essa profissão de operador, era uma coisa que eu gostava, em termos de remuneração quando eu ingressei foi uma diferença muito grande do que eu ganhava e quando eu entrei na operação, não só pelo lado financeiro, mas eu gostava da operação, me identificava realmente passei a me dedicar realmente, estudava, eu conhecia a planta que eu trabalhava".

"Eu aprendi muito com um operador antigo da refinaria, eu tinha muita teoria, eu fui preparado, na época até do estágio eu não entrei diretamente na planta, eu entrei com o pessoal da Petrobrás, eu tive um curso com a turma de preparação para o processo de refino, então, eu tinha muita teoria, mas esse cara era um cara muito prático, me ajudou porque tinha muitas coisas que na realidade você olhava e dizia 'puxa não é assim, se você quiser botar como manda o livro você não opera a planta e o objetivo era o resultado, 'olha daqui a duas horas o produto tem que tá no tanque', você tinha que ter jogo mesmo,era muito da sua habilidade de profissional, então tinha aquelas pessoas que muitas vezes vacilavam. Então, na Copene mesmo as pessoas que se destacavam da turma da gente, porque foi tida no começo eu lembro...,que lá no estágio diziam 'que nada rapaz aquilo vai ser a maior bronca, baiano não quer saber de nada não, baiano só quer saber de carnaval', então as pessoas do sul não acreditavam que a gente ia produzir aquilo, então, quando nós pegamos a planta na mão mesmo, a gente desenvolveu e os caras quebraram a cara, caíram o queixo de ver como houve aquela identificação de muitos, a planta da Copene na época eram 1600 empregados, era muita gente, num turno lá trabalhavam 150 ou 300 pessoas, ao longo do tempo foram diminuindo. "

O depoimento acima apresenta um conjunto de percepções, primeiro, a de que a preparação teórica precisa ser acompanhada da aquisição do saber prático, este pode ser adquirido com a convivência com aqueles

mais experientes, segundo, que havia um certo preconceito dos sulistas para com os nordestinos petroquímicos, e por fim, indício de que houve inicialmente uma identificação dos trabalhadores com o tipo de trabalho desempenhado.

Logo, à primeira vista o trabalho petroquímico poderia proporcionar além da melhoria salarial, uma realização profissional. Porém, essa é a primeira praia da 'Ilha', é apenas o momento do desembarque, muitas outras praias ainda precisam ser descobertas e desbravadas.

2.3.1. O TIPO DE TRABALHO

O primeiro desafio é conhecer o tipo de trabalho que será desempenhado. No conjunto dos entrevistados até o momento, a maioria trabalhava nas Divisões de Operação e Manutenção, apenas um pertencia aos quadros da Divisão de Engenharia de Produção, isso porque como o objetivo geral da pesquisa é analisar a greve geral de 1985, já é visível que aqueles que trabalhavam no chamado horário administrativo participaram de forma limitada dessa experiência, as razões disso veremos mais adiante. Aqui encontraremos algumas descrições de atividades realizadas por operadores, eletricistas e analistas químicos:

"Operador I trabalhava de campo, acompanhamento de manutenção, operação feita pelo pessoal de painel, observação de equipamentos, segurança, uma série de atividades de campo que operador fazia, manobras operacionais, de processo, recebia o comunicado da sala de controle e ia executar no campo".

"O operador estagiário é aquele cara que você tem lá a teoria num fracionamento de produto petroquímico, no caso o setor que eu trabalhava, a gente recebia um produto que era o BTX, o benzeno, tolueno e xileno e eu tinha que separar isso, é um processamento, são dois, de refino, e que você separa um produto, é um processo petroquímico. Essa é uma das atividades. Você tem a atividade de campo, as manobras, abrir as linhas, aquelas tubulações, fazer leitura, partir a bomba, parar a bomba, alinhar o produto com uma torre desviar, alinhar um trocador, e já o painel é quem controla realmente lá, qualquer variável você tem o controle na mão é onde você tem maior responsabilidade, justamente, toda manobra, você está vendo o processo, lá na área você vai ver um bocado de tubo, de equipamento, tudo, mas você no painel, você está lá com o controle na mão, uma válvula daquela você dá um toque, você corrige uma temperatura, você corrige uma vazão".

"O operador de painel lá uma salona na frente dele, ele ver todos os equipamentos na frente dele tipo uma televisão e o que ele percebe de irregular ele comunica ao operador chefe, e no caso o operador chefe ou faz a correção dentro daquele produto ou comunica ao supervisor para o supervisor dar uma opinião ou ele toma a decisão, o supervisor era um operador de processo mais especializado, com mais conhecimento, com mais experiência, com mais leitura do que é o processo em si, com mais conhecimento de todo o funcionamento da área que ele tá trabalhando".

"O operador de painel ele pede as coisas que ele sente lá no painel necessidade, por exemplo controle de pressão, ele quer que você abra mais tal válvula para reduzir a pressão do reator no caso, controle de temperatura, ele quer mais água, abra a válvula tal de WT, feche válvula tal, está acabando catalisador, efetuar diluição de catalisador, tudo isso ele liga pedindo, controle de volume, de nível, de vasos, leitura da área, você tem que fazer de 2 em 2 horas, você pega uma prancheta com todos os equipamentos que você tem na sua área para controle, tipo PI, indicador de pressão, de temperatura, nível, tudo isso você anota de 2 em 2 horas e aí você ver alguma irregularidade que estiver acontecendo, você ver aquela irregularidade, comunica ao

operador de painel se ele não percebeu lá e ele manda você corrigir e aí ele dá as coordenadas para você corrigir, 1 grau na válvula tal, 2 décimos na válvula assim aí você vai lá fazer aquilo..."

"O Operador III comandava os dois operadores II, todos os operadores I, distribuía as tarefas, fiscalizava, fazia o relatório, assinava, assinava as permissões de trabalho para fazer solda, cortar..."

"O operador-chefe coordenava tudo isso, o operador II coordenava o painel e a área cá fora fiscalizando a confecção desses serviços, de suas ocupações, daquele dever, daquelas obrigações que você tinha durante aquele turno".

"O Eletricista III era responsável por toda parte elétrica da planta, resolver qualquer problema da fábrica, tinha que obrigatoriamente ter curso técnico, experiência na área profissional, nosso ponto de apoio era dentro da subestação aonde você tinha que fazer as manobras que era necessária. Se fosse uma coisa muito grave que não pudesse resolver ele tinha que avisar para operação, que era quando o pessoal injetava um inibidor da reação isotérmica para evitar que o produto petrificasse no reator. O trabalho diário você tinha que fazer leitura de duas em duas horas dos painéis da subestação, medir a isolação dos equipamentos que estavam em repouso antes de liberar para que a operação colocasse em operação. Você sempre era chamado atenção, você tem 50 segundos para resolver qualquer problema da parte elétrica da fábrica, para evitar a parada da planta, se você perceber que você não vai conseguir você tem que avisar para operação, para operação inibir a reação e evitar a perda do equipamento".

"O analista trabalhava no laboratório fazia a destilação, análise química, titulação, instrumentos de laboratório, análise de água, espectofotometria. O trabalho era rotina, mas trocava de um laboratório pra outro, porque tinha três, quatro setores dentro do laboratório, de física, físico-química, de águas e afluentes e de cromotografia. O laboratório fica próximo à área entre o administrativo e a unidade de processo".

As tarefas acima descritas, bem como a ossatura da estrutura fabril, apenas quando são experimentadas dia-a-dia podem produzir vivências que ao interagirem traçam as dimensões do mundo do trabalho petroquímico.

Ao ilustrar essas informações sobre o tipo de trabalho realizado pelos sujeitos envolvidos na greve geral, interessa compreender como o papel na produção pode influenciar a elaboração de identidades, já que é a partir dele que o trabalhador vive a fábrica, identificando a si mesmo e aos outros. Para isso, é interessante observar como esses indivíduos compartilham essas experiências comuns construindo continuamente interesses e valores.

É na cotidianidade do trabalho que o individuo ao incorpora-se no corpo da fábrica vai efetivando a sua forma própria de vivência nesse lócus, e como esse é um espaço estruturado por relações sociais, sua ação é constituída não só pela individualidade do agente, mas também pelo caráter coletivo do trabalho.

2.3.2. O SISTEMA DE TURNO

O processo contínuo das indústrias petroquímicas impossibilita a interrupção do esforço humano, assim, um segundo desafio é como (sobre) viver nessa lógica produtiva que impõe o trabalho de turno.

"Era um trabalho cansativo e sem vida social, principalmente naquela época em que foi implantado era ritmo de trabalho intenso, e a gente não estava acostumado a trabalhar zero hora, era um martírio. O que cansava mais era a própria seqüência, a rotina, naquela época, principalmente no fim-de-semana, você trabalhava quatro dias, quatro noites, quatro tardes, quatros manhãs, a gente não estava acostumado a esse ritmo, então foi duro, foi duro mesmo. Foi um período cheio de horas-extras, fase de pré-operação, de implantação da unidade, de operação dobrava-se muito, trabalhava-se 16 horas seguidas e ia e voltava no outro dia para continuar e às vezes você ficava três a quatro dias dobrando direto. No inicio foi difícil se adaptar, mas depois você cria o hábito, com o passar do tempo você criava o hábito, chega um ponto que você diz essa vai ser a minha vida então eu vou ter que me conformar com isso aí mesmo, não ter vida social, não acompanhar o ritmo normal das outras pessoas".

Para esse operador a dificuldade de adaptação à 'dureza' do ritmo de turno, principalmente no inicio quando o lançamento das plantas exigia um ritmo mais intenso, foi superada com a necessidade de habituar-se diante da ausência de alternativas.

"É difícil se adaptar, aquela coisa de não dormir, de ficar acordado, de a noite toda você ficar ali aceso, de você ter que se movimentar, andar a noite toda, porque, por exemplo, a área que eu trabalhava tinha cinco andares, você anda, passa a noite toda andando, ir lá em cima, ver uma coisa, descer para ver outra cá embaixo, de repente você tem que subir correndo aquelas escadas todas de novo porque precisa de você lá em cima para uma emergência para fazer alguma coisa, verificar um equipamento que deu defeito, você tem que ter um bom ouvido para saber a hora em que o motor engomou, ta cavitando, ta tendo falha, uma bomba ta com queda de energia em seu funcionamento. Com a adaptação você tem desgaste, é um trabalho muito tenso, o tempo todo você fica tenso, porque o tempo todo a fábrica é uma surpresa, as coisas vão acontecendo, é uma reação química, de tamanhos que você nem imagina e ainda existe a questão que têm outras fábricas em volta de você muito perigosas, então o tempo todo você vive sob tensão".

O desgaste físico pelos esforços noturnos, rotineiros ou de emergência, a tensão psicológica provocada pela possibilidade constante de 'surpresas' que geralmente podem criar situações de perigo, são as maiores dificuldades enfrentadas na adaptação à zero hora.

"O trabalho de turno como ele é um trabalho técnico ele não cansa muito fisicamente, cansa mais mentalmente, então, o que cansava realmente era as manobras, porque as manobras além dos serviços que você faz rotineiro, você faz extra isso e normalmente essas manobras implica em você fazer força mesmo, abrir válvula... Porque normalmente nos fins-de-semana era os dias que você tirava para fazer algumas manutenções, trocar linha, tem uma linha trabalhando aqui um mês, vamos trocar ela, só que isso era um trabalho..., para você ter uma idéia ela tem..., você sabe o que é torneira não sabe? Lá pra gente é válvula, imagine a válvula com... uma dessa que ficava três caras p/ pegar naquele volantizinho, três caras ali para conseguir fechar, passava quase 4 horas, tinha válvula assim. Aí era pesado, mas no geral era aquela rotina de trabalho técnico, então não cansava fisicamente não.

Enquanto para quem realizava atividades diárias com menos esforços físicos, como é o caso de um Operador I do setor de distribuição que era responsável pela "ligação da empresa com outras

empresas, entrada e saída do produto, inspeções de equipamentos, liberação de equipamento para a manutenção trabalhar, tudo fora da fábrica, distribuía, cobrava, fiscalizava e dava manutenção", denominado por ele como um 'trabalho técnico', a dificuldade do regime de turno estava no cansaço mental e nos 'serviços extras' necessários durante os períodos de manutenção.

"Ele chegava muito cansado, mas não se queixava e como o salário era compensador e como você sabe, nós morávamos nos alagados em palafitas mesmo, então quando a pessoa é pobre e recebe um salário que dar para você ter uma vida um pouco melhor mesmo que você fique com estafa você nunca pensa em largar, é muito difícil, ele nunca pensou em abandonar, ele gostava do que fazia. Foi até operário padrão".

Esse relato é de uma viúva de um supervisor da operação, para quem o sacrifício do marido era compensado pelo retorno financeiro que poderia melhorar a vida de quem morava 'nos alagados'. Ela também observa que havia uma afinidade com a tarefa desempenhada, o que poderia aumentar a compensação.

"Trabalhava direto, trocava turno, quem estudava eles tinham uma flexibilidade maior, quase não tinha folga. O curso universitário é muito difícil para você acompanhar, o cara do turno tinha que se desdobrar. E eu tinha que aproveitar também primeiro emprego com carteira assinada, ganhando um dinheirinho tinha que passear também, namorar, e para você conseguir conciliar tudo isso ia levando o curso com muita tranqüilidade. Se você assumiu o compromisso de trabalhar naquele horário você tem que submeter, por isso que eu estava fazendo a faculdade para cair fora, tava tentando melhorar a situação, ou passar para o administrativo."

No caso de quem estudava, como este de um Analista I que ingressou na Universidade após a admissão no Pólo, o jogo era conciliar o regime de turno com o horário da Universidade, para isso era necessário uma troca de turno freqüente que dependia da flexibilidade da chefia, e resultava na redução das folgas, que já eram limitadas. A solução para conseguir a conciliação foi retardar a conclusão do curso porque havia um compromisso de trabalho que deveria ser assumido. A busca pelo nível superior era estimulada pela possibilidade de encontrar alternativas para poder romper com o trabalho de turno.

No período inicial, de implantação do Pólo, exigia-se uma jornada maior de trabalho para atender a demanda dessa fase de montagem das plantas,

"Foi um período cheio de horas-extras, fase de pré-operação, de implantação da unidade, de operação dobrava-se muito, trabalhava-se 16 horas seguidas e ia e voltava no outro dia para continuar e às vezes você ficava três a quatro dias dobrando direto".

A intensidade do trabalho de turno aumenta com a ausência de um colega, pois isso leva à necessidade da 'dobra' de turno, que era ainda mais desgastante para quem estudava, como nos relata um Analista I,

"Você vai dobrar, você ta estorado, saí da escola, aí a dobra era assim, ás vezes por hierarquia, mas às vezes você tinha ocasião em que você estava quebrado e tinha que dobrar. Essa questão ficou mais difícil de rolar dobra porque eles incentivavam a você a não faltar porque tinha o prêmio assiduidade e as pessoas quando faltavam tinha que apresentar atestado, e atestado eles fiscalizavam muito essa questão também, então o absenteísmo era menor. Eu recebi prêmio assiduidade quase todas as vezes, mesmo fazendo faculdade eu não faltei".

As empresas buscando evitar a interrupção do trabalho estimulavam a assiduidade através de um prêmio para aquelas pessoas que não faltavam, há indícios de que essa medida conseguiu reduzir o absenteísmo, que era mais constante em datas comemorativas.

"Hora-extra fazia quando faltava um colega, você tinha que dobrar principalmente quando eu passei a trabalhar no painel, porque era uma pessoa só, na área você tinha uma flexibilidade, mas no painel não tinha jeito, inclusive de período assim, de natal, que o colega faltava e eu tinha que ficar lá".

Contudo, havia aqueles que viam a hora-extra como uma oportunidade lucrativa,

"No começo tinha um pessoal..., a hora-extra era vista por alguns lá como um prêmio, se via como uma forma de ganhar dinheiro, as pessoas trabalhavam 13 horas fora..., tinha pessoas que queriam isso".

A incorporação na jornada de turno é difícil até mesmo para quem já experimentado esse ritmo de trabalho, como refletiu o Operador I em seu depoimento abaixo, o maior obstáculo eram as restrições impostas à vida social, o afastamento da família e a exclusão cultural provocada pelo confinamento do horário de turno.

"Para mim não foi difícil porque eu já vim das forças armadas onde eu já tirava meus turnos que era bem pior, você descansava uma hora e trabalhava quatro em 24 horas, eu já estava acostumado a perder noite. O que eu pensei em desistir, pela vida social nossa, a gente fica totalmente longe da família, a minha vida social mesmo eu não tinha, tem o aniversário do meu filho você tá de 7 às 15, ou de 8 às 16, ou de zero hora, aí tem o folgão você ta todo voando não sabe nem que moda ta aí fora, você totalmente fora, quando você chega para conversar com as pessoas ta sempre falando das empresas, 'pô caiu tal fábrica, tem o produto ah não sei o que', aí você muda a linguagem, muda tudo. Eu tinha realmente vontade de sair, só não saí porque tinha todo um compromisso com meu salário, o salário era bom naquela época, então eu também não tinha como eu ganhar esse dinheiro aqui fora, então fui ficando, mas pensei sim em sair. A família existe aquela compensação, você tem um salário bom, um padrão de vida, você compensa, então bom, eu não ia no aniversário tal, mas se, 'olhe pra semana vamos passar as férias lá na colônia de férias da Copene', tem toda uma condição, você tem carro, pode comer bem, mas tinha isso, tinha essa compensação".

"Quando você trabalha de turno, seu calendário não é o de todo mundo, eu me lembro, por exemplo, dia de natal, o ônibus vai entrando lá na Cibra, todo mundo comemorando e você indo trabalhar. São João, eu pegava o carro aqui no Saboeiro, passava a cidade toda e saia lá na Liberdade, Fazenda Grande, São Caetano, todo mundo comemorando a noite de São João e você está indo para o trabalho. Então, entre sua vida social e o restante da sociedade ficava prejudicado, em função de você não está presente mesmo, em

função de você ter um compromisso. Aí você chegava cansado todo mundo ia para uma festa e você ia dormir porque você ia pegar outra zero hora".

Na petroquímica o ritmo do processo contínuo da produção impõe a necessidade do sistema de turno que por sua vez estabelece a rotina própria desse sistema fabril. Este como toda produção capitalista é ao mesmo tempo processo de trabalho e processo de criar mais-valia submetendo o trabalhador ao comando e à disciplina do capital além de criar uma graduação hierárquica entre os próprios trabalhadores.

> *"A produção mecanizada encontra sua forma mais desenvolvidas no sistema orgânico de máquinas-ferramenta combinadas que recebem todos os movimentos de um autômato central e que lhes são transmitidos por meio do mecanismo de transmissão. Surge, então, em lugar da máquina isolada, um monstro mecânico que enche edifícios inteiros e cuja força demoníaca se disfarça nos movimentos ritmados quase solenes de seus membros gigantescos e irrompe no turbilhão febril de seus inumeráveis órgãos de trabalho."*[57]

É assim que os trabalhadores se tornam complementos vivos de um mecanismo morto que existe independente deles, numa rotina que segundo Engels lembra o tormento de Sísifo[58]: como o rochedo, o peso de trabalho volta sempre a sobrecarregar o trabalhador esgotado. As características do processo petroquímico confiscam a atividade livre do trabalhador obrigando-o a renunciar a seus hábitos físicos e sociais e a se transformar num Sísifo exaurido física e espiritualmente .

O capital além de usurpar as condições de vida dos seres humanos durante o trabalho ainda os submete a sua autocracia disciplinar para garantir a comodidade do trabalhador que passa a existir apenas para o processo de produção, o qual na sua forma capitalista torna-se fonte de degradação e escravatura. A apropriação individual dos meios de produção elimina toda a tranqüilidade, solidez e segurança da vida do trabalhador, mantendo-o sob a ameaça constante da perda dos meios mínimos de subsistência diante da possibilidade permanente de torna-se supérfluo e substituível. Assim como Marx citando Shakespeare:

> *"Tu me tomas a vida,*
> *Quando me privas dos meios de que vivo"*

---

[57] MARX, Karl. *O capital*. 19.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v.1. p.438.

[58] Segundo a lenda grega, Sísifo ofendeu os deuses e foi castigado por toda a eternidade a rolar uma grande pedra de mármore até o cume de uma montanha sendo que toda vez que ele estava quase alcançando o topo, a pedra rolava novamente montanha abaixo até o ponto de partida por meio de uma força irresistível.

2.3.3. A VIDA SOCIAL

Podemos perceber que o trabalho de turno realizado pelos petroquímicos estabelece uma rotina de vida que os diferencia das outras pessoas ao mesmo tempo em que os iguala com uma dinâmica própria, abrindo espaços de integração social entre eles mesmos.

"Na folga da semana não tem programação, porque eu quero ir pra praia domingo quando todo mundo vai, isso não acontecia, eu trabalho de 8 às 16, praia ta fora, aí bom, vamos para o cinema, para o teatro, bom a hora que eu chego cansado de dar 8 horas de serviço mais 4 de transporte aí você chega cansadão aí já tem que ta preparando que amanhã tem que acordar 5 horas da manhã para ir de nova lá pra fábrica. Então bom, vai teatro, vai cinema, aí praia, aí você ta de..., muita gente arriscava, de 16 às 24h, até 16h dá né? Mas naquela época você queria ficar na praia até 17 horas, você não podia porque 17 horas pegava o carro, o que significa que eu tinha que ta 16 horas prontinho para trabalhar, qualquer lugar que eu fosse 12 horas eu tinha que ta em casa, aí você vai pra praia pra voltar meio-dia? Então isso atrapalha a vida social da pessoa. Só nos folgões que a gente aí conseguia, bom, sexta-feira que alegria, você saia de um zero hora todo quebrado, aí na sexta mesmo você não..., o seu corpo pedia pra você ficar descansando em casa, mas a gente porque... 'ah, amanhã eu não vou trabalhar' aí você..., aí você podia fazer alguma coisa, podia ir p/ uma praia, podia sei lá, fazer uma puxada até a ilha, sempre tinha casa na ilha, mas muito limitado".

"A grande questão do Pólo é essa, sua vida social fica restrita a momentos, você não tem aquilo toda hora, você só tem nas folgas e quando você ta folgando é quando o povo ta trabalhando, você não tem todo domingo para ta ali curtindo, você não tem todo sábado, você tem um domingo, um sábado no mês, é por isso..., o pessoal que trabalha no Pólo ele vive durante..., nossa diversão era dia de terça-feira, era dia de nossa folga, era o dia que a gente jogava bola em Piatã, a vida social nossa era muito ruim, era mais praia, futebol, barzinho com os colegas".

"Varias programações, armava o esquema de bola, baba, churrasco, farras, saía muito naquela época, isso durante o dia, ficava praticamente durante o dia todo nesse esquema aí, e de noite ia pra casa para descansar, mas pegava muito cinema, assistia muitos filmes, mas não tinha uma atividade assim socialmente como outras... era mais com os colegas de trabalho, tínhamos o clube da empresa, praticamente as folgas a gente ia para o clube, quando não era aqui era em Itaparica, a empresa disponibilizava dois clubes, um aqui em Piatã e outro na Ilha. Então quando você saia numa folga de meio de semana você ficava mais por aqui, e quando era folga de fim de semana você armava todo o seu esquema lá pra Ilha, então, ficava lá praticamente todo o folgão, juntava aquela turma de três ou quatro colegas e fazíamos praticamente a folia por lá".

O regime de turno ao promover o confinamento do indivíduo, limitava a sociabilização dos petroquímicos, impondo um ritmo no qual a vida social era uma concessão resultante do sistema de folga, assim, era uma transposição das relações fabris e quando ela era permitida ou era uma oportunidade para compensar a família, no caso daqueles que eram casados, ou então, tanto para os casados, como para os solteiros, um momento de encontrar com os colegas, no "clube", no "baba", na "praia", no "barzinho", etc. Os espaços preferidos eram aqueles que proporcionavam uma diversão coletiva, por isso os clubes organizados pela empresa eram bastante freqüentados.

"Todo os finais de semana que eu folgasse eu tinha dedicado pra minha família até porque só tinha um final de semana no mês, aí a gente viajava, ia pra praia. Na folguinha, dois dias de folga no meio da semana, sempre que você trabalha no fim de semana, você trabalha sete dias consecutivos para folgar dois, só um, que você trabalha e folga três que é quando a folga cai sexta, sábado e domingo, então que acontecia, na folguinha tinha o convívio com os colegas, a gente marcava sempre o baba na praia e a empresa tinha uma

associação aonde a gente se reunia, que era lá em Patamares, a gente se reunia ali pra jogar bola, depois ir a praia, aí a gente conversa assuntos diversos, inclusive o movimento da Polialden começou nessas conversas".

Apesar do convívio social entre os trabalhadores ter sido marcadamente em um local que pertencia à empresa não havia um cerceamento daquilo que acontecia, ou melhor, era propício não somente para o lazer momentâneo, como também para reflexões coletivas sobre o ambiente de trabalho, até mesmo porque era um ar que se respirava e que os envolvia por todo tempo, seja no "serviço" ou no "ócio".

"A minha casa era uma extensão da empresa quando ele estava de folga que nós íamos pra Ilha estava todo mundo junto, ele gostava muito dos colegas, todas as festas que tinha na empresa a gente ia. A gente ia muito na granja do sindicato, tinha muitas atividades, pra crianças, para os adultos, levava cantores. Às vezes a turma da empresa se encontrava no barzinho que era de uma telefonista. Eu que assumia toda a responsabilidade porque a rotina dele era o trabalho quando chegava em casa ia dormir, às vezes quando tinha troca de turno ele saia com os colegas, gostava de uma farrinha, mas não mudou assim com a família".

Nas palavras acima de uma esposa de um petroquímico nota-se que nessa família a mulher assume uma posição de liderança diante da ausência do marido, que possuía a difícil tarefa de compensar essas lacunas. Aqui já encontramos numa área de lazer do sindicato um outro local de encontros, a chamada Granja Novo Mundo, adquirida em 1984 e localizada na estrada do coco, no início, a distância e a rotina do clube da empresa parecem ter limitado um pouco a freqüência dos petroquímicos. No boletim semanal do sindicato encontramos essa chamada:

> *"A COLÓNIA VEM AÍ: quem está contando os dias para viver bons momentos de lazer na Colônia de Férias pode ficar despreocupado. Brevemente o sindicato vai inaugurá-la. As obras prosseguem em ritmo acelerado estando bastante adiantadas as partes das piscinas, campo de futebol, restaurante e salão de festas. Até o momento o Sindicato já gastou Cr$ 45 milhões com os trabalhos em execução".* [59]

[59] Sindicato dos trabalhadores na indústria petroquímica no Estado da Bahia. *Boletim Semanal*, 24/04/1984.

2.3.4. A JORNADA DE TRABALHO

2.3.4.1. A ALIMENTAÇÃO E O 'DESCANSO'

O processo contínuo ao confinar o trabalhador na Fábrica controlava e restringia a alimentação, bem como, o chamado 'horário de descanso', já que essas necessidades não poderiam ser obstáculos à produção. A própria planta era planejada com essa finalidade, pois, "a área industrial era sempre muito barulhenta e poluída por pequenos vazamentos. Essa poluição se agravava à noite quando as empresas liberavam gases inaproveitáveis para a atmosfera. Não havia, portanto, na área industrial, um ambiente propício para pequenos intervalos de descanso".[60]

"Quem trabalha de regime de turno não tem horário de almoço, a gente ganha repouso e alimentação, se eu tiver trabalhando aqui e for meio-dia eu não vou largar pra almoçar, eu vou terminar pra depois almoçar, vou esperar o revezamento, então não tem horário certo pra almoçar, nem jantar, nem tem descanso também".

"Havia reclamação quanto à alimentação, primeiro porque o pessoal que almoçava e jantava na área, muitas vezes almoçava em cima de uma bomba, foi uma das coisas que a gente sempre bateu lá pra modificar, era uma coisa que vinha uma quentinha pra cada, um copinho de suco, e era restrito a aquilo, se você quisesse comer até mais, algumas vezes você conseguia, geralmente não, dizer que a comida era ruim, de um modo geral não, a comida era boa, tinha algumas..., porque vinha uma coisa só pra todo mundo, então quem não gostava de galinha tinha que comer. Muitas coisas foram melhorando com as pressões, porque também tinha uma coisa, essa chefia que ficava lá embaixo, tinha engenheiro de turno, tinha o supervisor, os operadores-chefes e vinha tudo a mesma coisa pra todo mundo, então, esses caras jamais iam permitir que viesse uma coisa ruim porque eles também iam comer aquilo".

"Antigamente nas empresas não tinha assim nutricionista, eles não se preocupavam com a saúde do trabalhador, então comia mocotó, aquelas coisas, qualquer hora da noite e como meu marido tinha problema cardíaco, acho que isso foi um transtorno para o organismo dele porque como não tinha uma alimentação balanceada podia comer qualquer coisa a qualquer horário e eles próprios não estavam nem aí, e então tudo isso foi refletindo na saúde tanto que com 44 anos ele veio a falecer".

Para reparar a apropriação do horário de almoço eram concedidos os chamados adicionais, os quais estavam sempre presentes nas reivindicações coletivas. Porém, essa 'indenização' não restituía a necessidade biológica da regularidade da alimentação e tampouco a qualidade da saúde alimentar.

2.3.4.2. A SEGURANÇA NO TRABALHO

Os equipamentos da indústria petroquímica, os produtos utilizados, o processo em si, exigiam que o trabalhador estivesse preparado para se adaptar a todo esse maquinário. Mas, durante a construção das áreas industriais a busca pelo sucesso relegava para um segundo plano a questão da segurança.

---

[60] GUIMARÃES, Antônio S.A. *Um sonho de classe.* São Paulo, Editora Hucitec, 1998, p. 86.

"Naquela época, principalmente nos primeiros cinco anos era tão intenso a movimentação de trabalho em si, da pré-operação, da operação, da produção que pouco se atentava para o lado da segurança, inclusive o perigo das características dos produtos químicos, quem trabalhava no campo pouco se sabia, também não tinha material informativo, pessoas pra informar, porque naquela época o primordial era a produção a Copene tem que dar certo tem que ser consolidada, a produção tem que se consolidar pra mostrar para o Brasil que o Pólo aqui deu certo, então pautou-se mais pela produção".

"A Copene preconizava em termos de segurança, eu me lembro que desde a época que eu entrei assim, eu lembro que tinha um engenheiro... No começo você tinha aquela preocupação... Na verdade aquilo ali era um grande balão de ensaio as pessoas não sabiam o que ia acontecer... Havia cuidado com a segurança, mas muita gente não sabia o que era aquilo, a maioria dos operadores novos daqui da Bahia ninguém nunca tinha rodado uma planta, ninguém sabia nem o que era um benzeno, não sabia disso, foi conhecer depois, ninguém sabia o que era uma bomba, como é que você se protegia daquilo, claro que muitas pessoas não tomaram alguns cuidados, eu acredito até que tudo isso era previsível".

Todavia, após esse primeiro momento, passada a euforia, as fábricas passaram a priorizar, pelo menos no que tange à utilização dos instrumentos de trabalho, a denominada 'segurança industrial'.

"A empresa dava o material de segurança, luva, máscara, bota, fardamento, cursos de formação sobre segurança industrial, como se precaver dos acidentes, como se comportar depois do acidente acontecido, como evitar esses acidentes, inclusive participava da brigada de incêndio da fábrica, outro curso de segurança, de treinamento de como evacuar uma área em caso de um acidente".

"O eletricista de turno era obrigado a fazer parte da brigada de incêndio, tinha treinamento periódico, o curso de reciclagem e mais os treinamentos que eram feitos de um modo geral, se você entrasse na área sem capacete você era mandado embora".

Por outro lado, havia entre os trabalhadores uma grande dificuldade na aceitação e compreensão das normas de segurança, muito talvez pelo fato da própria empresa não esclarecer o conteúdo dos produtos que estavam em contato cotidianamente, a forma correta de manuseá-los e as conseqüências provocadas pelo uso incorreto, assim como, por não estabelecer regras e/ou fiscalizar rigidamente o cumprimento destas na produção.

"A gente não se enquadrava muito nas exigências da empresa, principalmente de usar materiais de segurança, equipamento, máscara, aqueles óculos de proteção, abafador de ouvido. Nós viemos sentir essa dificuldade hoje, eu não escuto bem, tenho uma dificuldade muito grande de ouvir, não vejo bem. A empresa reunia passava pra nós a necessidade de usar aquele equipamento, mas a gente via aquilo simplesmente como uma exigência, hoje eu vejo que era uma necessidade muito grande".

"O descarte de material, o mostrador que fazia essa atividade, era um auxiliar do laboratório, eles descartavam o resto de amostra sem nenhuma segurança, usava máscara, aquele negócio todo, mas os caras lavavam a mão com benzeno, paraxileno, caia resíduo de pirolose, um óleo muito viscoso, eles lavavam primeiro com aromático, depois lavava com sabão. Eles não tinham orientação".

"Tinha pessoas que, enquanto nem a minha roupa eu nem trazia pra casa pra não contaminar a minha família, tinha gente que lavava a mão naquelas gasolinas que têm benzeno, que é altamente cancerígeno, a empresa fornecia o material de segurança, mas não fiscalizava muito não".

"Então é uma coisa muito perigosa, a gente vive muito tenso, então é tudo isso que vem aquela coisa da periculosidade, insalubridade, você manipula muitos produtos químicos que você não sabe qual vai ser a ação dele no seu corpo, teve muita gente que ficou impotente, pegou feridas violentas no braço, no corpo".

"Naquela época tinha um grave problema, como a gente não sabia as características de um produto daquele e às vezes quando tínhamos que fazer uma drenagem, por exemplo, uma limpeza de um equipamento daquele, se fazia inclusive se jogando pra atmosfera, para o solo, para a vala fluvial, por puro desconhecimento do que causaria mais pra frente aquele produto, olha que eram produtos altamente perigosos, a gente pegava em benzeno, xileno, tolueno, ipirolose, produtos altamente cancerígenos, que se jogavam para o chão, pra atmosfera como se fosse uma coisa comum, muito comum mesmo, mas tudo isso por desconhecimento porque quem tinha essas informações era um grupo pequeno de chefias, engenheiros, mas a forma que repassava isso para o resto do pessoal era muito vago, era tudo guardado a sete chaves.Várias pessoas tiveram problemas com leucopenia, não tinha uma política preventiva".

2.3.4.3. O MEIO AMBIENTE E A SAÚDE

Essa realidade afetava diretamente o meio ambiente e a saúde do trabalhador, mesmo aqueles que não estavam em contato direto com a Divisão de Operação, as doenças apresentavam os sintomas em longo prazo, então nesses primeiros anos do Pólo, elas ainda estão para aparecer, mas já apresentava seus primeiros vestígios. Ademais, nesses primeiros anos não havia um órgão de saúde do Estado responsável pelo atendimento desses trabalhadores, isso só vai existir a partir de 1988 com a criação do Ambulatório de Doenças do Trabalho, uma unidade do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador (CESAT) e vinculado ao Departamento de Vigilância da Saúde (DEVISA) da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB).

> *"É evidente que o funcionamento do Ambulatório de Doenças do Trabalho do CESAT (DEVISA / SESAB), a partir de 1988, como o serviço público de referência para o diagnóstico das DT no estado da Bahia, determinou um significativo aumento na identificação dessas patologias. Embora esses números pouco representam a real magnitude das doenças do trabalho no estado, a criação desse serviço marcou uma nova etapa no conhecimento obscuro, em face da imensa subnotificação".*[61]

[61] FRANCO, Tânia (org.). *Trabalho, riscos industriais e meio ambiente: rumo ao desenvolvimento sustentável?* Salvador, EDUFBA, 1997, p.170.

TABELA VIII

DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES DO POLO PETROQUÍMICO DE CAMAÇARI PORTADORES DE DOENÇAS DO TRABALHO, SEGUNDO ANO DA PRIMEIRA CONSULTA E DIAGNÓSTICO. AMBULATÓRIO DE DOENÇAS DO TRABALHO, BAHIA, 1988-1990

Patologia	Ano de atendimento											
	1988		1989		1990		1991		1993		1994	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Neoplasia	**0**	**-**	**1**	**1,0**	**0**	**-**	**1**	**0,3**	**0**	**-**	**0**	**-**
Doenças do Sangue e Órgão Hematopoético	**17**	**13,6**	**9**	**9,0**	**19**	**12,1**	**94**	**32,6**	**27**	**22,0**	**7**	**6,3**
Leucopenia / Neutropenia	17	13,6	9	9,0	19	12,1	94	32,6	27	22,0	7	6,3
Transtornos Mentais	**2**	**1,6**	**1**	**1,0**	**1**	**0,6**	**1**	**0,3**	**0**	**-**	**0**	**-**
Doenças do Sistema Nervoso e Orgãos dos Sentidos	**66**	**52,8**	**57**	**54,8**	**107**	**68,2**	**141**	**49,0**	**61**	**49,6**	**67**	**59,8**
Disacusia	59	47,2	55	52,9	105	66,9	133	46,2	59	48,0	66	58,9
Outras	7	5,6	2	1,9	5	3,2	8	2,8	2	1,6	1	0,9
Doenças do Aparelho Circulatório	**0**	**-**	**0**	**--**	**2**	**1,3**	**0**	**--**	**1**	**0,8**	**1**	**0,9**
Doenças do Aparelho Respiratório	**28**	**22,4**	**26**	**25,0**	**19**	**12,1**	**29**	**10,1**	**23**	**18,7**	**19**	**17,0**
Doenças das Vias Aéreas Superiores	17	13,6	25	24,0	11	7,0	17	5,9	15	12,2	11	9,8
Asma	8	6,4	1	1,0	5	3,2	9	3,1	5	4,1	6	5,4
Outras	3	2,4	0	-	3	1,9	3	1,0	3	2,4	2	1,8
Doenças do Aparelho Digestivo	**1**	**0,8**	**1**	**1,0**	**0**	**-**	**1**	**0,3**	**1**	**0,8**	**5**	**4,5**
Doenças da Pele e Tecido Celular Subcutâneo	**3**	**2,4**	**2**	**1,9**	**2**	**1,3**	**6**	**2,1**	**0**	**-**	**1**	**0,9**
Doenças do Sistema Osteomuscular	**3**	**2,4**	**2**	**1,9**	**3**	**1,9**	**12**	**4,2**	**9**	**7,3**	**12**	**10,7**
Lesões por Esforços Repetitivos	1	0,8	0	-	0	-	3	1,0	2	1,6	3	2,7
Hérnia de Disco	1	0,8	1	1,0	3	1,9	8	2,8	7	7,3	9	8,0
Outras	1	0,8	1	1,0	0	-	1	0,3	0	-	0	-
Lesões e Envenenamentos	**5**	**4,0**	**5**	**4,8**	**2**	**1,3**	**3**	**1,0**	**1**	**0,8**	**0**	**-**
TOTAL	**125**	**100**	**104**	**100**	**155**	**100**	**288**	**100**	**123**	**100**	**112**	**100**

Fonte: Ambulatório de Doenças do Trabalho - CESAT/DEVISA/SESAB/SUS-BA.
Nota: O número total de agravos é maior do que o de trabalhadores portadores de doenças, uma vez que um mesmo trabalhador pode apresentar mais de uma patologia.

[62]

"Eu tinha contato com todos os produtos químicos do Pólo porque como eu entrava em todas empresas do Pólo além do produto que a gente fornecia tem os que elas produzia, tem empresa que você chega lá ta cheirando a araçá, outras cheira a abacaxi, tudo produto químico, e tudo produto ruim. Tem vezes que a gente entrava com máscara de ar de oxigênio, outras só de fuga, outras a gente entrava sem máscara, o meu trabalho o que, eu ia lá na fábrica, ia lá na subestação que é dentro da fábrica pra fazer a inspeção lá dentro, os produtos chegam na empresa, chama limite de bateria, mas é dentro da empresa, tinha que entrar na empresa, então onde é que tem possibilidade de vazamento? É ali, é ali onde tem as válvulas, aí a gente ia. Em relação a saúde não havia nenhum esclarecimento porque se houvesse ninguém ficaria trabalhando lá, se a gente soubesse..., lá naquela época se alguém me desse benzeno pra lavar a mão eu lavaria".

"No começo em termos de informação teve um médico que disse o seguinte: 'estava muito cedo pra se ter uma idéia sobre problema de doença ocupacional na época que eu estava lá, então eles já sabiam que iam ter problema, dava pra gente saber que naquele universo daquelas pessoas iam ter problemas não tinha como correr, por mais que se colocassem equipamentos, proteção individual, ia ter problemas como teve. No meu caso mesmo, em 1978, eu tive uma broncopneumonia, comecei a ter febre, febre, febre e fui procurar o médico do trabalho e tava com broncopneumonia, e ele falou pra mim descaradamente que eu devia ter alergia a algum produto em minha casa, eu olhei pra cara dele e me deu uma vontade de dar uma cassetada nele. Então se eu disser que não havia preocupação, havia, mas nem por isso os problemas deixaram de acontecer. Tiveram muitos casos de leucoponia".

[62] Idem, p176.

"Não tinha zelos especiais, a gente tinha orientação com relação à gravidade do produto, a exposição e em função dessas orientações a gente se comportava dessa forma. No deslocamento na área a gente tinha sempre ao lado uma máscara de fuga e em determinados momentos capacete. Via de regra nos transitávamos no nosso setor sem maiores dificuldades em função de trabalharmos internos, os setores dessa área administrativa, fiscal, financeira, diretoria ficava sempre nesse prédio, então a gente não se expunha totalmente, isso não significa dizer que nós na área administrativa não estivéssemos sujeitos a sofrer ação da própria atmosfera, esses produtos são jogados na atmosfera e como os ar condicionado captam o ar atmosférico evidentemente que isso influi e nós ao longo do tempo verificamos que companheiros de determinadas fábricas sofreram uma doença chamada leucopenia gerada pela inalação de produtos químicos, então a gente verifica que essa área mesmo não estando diretamente em contato com o produto, manuseando, mas o próprio ambiente do Pólo é muito carregado, em função dos odores que a gente é obrigado a inalar durante todo o trajeto do Pólo, cada fábrica tem um odor característico em função do seu produto, a quantidade de partículas sólidas que são jogadas na Atmosfera, então o processo da respiração fica prejudicado. A gente sabe que determinadas doenças só surgem com o tempo de exposição é a história que vai fazer conhecer a nós esse processo de uma forma mais grave."

Diante dessas informações é interessante observar que os empregados do COPEC estão expostos à múltiplos agentes químicos, inclusive com potencial carcinogênico, entretanto, ao refletir sobre a atuação dos serviços médicos das empresas percebe-se marcas de obscuridade e de deficiência no desempenho quanto ao tratamento dos funcionários.

TABELA X

RELAÇÃO DE SUBSTÂNCIAS CARCINOGÊNICAS DO COPEC, SEGUNDO A QUANTIDADE UTILIZADA, NÚMERO DE EMPRESAS E NÚMERO DE TRABALHADORES POTENCIALMENTE EXPOSTOS, CAMAÇARI, 1994.

Substância	Quantidade Ton/ano	Empresas MP	Empresas P	Trabalhadores
Acetaldeído	3.200	01	-	107
Acetato de Vinila	55.439	02	01	827
Acrilonitrila	81.292	03	01	1.063
Anilina	7.560	01	-	77
Benzeno	453.192	07	01	4.505
Butadieno	87.170	02	01	2.265
Clorotoluenos	6.500	-	01	284*
Coque	1.580	02	-	209
Dicloroetano	165.000	01	-	327
Estireno	176.500	02	01	1.139
Formaldeído	44.984	02	01	289
MVC	210.000	-	01	327
Óleo mineral	35.000	-	01	76
orto-toluidina	570	-	01	63
Óxido de etileno	124.453	02	01	375
p-diclorobenzeno	4.000	-	01	284
p-nitroclorobenzeno	7.380	01	01	284
Sulfato de níquel	852.500	-	01	1.652
TDI	45.600	-	01	485
TOTAL	**2.361.910**	**26**	**15**	**14.638**

MP Substâncias utilizadas como matéria-prima
P Substâncias produzidas
* Em fase de implantação

[63]

"Em relação à saúde já é uma coisa mais mascarada, de seis em seis meses você faz exames periódicos, mas uma coisa que a gente sempre lutou, que a gente contestava, que você não tem o resultado desse exame periódico, pra você saber como está você, eles faziam e era uma caixa preta pra eles, porque se você tivesse alguma coisa eles tinham esse controle, se você absorveu a química depois de entrar na fábrica eles te demitiam e você ficava sem saber porque você foi demitido, quando você ia saber mais na frente que

[63] Idem, p.181.

você estava contaminando com alguma coisa, com leucemia, câncer, sei lá, qualquer coisa desse tipo, você já estava demitido aí você tinha que correr atrás, tinha que vim pra aqui para o sindicato, pra você comprovar que aquilo você pegou lá, que você entrou lá sã, quer dizer a questão da saúde não era assim como a segurança. Por que a segurança era interessante pra eles? Porque lida direto com o patrimônio deles, então é interessante pra eles investir muito pesado na segurança, em treinamento, mas na saúde já não, na saúde você é descartável, o cara ficou doente manda embora pega um outro operador, acabou".

Enquanto havia negligência quanto à saúde dos petroquímicos, a empresa desenvolvia uma 'segurança industrial' que tentava prevenir os acidentes e preparar os trabalhadores, principalmente aqueles da Divisão de Operação, para saber agir diante deles, principalmente os de grande dimensão, como incêndios, por exemplo, que poderiam resultar em grandes prejuízos. Mas como o processo petroquímico envolve riscos iminentes, então, mesmo que haja uma certa política preventiva eles não podem ser totalmente evitados.

"A Polialden produz o polietileno de alta densidade, a Politeno em frente a Polialden produz o polietileno de baixa densidade, que é o inverso, nós trabalhávamos com uma pressão dentro do reator de 85 quilos por cm² e Politeno com 2660 quilos de pressão, e aquilo ali só 100 quilos de excesso de pressão dela acaba com uma cidade, é uma explosão ali, varre o pólo do mapa, varre Camaçari do mapa. Teve uma época que uma válvula de segurança de um dos reatores da Politeno, o excesso de pressão ela jogou pra a atmosfera, ela jogou em termos de 20 a 50 quilos de pressão, os vidros da Polialden, daquelas fábricas em torno dela ali, arrebentou tudo, quebrou tudo, foi um tremor de terra desgraçado. Imagine 2600 quilos de pressão explodindo. Depois, teve um vazamento de cloro, uns 4 quilos de cloro, Dias D'Ávila amanheceu verdinha e atingiu lá e a gente teve que usar máscara de oxigênio, eu peguei 3 horas de vazamento tivemos que usar máscara autônoma de oxigênio".

"O que acontece é o seguinte, imagine você passar depois de dois anos que você fica em uma rotina numa indústria petroquímica, trabalhando em manutenção, revezando turno, você fica muito limitado porque uma empresa que tem uma boa manutenção não acontece nada, só vi acontecer um acidente em cinco anos que eu fiquei lá, então se você tem um quadro bom de manutenção, faz um programa de manutenção bem elaborado, o índice de parada é muito baixo, o índice de defeitos é baixo".

"Existia uma convivência muito boa entre operadores, instrumentistas, mecânicos, até porque a gente tava numa condição ali confinados então se acontecesse qualquer coisa ali um tinha que ajudar ao outro, tanto que lá quando o instrumentista tava fazendo alguma coisa o eletricista ia ajudar, quando o eletricista tava fazendo alguma coisa o instrumentista ia ajudar, o pessoal de operação tava perto dando apoio, existia essa boa vontade, existia uma irmandade dentro do grupo e de um grupo com os outros grupos, existia aquele ambiente muito bom, muito saudável, as pessoas se respeitavam entre si, tinha as gozações que existe, mas eu me sentia bem no ambiente de trabalho, aquela coisa que você vai para o ambiente de trabalho se sente bem, você vai encontrar pessoas de um bom convívio, de boas relações, pessoas de muito conhecimento e que tem um nível de amizade muito forte até porque a gente sabia que... é... nos treinamentos que a gente tinha e pela atividade que move a indústria petroquímica você tem que ter um bom nível de relacionamento com as pessoas, isso é importante porque você sabe que num momento de crise você vai precisar um do outro. O processo petroquímico é uma coisa arriscada realmente, mas é um risco que você administra, se você fizer tudo direitinho, sua etapa certinha, você está contribuindo pra sua segurança e a dos outros, lá existia um slogan, a pessoa mais importante aqui é cada um de nós porque que a gente precisa..., tem filho em casa pra voltar, a família ta esperando a gente, então você tem que se preocupar com a sua segurança, quando você se preocupa com sua segurança está contribuindo pra segurança de todo mundo, então esse coletivo era muito forte, esse sentimento de grupo, muito, muito..., eu tenho saudade disso até".

O perigo constante estabelece fortes laços de solidariedade entre aqueles cujas atividades desempenhadas exigiam eficácia e habilidade para lidar com o previsível e o imprevisível, e desenvolve um

sentimento de responsabilidade que acaba por promover um bom desenvolvimento da produção, assim, ao garantir a sua própria vida, o individuo estava resguardando a vida do outro, bem como, o patrimônio da empresa, e é claro, o seu lucro.

2.3.4.4. AS RELAÇÕES HIERÁRQUICAS

Ao passo em que as tarefas produtivas promoviam entre aqueles que as realizavam uma sólida convivência, distanciava estes dos demais.

> *"O operador raramente saía de sua planta. Isso só acontecia quando precisava resolver algum problema pessoal no Setor de Administração e, mais raro ainda, quando tinha permissão de sua chefia para resolver algum problema, geralmente numa agência bancária localizada na própria fábrica. Essas saídas eram feitas no intervalo entre os registros de planilha. Seu contato com companheiros de outros setores dava-se, geralmente, por telefone. Como as plantas dependiam umas das outras no tocante a insumos, havia pois certo volume de comunicação técnica entre os postos de trabalho de vários setores".*[64]

Essa distância produtiva estabelecia distinções entre os mundos do trabalho, principalmente entre aqueles do administrativo e do "chão da planta", o que os levava a reproduzir essas diferenças em divisores sociais que se tornavam obstáculos para a construção de relações entre esses indivíduos.

"Tinha uma hegemonia do pessoal do administrativo, o pessoal de turno era como se fossem os miseráveis, a gente tinha mais dinheiro, quem trabalhava de turno, porque recebe mais, só que as pessoas do administrativo controla mais o dinheiro, o cara do turno quando saía com dinheiro era pra gastar pra pocar, porque não tinha tempo de folga, quando saía, saía parecendo um doido".

"Os operadores andavam parecendo uns reis, diziam que sustentavam a gente, 'somos nós que sustentamos um bocado de vagabundos', 'se a gente não existisse vocês não existiam', 'fica todo mundo no ar condicionado'. Por outro lado apesar do operacional ganhar mais que o administrativo, mas a vida social do administrativo em termos de qualidade era muito melhor do que o operacional. Porque o cara ganhava mais, mas freqüentava aqui uns barzinho das periferias, enquanto o administrativo era o lado mais elitizado daqui da Barra. Tinha muito ranço. Quando se fazia uma festinha na COPENE isso ficava muito patente, os operadores se achavam o dono da verdade e eles ficavam tirando onda".

Nessas circunstâncias devemos examinar como a organização hierárquica influenciava as relações entre os trabalhadores. Se a divisão técnica entre os trabalhadores, e a busca pela ascensão funcional eram barreiras para a integração entre eles. Como se realizava a submissão aos cargos mais burocráticos, como os de engenharia e gerência, e se havia atitudes que identificassem os trabalhadores manuais nesse enquadramento.

---

[64] GUIMARÃES, Antônio S.A. *Um sonho de classe.* São Paulo, Editora Hucitec, 1998, p. 86.

"O corpo de operação eram unidos apesar de ter uma disputa interna por cargos, incentivado até por alguns operadores III, supervisores, que faziam um grupo específico que ele dotava de toda informação, todo conhecimento, pra que daí a promoção ficasse mais fácil e o resto de pessoal que não fazia parte dessa política ficava de fora, não tinha acesso às informações, não tinha nem como competir no concurso interno, fora alguns abnegados, esforçados".

Aqui verificamos que a aprovação nos concursos internos dependia da boa relação com os superiores, pois, essas ofereciam o conhecimento necessário para a aprovação. Contudo, a disputa não era um elemento de fragilização total das relações internas, apesar de haver situações onde o operador ao galgar altos postos incorporava as práticas da chefia, também havia o contrário, onde operadores que subiam na escala hierárquica buscavam dividir responsabilidade e conhecimento.

"Relação de emprego, de trabalho, de obediência, porque você tem que ter essa obediência às diretrizes, às determinações, principalmente dentro do processo, você não pode desobedecer, porque a fábrica tem um planejamento de produção, a programação é feita de acordo com os pedidos. Essa programação de produção é feita de acordo com os pedidos, tanto é que você tá produzindo o ET010M, que é um tipo de polímero, aí de repente você já atingiu aquela faixa de ET010M que foi pedida pra aquele mês, então você já ultrapassou pra deixar estoque, aí mudar de ET010M pra ABS002, que já é um outro polímero totalmente diferente, mais bruto, mais pesado, o ET010M você usa na produção de filmes, de coisas finas, o ABS002 já é pra coisas mais brutas, pra engradados, pra coisas mais pesadas. Então, você tem que mudar aquilo e mudar as condições de produção da fábrica e aí é um trabalho intenso, de limpeza de reator, de tubulação, dos secadores, da estrusora, é uma coisa louca, e a fábrica não para é 24 horas funcionando".

"Com conhecimento teórico você contesta uma ordem errada e você mesmo não faz o errado, porque você tem conhecimento do que você está fazendo, você trabalha com exatidão, você não pode cometer erros, são coisas..., se você errar, bagunça com uma produção inteira, são milhões de prejuízo, fora aquela coisa de vidas que podem se perder, num erro seu. Você pode discordar mas não faz, e se ele insiste pra que você faça aquilo você tem que fazer, porque é eles que têm lá o conhecimento maior do que eles querem atingir. Por exemplo, o que eu falo assim, de discordar, não é do produto em si, porque ele pode alterar o produto de acordo com as características que o supervisor sabe que ele quer para aquele produto, tipo aditivação, coloque mais aditivação nesse produto porque esse cliente quer assim, esse produto mais aditivado, assim, por exemplo, o plástico tem um produto que você coloca pra ele durar 6 meses ou a vida toda. Eu falo em você discordar por exemplo, no controle da temperatura, apesar do controle automático que o operador tem lá no painel, na área também tem controle de abertura de válvula e fechamento, e tem a abertura auxiliar que é manual, ele tem o controle de entrada de água de um lado e nós temos um outro controle no campo que é aquele controle de socorro maior porque ás vezes a temperatura sobe a números que lá no painel ele não tem mais controle, então ele tem que pedir no campo, no caso a mim, ao operador de campo, então ele diz dê um décimo de abertura na válvula tal do reator tal, eu vou lá e digo rapaz quanto tá a temperatura aí e ele diz a temperatura tá em torno de tanto, de 90°, 88°, eu digo olhe é melhor a gente dar uma abertura maior agora porque na frente, isso vai responder na frente e não precisa ficar dando toda hora toque na válvula, ele concorda ou não. Porque ás vezes ele pediu muito pouco e tem operador que é mais atirado outro mais medroso, aquele que tem um maior discernimento, mais inteligência, mais experiência, ele sabe que na frente aquele toque que ele deu aqui já vai responder, já vai atender a queda daquela temperatura dentro do reator".

"Eu cheguei até operador 2, operador de painel, então, eu tinha como comandado três pessoas, na verdade eu era meio..., eu não aceitava muito isso, porque eu achava que todo mundo tem que ser, tem que dar responsabilidade, eu acredito que você tem que dar responsabilidade às pessoas e as pessoas responderem, não você tá o tempo todo..., embora depois eu tinha convicção do posto que eu galguei porque precisava de decisões e na hora das decisões quem ia ser cobrado seria eu, então eu tinha responsabilidade".

"Por ser o operador-chefe trabalhava até quinze, dezoito pessoas comigo, dizia pra eles que só com união a gente conseguia alguma coisa, tentava que todo mundo soubesse o que eu sabia, que em indústria lá em Cubatão o chefe não ensinava para o subordinado com medo de perder o cargo, eu não, eu sempre tive uma teoria de ensinar a todo mundo o que eu sabia".

"Não era muito boa não, eu tinha dois supervisores que eu tinha uma relação boa, mas depois eu vim ver o seguinte de que ele tecnicamente, ele era burocrático, ele era o cara que você chegava pra ele 'olha ta faltando uma quentinha, um lanche', ele telefonava vinha, 'olha minha roupa caiu produto e manchou' ele ligava, 'minha bota' ele resolvia, 'tô com problema familiar e preciso ...' ele providenciava, mas a planta deu problema ele 'peraí que eu vou aqui', deixava pra gente resolver. Então eu atribuía isso a..., tinha operadores-chefes que foram caras que vieram de fora, apadrinhados, e quem segurava na verdade a planta eram nós baianos, a realidade era essa, depois de um certo período. Agora, tinha um grupo de supervisores que eram chilenos, alguns deles você tinha uma segurança técnica, mas em compensação você não tinha uma boa relação, era uma relação muito, meia, você lá e eu cá, era uma relação de achar que é o capataz, o dono da empresa, você tinha muito lá aqueles caras que galgavam postos de supervisor, de operador III, e achavam que a empresa era deles, tinha muito choque lá dentro".

"Existia conflito com o gerente do departamento da manutenção, ele tinha uma política, por exemplo, meio ditatorial, onde ele queria trazer as pessoas sobre a batuta dele e a gente, pessoal de turno da manutenção elétrica e da instrumentação foi um dos primeiros a desafiar ele".

"Eu tive problema com um operador III porque era o cara que não foi treinado na nossa área, não tinha o domínio da nossa área, porque no meu setor tinha pouco operador III quando ampliaram colocaram de outro setor, esses caras vieram sem ter conhecimento muitas coisas mandavam fazer fora das normas, a gente questiona porque o cara não tinha conhecimento, era o nosso chefe, mas não tinha conhecimento da...".

"Nunca foram industriais e ia pra lá comandar de cima pra baixo, ninguém nunca sabia de onde aquele cara veio e de repente mandando, nunca tinha entrado numa indústria pra ser operador e de repente mandando".

O respeito às regras de hierarquia não bastava para garantir a obediência era, sobretudo, de maior importância era o reconhecimento do saber técnico geralmente identificado com a experiência na área produtiva, porém, não era uma relação igualitária, isto é, os superiores, mesmo quando tinham seu conhecimento reconhecido, utilizavam métodos autoritários para impor a subordinação.

A rotina do sistema fabril subordina tecnicamente o trabalhador ao ritmo uniforme do instrumental e cria o que Marx chamou de disciplina de caserna. Por isso, a necessidade de um trabalho de supervisão, de dividir os trabalhadores em trabalhadores manuais e supervisores de trabalho, em "soldados rasos e em suboficiais do exército da indústria". Essa divisão do trabalho produzida pela junção da cooperação em grande escala com a aplicação comum da maquinaria exige uma regulamentação social, um código disciplinar de fábrica formulado, legislado e aplicado arbitrariamente sobre os trabalhadores pelos de maior "patente", quando "o látego do feitor de

escravos se transforma no regulamento penal do supervisor"[65] responsável pela punição das penalidades com multas e descontos salariais.

Por isso, os supervisores e engenheiros distantes dos operadores pelos papéis ocupados na produção e responsáveis pela aplicação da disciplina de caserna em geral assumiam posições divergentes diante do capital enquanto a alta hierarquia se colocava ao lado dos proprietários os "soldados rasos" experimentavam na arena do conflito identificar seus adversários.

> *"A escravização em que a burguesia mantém o sujeito proletariado revela-se com maior clareza no sistema fabril. Neste, cessa de direito e de fato toda liberdade. O trabalhador tem de estar na fábrica às 51/2 da manhã; se se atrasa alguns minutos, é punido; se o atraso é de 10 minutos, sua entrada é impedida até depois do desjejum, perdendo a quarta parte de seu salário diário. Tem de comer, beber e dormir, de acordo com o comando que recebe. (...) O sino despótico arranca-o da cama; tira-o do desjejum e do aloco. E que é que acontece na fábrica? Nela, o fabricante é o legislador absoluto. Dita os regulamentos que lhe aprazem; altera e faz acréscimos ao seu código, conforme lhe apetece; e, por mais absurda que seja a disposição que introduza no seu código, dizem os tribunais ao trabalhador: Uma vez que vos obrigastes espontaneamente dentro do contrato, tendes de cumpri-lo. (...) E os trabalhadores estão condenados a viver, dos 9 anos até a morte, sob essa tirania espiritual e física".*[66]

O relato de Engels sobre a situação da classe operária inglesa no século XVIII não está distante das condições vividas pelos petroquímicos baianos no século XX se compararmos com as conseqüências da incessante jornada de turno e das demais condições de trabalho. Isso significa que o capital apesar das diversas mutações que sofre no seu processo de desenvolvimento continua com a mesma essência alienante, usurpando a vitalidade humana dos trabalhadores.

A diretriz contínua da produção petroquímica que se concretiza no emprego ininterrupto da força de trabalho humana rouba desses seres as condições de vida durante o trabalho.

> *"O capital usurpa-lhe o espaço, o ar, a luz e os meios de proteção contra condições perigosas ou insalubres do processo de trabalho, para não falarmos nas medidas necessárias para assegurar a comodidade do trabalhador".*[67]

---

[65] MARX, Karl. *O Capital*, vol. I, Livro Primeiro, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2002, p.484.
[66] ENGELS, Friedrich. *Situação da classe operária inglesa.* Editora Hucitec, 1988, p.10.
[67] MARX, Karl. Op, Cit, p. 486.

Do que se depreende que "aquele segmento que alguns caracterizavam como sendo um pólo privilegiado e beneficiário, na verdade, vivenciava, de forma direta, a intensidade da exploração da força de trabalho".[68]

A força do mundo do trabalho petroquímico é capaz de produzir alterações profundas na vida do indivíduo. Ser um petroquímico é caminhar diariamente, turno após turno, para a fábrica, é está quatro horas nessa marcha de ir e vir, é "passar" por casa para conseguir um rápido repouso que permita ao corpo retomar a jornada do próximo turno, é exercer não só esforço físico e mental, mas desenvolver a partir da experiência especialmente habilidade, importante inclusive para a sua segurança e a do grupo, é está na "folguinha" com os colegas, no "baba", no clube ou no "barzinho", é está no "folgão" com a família, na Ilha ou no clube, é buscar compensações para o sacrifício da zero hora, para a temperatura artificialmente elevada, para a atmosfera poluída com os resíduos químicos, para o barulho ensurdecedor, para o perigo da vida.

Os trabalhadores petroquímicos eram um grupo de pessoas que compartilhavam de um mesmo meio social, do mesmo gênero, de similitudes na cor da pele, de um mesmo nível de instrução, que foram empurrados para um lugar comum capaz de produzir um estilo comum de vida.

E nesse momento, ao ser possível acontecer pontos de interseção do agir, o que parece resultante de um ato individual descobre-se pertencer a um todo, pois as ações mesmo que particularizadas somente quando sociabilizadas possibilitam a percepção do coletivo.

Contudo, esse encontro do pertencimento não é uma manifestação imediata é um processo de criação, de experimentação, de visão, de identificação, é um movimento de construção permanente, que depende, essencialmente, de circunstâncias produzidas por cada indivíduo, como indivíduo social-histórico, pois, "cada indivíduo – pessoalmente e sem que ninguém possa substituí-lo – tem de se formar uma cultura e viver a sua vida".[69]

---

[68] ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista – as greves de 1978/80.* Ensaio, São Paulo, 1988, p.27.
[69] KOSIC, Karel *Dialética do concreto.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 19.

CAPÍTULO III

A GREVE GERAL DE 1985

3.1. O PRELÚDIO GREVISTA

Era ele que erguia casas[*]
Onde antes só havia chão
Como um pássaro sem asas
Ele subia com as casas
Que lhe brotavam da mão
Mas tudo desconhecia
De sua grande missão:
Não sabia, por exemplo:
Que a casa de um homem é um templo
Um templo sem religião
Como tampouco sabia

Que a casa que ele fazia
Sendo a sua liberdade
Era a sua escravidão.

Todos os ingredientes das relações fabris em vigor entre o final dos anos 70 e a primeira metade dos anos 80 estavam presentes na greve de 1985. A greve era um produto desse período, foi o auge dos conflitos que os petroquímicos vivenciaram no Pólo durante essa época. A primeira greve geral em um Pólo Petroquímico no mundo foi um marco na experiência dos trabalhadores.

Já vimos que trabalhar em uma empresa petroquímica na primeira metade dos anos 80 em tempos de crise inflacionária e "Nova República" significava salários acima da média da indústria que tinha como contrapartida a disciplina de caserna do sistema de turno, a falta de segurança e os altos riscos à saúde.

Agora precisamos compreender como a coexistência de situações ambíguas vividas pelos trabalhadores se transformou em uma contradição aguda marcada pela sensação de injustiça diante da falta de reconhecimento pelos patrões dos esforços no cumprimento do trabalho e agravada pelas diferenças salariais com a Petrobrás que resultavam em perdas no período de recessão econômica.

Os trabalhadores entrevistados em sua maioria eram operadores, poucos com experiência de militância sindical, a maioria trabalhadores de base que vivenciaram a greve como primeiro conflito. E dos relatos podemos sublinhar alguns temas: o excesso de trabalho, a transformação da vida social, a falta de conhecimento dos produtos utilizados na produção que eram causadores de

[*] MORAES, Vinícius. O operário em construção.

doenças cancerígenas, os conflitos hierárquicos provocados por atitudes autoritárias, enfim, elementos que tentam na sua riqueza e limitações dar conta e de certa forma interpretar a vivência individual e coletiva das condições de trabalho.

3.1.1. UM BREVE HISTÓRICO DOS ANTECEDENTES SINDICAIS DA GREVE

De fato, como podia
Um operário em construção
Compreender por que um tijolo
Valia mais do que um pão?
Tijolos ele empilhava
Com pá, cimento e esquadria
Quanto ao pão, ele o comia.
Mas fosse comer o tijolo!
E assim o operário ia
Com suor e com cimento
Erguendo uma casa aqui
Adiante um apartamento
Além uma igreja, à frente
Um quartel e uma prisão:
Prisão de que sofreria
Não fosse, eventualmente
Um operário em construção.

A primeira organização coletiva dos petroquímicos surgiu em 1963 sob a forma de Associação, a ASPETRO (Associação dos Petroquímicos), que era organizada legalmente como delegacia do Sindipetro (Sindicato dos Trabalhadores do Petróleo). Este foi um meio para permitir o funcionamento legal enquanto esperava pela investidura sindical que só foi conquistada em 1978 quando então se transforma em Sindicato.

A ASPETRO era muito envolvida pela luta dos petroleiros e durante os anos 60 participou da campanha pelas "reformas de base" quando sofreu a política repressora instalada pelo golpe militar de 1964 com a prisão de diretores da associação que participaram da greve dos petroleiros desse mesmo ano.

Apenas dois dias depois do golpe de estado o COPEC foi ocupado por tropas militares durante vinte dias quando inquéritos policiais foram instalados, a Aspetro teve sua diretoria afastada e nos oito anos seguintes foi dirigida por juntas interventoras.

As obras de instalação do COPEC foram interrompidas até a superação da crise política com a consolidação da ditadura militar. Assim, só na segunda metade dos anos 70 que cresceu o número de empresas petroquímicas e com elas um novo conjunto de trabalhadores que se preparavam para colocar as "plantas" das fábricas em funcionamento.

Foi nesse momento de inauguração do Pólo Petroquímico que em 1978 o Sindiquímica assinou o primeiro Acordo Coletivo com o patronato conseguindo um aumento salarial de 32%. A campanha salarial de 1979 propôs uma greve geral e o empresariado petroquímico ao ver ameaçado o "lançamento" das fábricas concedeu mais que o reivindicado, inclusive o direito de formar comissões de fábrica e a obter uma escala móvel de salários corrigida a cada vinte pontos da inflação medida regionalmente.

As conquistas alcançadas nas vésperas de "lançamento" das plantas do COPEC não foram mantidas em 1980 quando o patronato adotou uma política de hostilidade à ação do Sindiquímica até conseguir em 1981 retirar a sua competência legal para representar os químicos. As empresas químicas patrocinaram a criação de um sindicato, chamado Astiquímica e em contraposição o Sindiquímica investe na construção de uma associação política coligada, fato que se concretiza em 1985 quando o Proquímicos, fundado um ano antes, consegue a Carta Sindical para representar os químicos até retornar a unificação com os petroquímicos.

Um momento importante nessa trajetória de organização coletiva dos petroquímicos foi a instituição de um Congresso Anual formado por delegados eleitos nas fábricas que definiriam o planejamento anual do sindicato, incluindo a pauta de reivindicações da campanha salarial.

Os conflitos grevistas cresceram entre 1980 e 1984 quando foram organizadas nove greves dentro e fora do Pólo: duas em 1981 (Isocianatos e Melamina), três (Tibrás, Isocianatos e Melamina) em 1982 e quatro (Pronor, Metacril, Nitrocarbono e Melamina) em 1984.

As regras eleitorais do Sindiquímica foram modificadas em 1984 com o estabelecimento de prévias eleitorais nas quais os grupos políticos disputaram os votos para compor proporcionalmente uma chapa única. Nas eleições de 01 de julho de 1984, onde votaram 3101 sindicalizados (80% do total), a chapa "Unidade Já" obteve 62.7% dos votos e a "Força Nova" 37.34% dos votos, o que significava, respectivamente, a indicação de 14 e 8 nomes por cada chapa para a chapa unitária.

O período entre o final dos anos 70 e os anos 80 foi marcado por mudanças no sindicalismo brasileiro quando houve o aprofundamento dos conflitos fabris na região da grande São Paulo,

especialmente nos sindicatos dos metalúrgicos e a formação de uma corrente política conhecida como “sindicalismo autêntico ou novo sindicalismo” .

O surgimento do “novo sindicalismo” foi marcado pelas tentativas de recuperação da representatividade das entidades, estimulando e assumindo as lutas reivindicativas, como as greves realizadas no ABC paulista entre 1978 e 1980.

Esse novo momento do sindicalismo brasileiro foi caracterizado por mudanças no modo de funcionamento e no papel do organismo sindical oficial que contribuíram para a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980 e resultaram na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983.

O Sindiquímica surgiu em tempos de “novo sindicalismo” e estava sob sua influência como demonstrou as ações inovadoras no cenário regional. Foi um dos primeiros sindicatos a organizar as cerimônias do “Primeiro de Maio” em Salvador, lideraram a coleta do fundo de greve para os metalúrgicos do ABC paulista, apoiaram todas as oposições sindicais próximas ao “novo sindicalismo” que se organizavam e lograram empossar algumas na Bahia, a exemplo dos bancários, têxteis, metalúrgicos e eletricitários.

A greve geral de 1985 aconteceu em um período de inovação do movimento sindical de Salvador que presenciava os novos rumos vindos do sudeste: “movimento contra a carestia”, “associações de moradores”, “movimentos por moradia”, “pastorais operárias” “campanha das Diretas Já”, etc. De acordo com a socióloga Maria Alba Carvalho a capital baiana estava imersa em tempos de normalidade e de rebelião, isto é, foi um período de formação de novos movimentos sociais e de ações coletivas violentas como o quebra-quebra de ônibus de 1981.

A retração do capital internacional após a crise do petróleo reduziu os investimentos na periferia do sistema e modificou a política de financiamento dos organismos multilaterais, como o Banco Mundial (Bird) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que passaram a exigir dos países devedores a aplicação de princípios “neoliberais”, como por exemplo uma reforma monetária com controle da inflação por meio da redução dos gastos públicos.

A economia brasileira entrara em declínio desde meados dos anos 70 quando nos primeiros anos da década de 80 foi atingida por uma estagnação acentuada (com queda do Produto Interno Bruto em 1.6% em 1981 e 3.2% em 1983) combinada com a explosão inflacionária (quase 100% ao ano em 1981 e 1982, e 200% em 1983) e a elevação da dívida externa.

O quadro de crise da estrutura econômica brasileira ameaçava o sucesso da aplicação das exigências "neoliberais" e levou o governo brasileiro após mergulhar o país em diversos planos econômicos fracassados a decretar a moratória ao pagamento da dívida externa em 1987. Isso retardou por algumas décadas o ajuste "neoliberal" no Brasil

A crise do modelo de desenvolvimento econômico, à época chamada de crise do "milagre brasileiro", e do tipo de Estado a ele associado foi um fenômeno que ao aumentar a pauperização da maioria da população brasileira contribuiu para o crescimento dos movimentos populares urbanos.

Não apenas a instabilidade econômica, mas as significativas mudanças da cultura política possibilitaram um aumento na participação política da sociedade civil provocando o surgimento de novas organizações populares e com elas o acirramento dos confrontos com o poder público.

3.1.2. O SINDICATO

Mas ele desconhecia
Esse fato extraordinário:
Que o operário faz a coisa
E a coisa faz o operário.
De forma que, certo dia
A mesa, ao cortar o pão
O operário foi tomado
De uma súbita emoção
Ao constatar assombrado
Que tudo naquela mesa
- Garrafa, prato, facão –
Era ele quem os fazia
Ele, um humilde operário.
Um operário em construção.
Olhou em torno: gamela
Banco, enxerga, caldeirão
Vidro, parede, janela
Casa, cidade, nação!
Tudo, tudo o que existia
Era ele quem o fazia
Ele, um humilde operário
Um operário que sabia
Exercer a profissão

Há momentos diferentes da aproximação com o sindicato. O primeiro de filiação sindical resultante da ação de convencimento do sindicato e quando o filiado ainda se percebe distante da entidade, interessado apenas em informações das campanhas salariais. E um segundo quando as inquietudes diárias do trabalhador se acirram e levam a uma reflexão coletiva que por sua vez proporciona uma aproximação com o espaço e o discurso sindical.

"A Aspetro estava sendo formada e não tinha aquele trabalho de agregar o pessoal, os sindicalizados era muito disperso, não acompanhava, não tinha conhecimento do que na realidade era o sindicato, e o sindicato naquela época não atuava com tom forte como veio atuar em 84 e 85, e também a gente não tinha consciência e não tinha aquela adesão, o pessoal era mais disperso... 84 foi um ano que começou um trabalho mais forte, trabalho de conscientização que surtiu efeito, principalmente entre os operadores-chefes e os supervisores. Naquela época já vinha acontecendo o achatamento salarial, e já cobrava, começou a reivindicar problemas de saúde, mais segurança nas plantas, porque estavam acontecendo muitos acidentes, colegas tendo problemas de saúde, então, o sindicato com isso, mostrou, deu essa visão do que deveríamos fazer, cobrando mais da empresa essa condição melhor de trabalho para gente".

"As comissões de fábrica na Polialden começam de 83 para cá, tinha um colega nosso que era dirigente sindical, era ele que levava essas discussões lá pra fábrica e aí no plantão a gente discutia muito, era uma forma da gente passar o tempo, quando não tinha nada pra fazer a gente estava discutindo isso, falando, resolvendo, se sindicalizando. A gente se sindicalizava por se sindicalizar, a gente não tinha conhecimento do que era o sindicato, de como funcionava, da força, da participação política do sindicato. A nossa participação no sindicato era mais em relação a essa coisa de campanha salarial, e a gente só queria saber do resultado, quanto foi, quanto vai ser de aumento esse ano, mas depois que a gente começou a engajar mais, que a gente começou a conhecer, daí é que vem aquela coisa de você voltar sua cabeça para aquilo, de ter

vontade de lutar contra, de seguir, de conhecer mais, participação sindical, de discutir politicamente e ser mais politizado. Foi de 84 pra cá que isso veio aflorando".

Os operadores relatam como a relação com o Sindiquímica se modificou ao longo do tempo e identificam que a interação com a entidade foi uma interpenetração recíproca que possibilitou um caminho a uma nova forma de apropriação da realidade. Esse foi um processo que se realizou gradativamente e cresceu bastante nos dois anos anteriores à greve geral de 1985, como já constatamos nos depoimentos citados acima e podemos confirmar com o acréscimo de outros relatos:

"A Copene em termos sindicais ela veio ter um impacto muito maciço já em 84, foi um período onde houve um trabalho de conscientização, na época em que algumas pessoas motivaram bastante o movimento e a filiação do pessoal. Em 84 houve uma certa frustração dentro da Copene porque nós não participamos daqueles grandes movimentos, porque não havia uma mobilização muito grande dentro da Copene, diferente de 85, mas foi todo um trabalho em 84".

"A minha sindicalização foi em 1980, primeiro que a gente..., a motivação era que tinha um colega que era delegado sindical, ele conversava com a gente, falava do trabalho do sindicato e as conquistas que o sindicato tinha para a gente, ele era nosso instrumento de luta, então a gente tinha essa consciência que precisava do sindicato como instrumento de luta para defender a gente do fantasma da época que era a inflação, a perda salarial era muito grande em função da inflação, então o sindicato era nosso instrumento de luta. Por isso que o pessoal acreditava que tinha que manter o sindicato tinha que financiar através de sua contribuição para manter o sindicato forte".

O Sindicato como um espaço de organização da classe trabalhadora conseguiu aglutinar as insatisfações e transformá-las em reivindicações coletivas que unificavam os trabalhadores.

Isso só foi possível porque houve uma interação entre as insatisfações pessoais e a ação do sindicato com uma política de aproximação com os filiados, desde a Campanha de Filiação, a eleição de delegados para o Congresso Anual, as tentativas de formação das Comissões de Fábrica, as constantes Assembléias durante as Campanhas Salariais, as denúncias relacionadas às condições de trabalho, os debates em torno da conjuntura nacional (campanha das "diretas já", fim da ditadura militar, etc.).

Agora, a não compensação salarial, os problemas de saúde, os acidentes de trabalho, a falta de reconhecimentos dos superiores, deixam de ser angústias individuais para se tornarem em elementos de direcionamento da ação coletiva.

Assim, o sindicato fortalecia os laços com o conjunto dos trabalhadores conquistando progressivamente a sua confiança, aproximando-os cada vez mais da entidade e abrindo espaços

que os leva a experimentar a força da coletividade e a perceber que cada um deles sozinhos é impotente ao poder dos patrões.

Entretanto, nesse período havia uma distância muito grande entre os trabalhadores do setor administrativo e aqueles que trabalhavam de turno que o próprio Sindiquímica ainda não conseguia elaborar formas de superação. As condições de trabalho eram totalmente distintas, começando pela jornada de trabalho, passando pelo tipo de trabalho e o padrão de vida, diferenças que contribuíam para o afastamento dos trabalhadores.

> "O sindicato não priorizava a relação com a gente, não ligava para o administrativo, a questão do sindicato era sempre o operacional, tanto é quem manda na empresa são os operadores, andavam parecendo uns reis. E ainda existia o confronto entre os operadores e o administrativo porque os operadores diziam que sustentavam a gente: 'somos nós que sustentamos um bocado de vagabundos'. Por outro lado apesar do operacional ganhar mais que o administrativo a vida social do administrativo em termos de qualidade era muito melhor do que o operacional. Porque o cara ganhava mais, mas freqüentava uns barzinhos da periferia, enquanto o administrativo era o lado mais elitizado da Barra. Tinha muito ranço. Quando se fazia uma festinha na Copene isso ficava muito patente, os operadores se achavam o dono da verdade e ficavam tirando onda".

Essas divergências entre os trabalhadores afastavam os funcionários do administrativo dos fóruns coletivos:

> "Então aqueles caras têm que se fuder mesmo, ficam tirando onda, acham que nos sustentam, que nós somos vagabundos. Infelizmente existia esse confronto entre os trabalhadores, e o sindicato não trabalhou isso, muito pelo contrário, o sindicato passava entregava vários boletins para o turno, fazia assembléias todos os turnos e fazia uma assembléia mensal do administrativo, porque eu digo que era assembléia, porque eu via o pessoal concentrado e não ficava, geralmente quando era no final da tarde aí irritava a gente, de manhã quando entrava eu não ficava passava direto e ia para o meu setor e de tarde a gente se irritava porque atrasava a saída dos ônibus".

Como veremos, apesar de algumas demonstrações de solidariedade dos funcionários do setor administrativo com o operacional podemos perceber que na greve de 1985 as diferenças entre eles contribuíram para a pequena participação do administrativo, porém mesmo vivenciando de longe a ação grevista eles não passaram imunes aos seus efeitos.

Os laços de solidariedade e identificação entre os trabalhadores e o sindicato se fortaleceram quando a ação sindical logrou se aproximar dos anseios individuais contribuindo para sua intensificação. Essa sintonia política nem sempre produziu resultados que foram previstos e controlados pelo sindicato que possuía um grande desafio: saber conduzir a luta política em conjunto com os trabalhadores.

Pois bem, quando é iniciada a luta direta e “encarniçada” contra os patrões sob a forma de greve enquanto o maior desejo dos operários é fazer com que os patrões sintam a sua indignação, a entidade sindical possui algumas tarefas decisivas: sistematizar as reivindicações e legitimá-las perante os patrões e a sociedade civil, e acima de tudo organizar a força operária em harmonia com seus anseios e disposição.

3.1.3. A CLASSE

Ah, homem de pensamento
Não sabereis nunca o quanto
Aquele humilde operário
Soube naquele momento!
Naquela casa vazia
Que ele mesmo levantara
Um mundo novo nascia
De sequer suspeitava
O operário emocionado
Olhou sua própria mão
Sua rude mão de operário
De operário em construção
E olhando bem para ela
Teve um segundo a impressão
De que não havia no mundo
Coisa que fosse mais bela.

Para analisar o significado da greve é preciso, em primeiro lugar, compreender os sujeitos como elementos de um mesmo grupo social porque pertencentes a uma mesma relação produtiva com os meios de produção. Sendo o petroquímico um trabalhador produtivo que produz diretamente mais-valia e participa diretamente do processo de valorização do capital, ele faz parte do núcleo central da classe trabalhadora.

A formulação apresentada acima reflete a noção de classe elaborada por Ricardo Antunes e definida como a "classe-que-vive-do-trabalho", idéia que enfatiza o sentido atual do conceito marxiano de classe trabalhadora lhe dando validade contemporânea.

> *"Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital".*[70]

Os petroquímicos são formados pela estrutura do modo de produção capitalista, mas nas condições históricas específicas da indústria petroquímica. E nessas condições o que investigamos é se a greve enquanto uma experiência de classe permitiu a identificação de interesses antagônicos.

E para a análise da ação histórica partimos do estudo do conceito de classe como uma relação objetiva com os meios de produção. Contudo, sabemos que essa condição não assegura que

[70] ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.* Editoral Boitempo, São Paulo, 1999, p. 103.

as classes construam uma consciência de si mesmo, que possuam uma atuação e um comportamento em comum apesar de continuarem sendo classes no sentido material e histórico.

> *"Com frecuencia han existido clases cuyos miembros no identificaron sus intereses antagónicos en ningúm proceso de clarificación o de lucha. Incluso es probable que durante la mayor parte de la historia esto fuera la regla más que la excepción".*[71]

Os mesmos acontecimentos podem ser vivenciados por indivíduos que elaboram conclusões profundamente distintas. Então, como uma experiência pode inspirar uma conclusão particular de compreensão da realidade ou formadora de valores? Por isso, precisamos encontrar respostas para as seguintes perguntas: para onde conduziu o questionamento das condições de trabalho? Produziu que tipo de experiência? E inspirou que tipo de atuação?

A greve enquanto uma ação histórica de dimensões cognoscitivas deve ser compreendida não apenas como um simples produto da vontade, mas também da apreensão da realidade a partir de certas condições. Porque por trás das forças motrizes ideais existem motores de outra natureza que se transformam de forma clara ou confusa em objetivos que movem os homens quando fazem sua história.

> *"Por conseguinte, se se quer investigar as forças motrizes que – consciente ou inconscientemente, e muito a miúde inconscientemente – estão por trás desses objetivos pelos quais os homens atuam na história e que constituem as verdadeiras alavancas forças motrizes da história, é necessário não se deter tanto nos objetivos de homens isolados, por muito importante que sejam, como naqueles que impulsionam as grandes massas, os povos em seu conjunto e, dentro de cada povo, classes inteiras; e não momentaneamente, em explosões rápidas, como fugazes fogueiras de palha, mas em ações contínuas que se traduzem em grandes transformações históricas".*[72]

A investigação das causas propulsoras da greve deve passar pelo estudo da estrutura produtiva e pelos conflitos resultantes dela, só assim apreenderemos de forma mais concreta e específica as suas múltiplas determinações sociais.

---

[71] ANDERSON, Perry. *Teoria, política e historia: un debate con E.P.Thompson.* Siglo veintiuno de España Editores, 1985, p.43.

[72] ENGELS, Friedrich. *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. In:* MARX, Karl e ENGELS, Friederich. *Obras Escolhidas.* Editora Alfa-Omega, v.3, São Paulo, p. 199.

O estudo do social pode ser realizado através da aplicação do materialismo histórico, pois como uma teoria específica das relações sociais possibilita o estudo da realidade ao compreender as suas determinações a partir da produção material.

> *"A partir de aquí, establecer una noción firme de estructura económica de la sociedad no es imposibilitar o comprometer el estudio histórico de sus superestruturas culturales o políticas, sino más bien facilitarlo".*[73]

O conceito de classe não pode ser definido de modo subjetivista e voluntarista, pois na medida em que as classes estão constituídas pelos modos de produção precisam ser interpretadas a partir do exame da estrutura produtiva.

A greve dos petroquímicos como um espaço da luta de classes foi uma luta política que entre outras motivações encontrou no questionamento do salário uma das principais alavancas de mobilização e aglutinação das vontades individuais.

> *"Pelo menos na história moderna fica, portanto, demonstrado que todas as lutas políticas são lutas de classes e que todas as lutas de emancipação de classes, apesar de sua inevitável forma política, pois toda luta de classe é uma luta política, giram em última instância em torno da emancipação econômica".*[74]

Numa sociedade dividida em classes a luta entre elas sempre assume a forma de uma luta política impulsionada pela "emancipação econômica" na busca pela superação das contradições sociais. Para o núcleo central da classe trabalhadora o salário sempre se apresenta como o mais direto dos impulsos que regem a conduta dos indivíduos. Todavia, tudo que coloca os homens em movimento assume uma forma que depende das circunstâncias vividas nas relações produtivas, assim para que o salário se transforme em um móvel da ação é necessário que se condense com outras condições da produção.

Nesse momento é preciso buscar através da observação empírica do modo como os indivíduos trabalham e produzem materialmente, a explicação das suas idéias. Pois, só com o estudo do processo de vida real e da atuação dos indivíduos chegaremos à explicação das transformações do pensamento.

---

[73] ANDERSON, Perry. Op, Cit, p.73.
[74] ENGELS, Friedrich. Op, Cit, p.201.

> *"Esta forma de considerar o assunto não é desprovida de pressupostos. Parte de premissas reais e não as abandona um único instante. Estas premissas são os homens, não isolados nem fixos de uma qualquer forma imaginária, mas apreendidos no seu processo de desenvolvimento real em condições determinadas, desenvolvimento este que é visível empiricamente. Desde que se represente este processo de atividade vital, a história deixa de ser uma coleção de fatos sem vida, como a apresentam os empiristas, e que são ainda abstratos, ou a ação imaginária de sujeitos imaginários, como a apresentam os idealistas".*[75]

Portanto, se os homens produzem as suas idéias e representações a partir do seu comportamento material é necessário explorar as condições materiais determinadas sob as quais os petroquímicos atuavam, pois daí emana a sua produção intelectual, as repercussões ideológicas do processo de vida real.

[75] ENGELS, Friedrich e MARX, Karl. *A ideologia alemã.* Editora Hucitec, São Paulo, 1996, p.38.

3.1.4. O SALÁRIO

Foi dentro da compreensão
Desse instante solitário
Que, tal sua construção
Cresceu também o operário
Cresceu em alto e profundo
Em largo e no coração
E como tudo que cresce ele não cresceu em vão.
Pois além do que sabia
- Exercer a profissão –
O operário adquiriu
Uma nova dimensão:
A dimensão da poesia.

A insatisfação salarial girava em torno das diferenças entre as fábricas, destas com a Petrobrás, e da falta de compensação pelo tipo de trabalho realizado.

"Existia uma idéia de que a Copene pagava bem, depois a gente veio descobrir que não era assim, o nosso salário estava mais baixo do que as empresas desse tamanhinho, aí que começou a haver a discussão que nós queríamos um salário digno com que a gente representava. Em 84 isso vem a tona, o meu setor entrava em todas as fábricas e conversava com os operadores, trocava uma idéias, salário aqui, salário ali, então a gente começou a perceber a diferença de salário, a gente leva essa discussão para dentro da fábrica, o nosso setor... e tinha também o próprio sindicato que já tomava conhecimento disso, então o sindicato fez a campanha mostrando a realidade do nosso salário e a gente tomou conhecimento a partir daí."

"Eu mesmo ganhava um salário muito..., uma média de cinco salários mínimos para trabalhar com produto que a gente trabalhava naquele tempo tintas brabas, pesadas, borracha colorada, solvente, até que a gente tomava leite como que fosse uma coisa que protege para aquele tipo de produto, com o tempo a gente sente o desgaste, dores no corpo, cansaço, falta de ar, muitos desses casos é atribuído a aquele tipo de emprego tanto das pessoas que trabalhavam dentro da área tanto das pessoas que trabalhavam próximo. Hoje meus colegas que eram cinco, três já morreram e todos eles eram até um pouco mais novo que eu."

Os depoimentos de um operador I e um pintor, respectivamente, demonstra como o contato entre os trabalhadores de fábricas diferentes, a ação do sindicato e os riscos à saúde foram gradativamente levando os petroquímicos a questionarem o nível salarial. Entretanto, para chegar à percepção de que o salário era uma remuneração incompatível com o trabalho desempenhado os petroquímicos partiram do questionamento das próprias condições vividas na petroquímica. Assim, houve uma busca por aprofundar a compreensão do espaço de trabalho seja através da socialização de informações com os colegas ou da interação com o discurso do Sindiquímica.

Os petroquímicos sabiam que seu salário estava acima da média da remuneração dos trabalhadores fabris baianos, como isso lhes proporcionava um padrão de vida mais elevado e o sério risco de perder tudo isso ao se confrontar com o patrão. Por isso, a análise da greve geral corre

o risco de ser superficial se a interpretamos apenas sob o viés salarial, porque ele por si só não explica a mobilização e o envolvimento dos indivíduos. Essa explicação só será encontrada se formos atentos à maneira como foram vivenciados os problemas do cotidiano fabril, pois na luta pela existência são produzidas situações nas quais as contradições se manifestam e as classes se enfrentam e tomam posições.

Os trabalhadores percorrem um caminho árduo até se envolverem em reivindicações salariais conflitantes e o impulso para essa ação vai ganhando força à proporção em que crescentemente são acumuladas insatisfações com as condições de trabalho e que ao final se traduzem em uma indignação atormentada pela ânsia de ser demonstrada e de se fazer sentir aos seus adversários.

> "A insatisfação era a enrolação porque a gente partia para negociações nas campanhas salariais e a Copene ficava empurrando com a barriga para discutir as nossas questões sempre, para discutir as nossas questões, as prioritárias. A outra insatisfação era que eu, tecnicamente eu já me achava em condições de ser promovido de uma faixa para outra, não por letra, mas de analista II, III e estava sendo penalizado, talvez por participar do movimento, já andava nos congressos, essa perseguição sempre houve. Nós estávamos irresignados com as posições da chefia e a diretoria da empresa, as colocações, as desqualificações, a imperícia de uma diretoria de empresa de chegar aos funcionários e dizer assim: 'vocês não tem culhão para parar uma fábrica, não têm competência'. Nós começamos a fábrica, os colegas que partiram, mas a gente que deu suporte, eu entrei em 79, mas o laboratório eu ajudei a montar muita coisa, eu que acompanhei todo esse desenrolar, quem dirigiu o laboratório no período da greve foi eu, era analista I e o analista III ficou subordinado a mim".

> "Na nossa primeira greve em 81, 83..., a gente colocou uma pauta de reivindicação, a gente parou a planta, aí foi criada a comissão de fábrica para levar a pauta de reivindicação, se eu não me engano tinha 32 itens, aí foi chamado o superintendente e aí ele diz assim: 'olha trabalhador só faz greve para pedir salário e vocês estão me entregando uma pauta com 32 itens que vocês não pedem 1% de aumento salarial' e aí chegou para comissão: 'o que vocês querem para botar minha fábrica para funcionar?' e aí gente: 'que atenda a reivindicação'. A gente queria ser respeitado pela nossa chefia, queria ter nosso valor como pessoa, como trabalhador e como profissional, que aumentasse a troca de turno..., e por questão moral eles não cederam dois itens. E uma exigência por parte dos trabalhadores era que nenhuma pessoa que participou da greve fosse demitido, porque se fosse demitido a gente voltaria a parar de novo. A partir desse dia qualquer demissão que existisse essa comissão era consultada, era justificada. A empresa distribuiu as lideranças e o movimento cresceu, ela pensou que ia enfraquecer, mas fortaleceu a unidade da fábrica, mas o pessoal do administrativo não apoiava, era dos operadores-chefes para baixo, eles tinham medo de fazer, de apoiar a gente abertamente, também não tinha a politização que o pessoal de turno tinha".

Os últimos depoimentos, onde inclusive há a idéia de diferenças políticas entre os trabalhadores de turno e os do administrativo, demonstra como era crescente o desapontamento com o comportamento da chefia, a ausência de uma política de ascensão hierárquica dificultada por uma suposta barreira à participação política, o discurso da direção de desvalorização e subestimação da

capacidade dos funcionários, eram fatores que em determinado momento poderiam superar em importância os problemas salariais.

Logo, muito além de uma greve "econômica" o conflito de 1985 foi motivado pelo acumulo de descontentamentos e frustrações que potencializaram as insatisfações salariais transformando-as em uma alavanca da luta política.

Ademais, a trajetória percorrida até o questionamento salarial é também um esforço sistemático e crítico de compreensão do mundo do trabalho que permite aos trabalhadores avaliarem a realidade na formulação dos seus próprios pensamentos.

> "Eu comecei a gostar de discutir política, eu comecei a gostar de participar, de crescer, enxergar, você aprende a ver, porque eu via a coisa dessa forma, aí você gosta, você quer ir, quer aprender mais, eu cheguei um tempo até que eu queria participar da direção do sindicato, porque aquilo te motiva a ir mais além, a querer que as pessoas saibam do que você sabe, que as pessoas veja aquela coisa da forma como você ver e você ensina até os colegas, os pelegos, que não queriam nem saber, esses a gente trazia arrastado, ele vinha de rodão, você sempre tentando convencer, convencer e mostrar as pessoas que você tem razão naquilo que você está pleiteando, naquilo que você está pedindo".

3.2. A GREVE

E um fato novo se viu
Que a todos admirava:
O que o operário dizia
Outro operário escutava.
E foi assim que o operário
Do edifício em construção
Que sempre dizia sim
Começou a dizer não.
E aprendeu a notar coisas
A que não dava atenção:
Notou que sua marmita
Era o prato do patrão
Que sua cerveja preta
Era o uísque do patrão
Que seu macacão de zuarte
Era o terno do patrão
Que o casebre onde morava
Era a mansão do patrão
Que seus dois pés andarilhos
Eram as rodas do patrão
Que a dureza do seu dia
Era a noite do patrão
Que sua imensa fadiga
Era amiga do patrão.

"O dia 27 de agosto entrou para a história da classe química e petroquímica baiana. Exatamente às 10 horas da manhã, quando o flaire da COPENE jogou para o ar a grande chama que esperávamos com muita expectativa, estava consumado o nosso poder de mobilização, a nossa capacidade de lutar pelas reivindicações que durante um mês tentamos negociar com os empresários.
Os patrões quiseram nos testar e receberam uma RESPOSTA que não esperavam. Paramos, e paramos organizados, mostrando que só queremos ser respeitados como classe trabalhadora que precisa de salários justos e melhores condições de trabalho".[76]

[76] Sindiquímica. *Boletim Semanal Grave*, Especial, 27/08/1985.

3.2.1. O PRIMEIRO ATO: CAMPANHA SALARIAL E NEGOCIAÇÃO.

E o operário disse: Não!
E o operário faz-se forte
Na sua resolução.

Como era de se esperar
As bocas da delação
Começaram a dizer coisas
Aos ouvidos do patrão.
Mas o patrão não queria
Nenhuma provocação.
- "Convençam-no" do contrário –
Disse ele sobre o operário
E ao dizer isso sorria.

O ano de 1985 no Pólo Petroquímico se iniciou com um escândalo financeiro envolvendo o Superintendente da COPENE em compra ilícita de ações da empresa e culminou com os trabalhadores realizando uma ação inédita no mundo ao paralisarem a produção de um Pólo Petroquímico.

O IV Congresso dos Trabalhadores Químicos e Petroquímicos da Bahia realizado em abril de 1985 definiu as reivindicações da campanha salarial daquele ano que foram concentradas nos lemas "88.5% de adicional e nada menos" e "Equipara ou Pára", que resumiam a luta pela estabilidade no emprego e pelo fim das diferenças salariais entre fábricas do mesmo porte.

Na greve geral realizada entre agosto e setembro de 1985 os petroquímicos representados pelo Sindiquímica exigiam adicional de turno de 88.5% e turno de seis horas enquanto os patrões que naquele mesmo ano já haviam lucrado quase Cr$ 200 bilhões se defendiam publicamente por meio de sua entidade, o Sinper (Sindicato da indústria petroquímica e de resinas sintéticas no Estado da Bahia), apresentando argumentos que buscavam convencer a opinião pública das boas condições de trabalho dos petroquímicos.

Embora estivesse na pauta das reivindicações a jornada para o administrativo de 40 horas semanais sem redução de salário, os anseios desses funcionários não se identificavam com essa proposta o que somado com as divergências que já existiam com os operadores reduziu o

envolvimento da maioria na campanha salarial e depois na greve. Eles pensavam da seguinte maneira:

"A gente calculava as 40 horas só que calculava como hora-extra, bem a gente vai trabalhar menos e quando a gente fizer hora-extra vai aumentar mais nas horas-extras. A gente fazia até brincadeira disso, uma das coisas o que eles querem é 88.5% e para gente eles só querem dar 40 horas, tinha que ser alguma coisa que se equiparasse com os aumentos que eles vão ter se tiver os 88.5%. A redução do horário não é que a gente pensasse que ia trabalhar mais não, a gente achava que ia trabalhar a mesma coisa só que ia receber em hora-extra ao invés de receber em horário normal".

Durante o período de negociação os trabalhadores utilizaram diversas formas de mobilização, como o uso de adesivos da campanha salarial, greve de fome de 24 horas e constantes assembléias. Esse primeiro momento foi de demarcação de território, quando os trabalhadores começaram a assumir suas posições e a escolher pelo lado oposto ao do patronato.

"Tinha várias coisas, atraso de ônibus, atraso na entrada da fábrica, a gente chamava operação tartaruga, a gente fazia as coisas devagar lá dentro, aí já tinha mais enfrentamento com os supervisores, contestando mesmo pressa para fazer qualquer coisa, atraso de produção, e uma série de atitudes que a gente tomava para o patrão ver que a gente estava mobilizado para aquela coisa ali".

"Um engenheiro me chamou para fazer um trabalho na área, e eu estava com os adesivos da campanha (equipara ou para, 88.5%), adesivo colado no capacete, na farda, então ele fez assim: 'porque você usa esse negócio aí?', eu fiz assim: 'aqui são as nossas principais reivindicações da campanha salarial', ele deu dois tapas em meu ombro e disse: 'rapaz deixe isso para os políticos', aí eu falei: eu também sou petroquímico".

"Na época um dos gerentes industriais, um engenheiro que era militar da reserva, em uma certa feita, a gente estava assim na sala de controle conversando e estava perto da greve acontecer, a campanha salarial estava efervescendo e ele falou assim: 'olha gente vocês pensem bem o que vocês vão fazer, porque até agora a empresa não usou o seu poderio de força que ela tem para usar contra vocês, mas se vocês provocarem ela não vai hesitar em usar'. Aquilo ali para ele foi a pior coisa que ele falou, a gente já sentiu uma afronta dele falar aquilo pra gente, já sentiu pô, o cara está ameaçando a gente?".

"A Copene chegou um momento que não voltava mais, a Copene de repente ficou fora de controle na motivação da massa trabalhadora de que realmente a gente tinha que parar, era uma reposta que precisava dar. Houve um dado de comentários de chefia desafiando o pessoal alegando que a gente não tinha coragem, de que não tinha competência e que ia botar pra fora todo mundo. Na Copene houve um confronto realmente e isso foi o grande motivador".

Nesse momento inicial do conflito os trabalhadores ao passarem pelas ameaças das chefias são estimulados a definir seus aliados e adversários e aí cada trabalhador busca uma forma de demonstração e afirmação do seu valor e da sua capacidade.

A disputa foi se acirrando principalmente quando à negação das chefias as exigências dos trabalhadores se somaram atitudes de inferiorização por parte dos superiores que apenas alimentaram a revolta e a indignação dos petroquímicos.

Eram trabalhadores sacrificados biologicamente e espiritualmente pelo trabalho de turno, que abdicavam de sua vida social, da sua convivência familiar, muitas vezes da oportunidade de concluir o nível superior, expostos a produtos tóxicos sem ao menos saber o conteúdo deles e quando mesmo qualificados profissionalmente não tinham a oportunidade de progressão hierárquica obrigados então a se limitarem sempre ao mesmo tipo de serviço.

Então, tudo era transferido pelos petroquímicos para um sentimento de indignação sentido e compartilhado por todos que começou a se transformar numa revolta que convergia para uma ação coletiva.

As assembléias foram o primeiro espaço coletivo utilizado pelos petroquímicos para levantarem juntos as suas reivindicações e essa força crescente exerceu influência sobre todos os trabalhadores arrastando muitos deles e dando-lhes a impressão de que "todas as rodas se detêm se assim o que quer teu braço vigoroso"*.

"Em 85 eu fui em todas as assembléias, todo mundo ia, era aquela coisa a gente vai ter que ir, era um dos nossos lazer, da nossa diversão, ao invés da gente ir para o baba em piatã, a gente ia para a assembléia, a gente se engajou mais politicamente nas discussões, a gente participava mais, todo mundo ia, 'não rapaz que baba primeiro a gente vai para a assembléia, da assembléia a gente vai para o baba', se não tivesse o baba, se a gente fosse comemorar qualquer coisa, ou ir para algum bar que a gente sempre ia junto, aquela coisa em bloco, primeiro porque todo mundo tinha facilidade, tinha carro, 'não primeiro a gente vai para a assembléia depois a gente vai para aquela coisa', era ponto primordial. E foi isso aí que elevou que chegou essa coisa gigante que foi parar o Pólo Petroquímico, que foi uma coisa braba. O Cine Nazaré passou a ser pequeno depois passou para aquele Cine Roma."

"O pessoal de turno participava das assembléias, existia uma cobrança direta de perguntar 'por que não foi? rapaz, esse aí é nosso sistema de luta, você tem que fortalecer o sindicato'. Existia uma adesão espontânea, eu não fui levado por ninguém para entrar no movimento, eu cheguei lá e vi que o negócio, que a reivindicação era justa, apesar de que eu ser da manutenção, eu cheguei lá e disse: 'olha eu tô aqui no movimento mas eletricista não é igual a operador, eletricista tem um bocado aí na praça se eles quiserem mandar a gente embora, manda e substitui a gente não tem problema nenhum' aí o pessoal disse: 'não, vocês têm a garantia da gente, se mandar vocês embora, se mecher com qualquer eletricista ou instrumentista, a gente para a planta de novo até eles readmitirem vocês, se não houver qualquer motivo de ordem disciplinar ou técnico para ser mandado embora a gente segura pode ficar tranqüilo'."

"A assembléia a gente tinha que participar porque a assembléia quem ia decidir sobre salário, sobre se mantinha o movimento ou suspendia. Naquele tempo saia ônibus de Mata de São João passava por Camaçari, Dias D'Ávila e vinha aqui para Salvador, o pessoal também não tinha passado por uma tortura, era tudo um mar de rosas aí o pessoal vinha mesmo. Eles faziam o movimento, planejavam tudo e naquele dia da campanha ia para a porta da fábrica, conversava, convocava o povo para vim para Salvador e tinha pessoal que fazia aquele incentivo e aí pelas conquistas que a gente conseguia a gente tinha aquela certeza de..."

"Após cada rodada de negociação tem assembléia para submeter a proposta do patronato para para os trabalhadores, ser aprovado ou não, obviamente que quando isso era colocado existia dentro dos próprios

* Canção dos operários alemães.

diretores quem mostrava os prós e os contras daquela proposta, e aí vinha com dados do DIEESE sobre a inflação, os percentuais, as propostas de cunho econômico e tinha as propostas que eram de cunho social. Ninguém queria negociação por fábrica, queria a negociação no coletivo, o que desse para um desse para toda a categoria."

Esse foi um momento importante de unificação, o que contribuiu muito para isso foi o fato de que como a vida social de quem vivia de sistema turno era muito limitada e a sociabilização se realizava entre os próprios petroquímicos a convivência nos tempos de folga era muito grande assim era possível utilizá-los para a atividade política e quem não estava inserido nessa rotina corria o risco de ser excluído do único espaço social que lhe restava. Para isso também contribuiu a organização da entidade sindical ao construir as assembléias como mecanismo de decisão política e ao incentivar a participação dos trabalhadores proporcionando inclusive meio de transporte para deslocamento de grandes distâncias.

As participações nos debates das assembléias foi um caminho para transformar as angústias em questões políticas, para compreender as suas causas, para encontrar resoluções para seus problemas e dividi-los com os colegas e assim ao criar uma rede de solidariedade aumentava a disposição para o enfrentamento.

> *"Tudo vai depender da resposta dos patrões à nossa contra-proposta, aprovada numa empolgante assembléia geral – a maior desde 1979 – sábado passado, no Cine Roma, com a participação de quase 3.000 companheiros Químicos e Petroquímicos decidiram não abrir mão dos 88.5% de ADICIONAL DE TURNO, mesmo que seja escalonado, ou seja, 80% AGORA e 88.5% EM MARÇO. Além disso, dos 100% DO SALÁRIO BRUTO DE PRÊMIO ASSIDUIDADE, COMISSÃO DE FÁBRICA, E NORMALIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DOS DIRETORES DEMITIDOS OU AFASTADOS. MESMA CONVENÇÃO PARA QUÍMICOS E PETROQUÍMICOS.*
> *O clima na assembléia era de muita disposição e vontade dos trabalhadores de lutarem até o fim, pelas suas reivindicações. Companheiros (homens e mulheres) de todas as idades – alguns levaram seus filhos – permaneceram três horas no Cine Roma, portanto faixas e a toda hora gritando "88.5%", numa demonstração de que ninguém está para brincadeira".*[77]
>
> *"Os patrões praticamente não evoluíram, ontem (quarta-feira, dia 21), na mesa de negociação, apresentando a seguinte contra-proposta: reposição salarial de 4% e produtividade de 2% (dando um total de 78% sobre o salário de março), adicional de turno de 72% em setembro para os químicos e 72.5% em setembro e 76.58% em março para os petroquímicos,*

[77] Sindiquímica. *Boletim Semanal Grave,* 19/09/1985.

salário educação de dois salários mínimos por semestre, atingindo o núcleo familiar, o prêmio de assiduidade continua sendo o salário base.
Eles mantiveram a posição de não conceder escala móvel, comissão de fábrica, readmissão dos diretores demitidos e, no caso dos químicos, estabilidade. Quanto a equiparação salarial para os químicos colocam como um problema para ser resolvido empresa por empresa e não na mesa de negociação.
Diante desse quadro só temos uma saída: aumentar ainda mais a nossa mobilização, nos reunindo em assembléias nas portas de fábricas, discutindo em todos os lugares e horários a nossa organização para deflagrarmos uma greve no dia 27, como decidiu a assembléia geral do último sábado. Nosso objetivo maior é negociar, dialogar com os patrões no caminho do atendimento das nossas reivindicações, mas se eles insistem na intransigência, não vemos outra saída senão paralisarmos as atividades na fábrica.
De qualquer maneira, ainda confiamos no bom senso dos patrões, na próxima rodada de negociação, amanhã, no sentido de que haja um avanço mais concreto das propostas".[78]

O discurso sindical incentivava a mobilização, a recusa das propostas patronais, mas ainda assim defendia a negociação como saída para o conflito. Enquanto isso o patronato estava disposto a negociar apenas as reivindicações salariais como demonstrou sua contra-proposta incluindo os adicionais de turno, negando o que envolvia assuntos políticos.

Porém já naquele momento os trabalhadores queriam proclamar em voz alta as suas reivindicações, a recusa em aceitar as contra-propostas patronais era uma forma de lembrar aos patrões todas as agruras que vinham sendo vítimas, de proclamar seus direitos, não pensavam apenas em si ou no seu salário, mas em demonstrar a sua força para exigir respeito, o reconhecimento da sua importância na produção. Para eles o que exigiam era apenas a parte que lhe cabia para compensar os atropelos diários e os lucros exorbitantes que proporcionavam aos patrões.

Quando o patrão que acumulou milhões às custas do trabalho alheio não concede o mais modesto aumento de salário então os trabalhadores passam a confiar em sua união, resistem a qualquer promessa ilusória ou a uma dádiva insignificante, e se esforçam para aumentar o seu número, propagar suas idéias e avançar na luta até a conquista de suas exigências.

[78] Sindiquímica. *Boletim Semanal Grave,* 22/08/1985.

Dispostos a limitarem a arbitrariedade patronal e a não permitirem que sejam subjugados pelas penúrias que lhe são impostas, os operários erguem-se unidos contra o patrão e se entusiasmam quando vêem todos juntos para quebrar a oposição dos seus adversários.

Nos momentos iniciais, encontramos uma oportunidade dos trabalhadores superarem diferenças, como os vínculos com fábricas diversas, os tipos de funções, as distâncias hierárquicas, assim, ao dividirem seus problemas e definirem os interesses em comum pelos quais irão lutar, se tornam apenas petroquímicos a caminho do reconhecimento das suas reivindicações.

Antes da greve foram realizadas cinco assembléias e seis reuniões de negociação com o patronato, a assembléia do dia 17 de agosto de 1985 marcou a greve para dez dias depois. No dia 22 de agosto de 1985 o Boletim Semanal do Sindiquímica trazia a seguinte manchete: "A UM PASSO DA GREVE!" As negociações segundo o Sindiquímica não haviam evoluído porque o sindicato patronal continuava apresentado uma contra-proposta que não contemplava as principais reivindicações da campanha salarial. Contudo, o Sindiquímica declarava que ainda acreditava na possibilidade de negociação, mas os patrões mantiveram suas posições e diante desse impasse o Pólo Petroquímico foi paralisado na manhã de 27 de agosto de 1985.

> "Antes de chegar a greve geral já tinha se discutido várias atividades, como parar os ônibus no meio do caminho para distribuir folhetos, informativos, atrasar a entrada do trabalho, greve de fome e outros artifícios que haviam falhados, eles não aceitaram, o patrão não foi sensível, eles não queriam ceder. No dia que determinou parar foi uma festa, porque, inclusive teve dirigentes sindicais que na época queriam recuar, e a assembléia empurrou: 'agora não meu irmão, agora já era, não tem mais argumento, não tem mais conversa, não tem mais nada'. Você via dirigente sindical tremendo, eles ficaram loucos: 'pelo amor de Deus rapaz, vocês são loucos, vocês são malucos? vamos discutir mais essa questão, não é agora, não é o momento', mas não tinha como parar foi um vendaval".

E por quê não aceitar os índices econômicos propostos pelos patrões, já que eles se aproximavam daqueles que eram reivindicados? A deflagração da greve foi um resultado da intervenção dos diretores sindicais? E os patrões por quê não concederam o que era exigido?

Até aqui parece que ambos os lados buscavam o conflito, pois o acirramento das divergências financeiras estava encoberto pela disputa entre aqueles que queriam demonstrar sua força e importância e os que não queriam perder o controle das relações produtivas isso significava não concordar com qualquer interesse comum que unificasse os trabalhadores.

As condições econômicas separam as classes e esse antagonismo se converte em luta política e a luta de classes se concretiza. E assim ocorre à classe expropriada a oportunidade de experimentar as diferenças e identificar seus aliados e seus adversários.

> *"As condições econômicas tinham a principio transformado a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Por isso, essa massa é já uma classe diante do capital, mas não o é ainda para si mesma. Na luta, de que só assinalamos algumas fases, essa massa reúne-se, constitui-se em classe para si mesma. Os interesses que defende tornam-se interesses de classe. Mas uma luta de classe com classe é uma luta política".*[79]

A luta política é uma experiência de classe, por isso a greve como uma das formas de sua realização provoca o crescimento da consciência dos produtores e com isso o avanço da sua força política. Porém, os proprietários dos meios de produção e seus agentes também compreendem, e às vezes muito mais, as conseqüências das greves, razão porque se esforçam tanto para sufocá-las sem deixar vestígios.

> *"Assim, as greves ensinam os operários a unirem-se; as greves fazem-nos ver que somente unidos podem agüentar a luta contra os capitalistas; as greves ensinam os operários a pensarem na luta de toda a classe patronal e contra o governo autocrático e policial. Exatamente por isso, os socialistas chamam as greves de "escola de guerra", escola em que os operários aprendem a desfechar a guerra contra seus inimigos, pela emancipação de todo o povo e de todos os trabalhadores do jugo dos funcionários e do jugo do Capital".*[80]

[79] MARX, Karl. *A miséria da filosofia.* Centauro, São Paulo, 2001, p.151.
[80] LÊNIN, V. I. *Sobre as greves. In:* LÊNIN, V. I. O*bras Escolhidas.* Editora Alfa-Omega, v.1, São Paulo, p. 463.

3.2.2. O SEGUNDO ATO: A OCUPAÇÃO DAS FÁBRICAS.

Dia seguinte, o operário
Ao sair da construção
Viu-se súbito cercado
Dos homens da delação
E sofreu, por destinado
Sua primeira agressão
Teve seu rosto cuspido
Teve seu braço quebrado
Mas quando foi perguntado
O operário disse: Não!
Em vão sofrera o operário
Sua primeira agressão
Muitas outras se seguiram
Muitas outras seguirão.
Porém, por imprescindível
Ao edifício em construção
Seu trabalho prosseguia
E todo o seu sofrimento
Misturava-se ao cimento
Da construção que crescia.

No segundo dia de greve o Jornal A Tarde estampava na sua manchete: "Prejuízo de 30 bilhões por dia na greve do Pólo" e no sexto dia apresentou um editorial com o seguinte título: "Grevistas Suicidas", nele caracterizava a greve de "antinacional e antipatriótica" com conseqüências "nefastas" e acusava os grevistas de "baderneiros", "fanáticos", "loucos" e guerrilheiros".

O maior Jornal de circulação na Bahia ao desqualificar politicamente a greve dos petroquímicos parecia tentar convencer a opinião pública da justeza da posição do patronato em não atender as reivindicações grevistas. Em contrapartida os trabalhadores se defendiam por meio do seu Boletim Sindical denunciando a intransigência e o desrespeito dos patrões, e esclarecendo os atos grevistas.

A primeira atitude grevista dos petroquímicos foi permanecer dentro da empresa mesmo com o fim do expediente, enquanto os trabalhadores do turno seguinte chegavam, o que eles chamam de "inchamento". Os empresários logo que perceberam a tática usada pelos trabalhadores tentaram impedir a entrada de mais funcionários com a suspensão do transporte, do expediente do setor administrativo e com a presença de policiais.

> *"A zero hora pararam, a SULFAB, a METANOR, COPENOR, RHODIA (Pólo) e UNION CARBIDE (Candeias), cujos companheiros do turno da noite não saíram.*
> *E o processo de 'inchação continuou com a chegada do pessoal do turno da manhã. A COPENE tentou impedir a entrada dos companheiros com a presença de policiais, mas tudo foi em vão. Como eles não tiveram acesso pela entrada principal, ingressaram na fábrica pelo portão PV-3, onde já esperavam sob aplausos os companheiros dos turnos das 16 e zero horas".*[81]

O "inchamento" foi realizado para que a fábrica fosse "parada", isto é, para a interrupção da produção. Assim, pela primeira vez na história da indústria petroquímica os operários subverteram a hierarquia empresarial e assumiram o controle da produção.

Por aqui pode ocorrer ao trabalhador a possibilidade de modificar a lógica da dominação quando o agir rompe com os papéis da produção capitalista no momento em que intervém no controle e na organização da produção.

"A primeira ação foi no caso o plantão que estava lá não sair da fábrica, esperar o que chega e fica os dois lá dentro, quando você tem o inchamento já é para parar, aí o supervisor é colocado de lado, ele já não manda mais na fábrica, é aquela coisa é a tomada da ditadura, é a tomada do poder, você toma o poder. No nosso caso, lá na Polialden, todos os operadores-chefes estavam com a gente, todos os operadores III, todos os operadores II, só quem não participava eram os supervisores, então na hora de parar: 'olhe meu irmão de agora em diante quem comanda a fábrica somos nós você fique quieto aí, ou então, você saia daqui e a gente vai parar a fábrica vai parar de forma ordeira de forma correta com responsabilidade'. Todo mundo nos seus postos tomando conta dos equipamentos, parando devagarinho, recolhendo as coisas que tem que recolher, os produtos iam cada qual para seu tanque e o produto que ta saindo conclui o serviço que está sendo feito, ensacamento, limpa tudo, deixa tudo limpo e põe a fábrica em corrida, em corrida é você deixar a fábrica operando mas sem produzir, pronta para qualquer eventualidade, por exemplo, o sindicato disse parou a greve volta a produzir, aí a gente volta a produzir aquilo mesmo que estava produzindo quando parou, dentro das mesmas especificações para não ter prejuízos. A principal preocupação era manter tudo em ordem para não dar ao patrão um motivo dele não procurar uma ação, uma atitude de demissão depois, ou qualquer outra atitude que ele quisesse tomar porque você parou ou então porque você deu prejuízo, isso não existiu nunca".

"Formaram três grupos dentro da fábrica, fizemos uma assembléia, desceu um dos prepostos lá, um dos diretores da empresa, aí chamou: 'vocês vão parar?' nós vamos parar, aí nós perguntamos a ele se ele queria coordenar a parada, eles disseram que não iam coordenar a parada, aí nós jogamos os capacetes para cima, mas nós vamos parar, esse foi o maior momento de emoção, saiu em fila todo mundo, cada um para os seus postos e aí tinha o grupo que estava trabalhando no horário foi quem assumiu a responsabilidade da parada e os outros deu suporte".

"A gente fazia a greve e ficava dentro da empresa, a maior agressão ao patronato que a nossa greve não era você vim para casa ficar de braço cruzado e a fábrica lá parada, não, a gente ficava dentro da fábrica, porque na hora que começasse, que equacionasse, que atendesse os pedidos da pauta de reivindicações a gente queria botar a planta para funcionar porque a gente ganhava lá participação de lucro, todo ano a gente batia recorde de produção".

[81] Sindiquímica, Boletim Semanal Grave, Especial, 27/08/1985.

Os trabalhadores assumiram o comando da fábrica trabalhando em turno de até 16 horas durante o "inchamento" para manter a "parada" da fábrica. Muitos operadores-chefes participaram da greve e isso foi importante para o controle da produção, pois eles já possuíam um comando sobre os subordinados em função da rotina diária, inclusive em outros momentos de "parada" da fábrica quando ocorria a manutenção. Então, esses chefes dos operadores assumiram um papel importante e com isso na prática se tornaram os verdadeiros comandos da greve enquanto houve a ocupação das fábricas.

"Você tem represália da chefia, você tem um chefe de administrativo que ele vem afrontando mesmo o pessoal: 'ah, vocês tão querendo o que, vocês não tem...' e o pessoal peita mesmo um grupo maior já mobilizado e é um grande teste que a gente tem em relação a ele é esse confronto é quando a gente consegue colocar dois grupos lá dentro mesmo e fala ninguém vai sair agora, aí dentro das plantas a gente faz as assembléias, ou fazia na frente do laboratório ou no ponto de ônibus, todas elas eram reprimidas com a chefia ostensivamente colada lá olhando com uma certa pressão psicológica, um patrulhamento total, inclusive na sala de controle a chefia descia toda ficava lá colada atrás de você assim para ver seu movimento, para ver qual era a sua posição. Em 85 os operadores II e III são chamados um por um, para saber, inclusive meu chefe direto me pergunta na sala dele de que lado eu estou, aí eu perguntei a ele de que lado você acha que devo está, só existe dois lados no meu ver o lado do empresário e o lado do trabalhador, que lado você acha que eu devo está? Eu sou trabalhador.

Aí a gente vai parar a fábrica, já tinha um grupo e chega outro grupo aí já ta decidido, a chefia já está toda lá esperando, aí conversa daqui, conversa dali, e já tem um outro grupo que não entrou e ficou fora da planta, o pessoal do sindicato, o pessoal que tava fora do horário, que veio também, mas não entrou. E aí a gente chega, desse uma comissão, um grupo que a gente..., a gente sai ali..., ta na expectativa, o pessoal ta reunido no vestiário para descer para parar a planta. O Grupo A trabalhou de 15 horas às 23 horas, aí nós inchamos, o Grupo B de 22 horas às 8 horas e o C que ia pegar 8 horas, ficou três grupos lá dentro, entrou, e o D veio para dar apoio, ficou do lado de fora.

Aí desse esse pessoal, já ta a chefia tudo lá no aquário, todo mundo, aí o pessoal ta descendo, o Grupo B, aí não tinha mais jeito, o pessoal ta descendo? Tá. Uma tensão violenta, uma tensão, e desce a chefia, a chefia já ta lá no fundo sabendo e o operador-chefe meu ele chega e diz: 'olha vai parar, o pessoal tá descendo aí, vai parar a planta, calma, ver se para tudo sem problema'.

Na unidade que eu trabalhava eu estava como operador II, tinha outro que era mais novo, eu chamei: 'olha vai para o campo e deixa que eu paro a planta'. Aí veio, é uma cadeia, gradativamente, tira o sistema, claro que não é uma parada para cortar tudo, tanto, que nós paramos a planta e não houve um problema, o que foi algo de comentário da chefia que nunca foi parada planta como parou daquela vez, de tanta técnica que foi feita realmente, um negócio muito bem feito.

Aquela expectativa toda a planta vai parar, a chefia toda sobe, os engenheiros, sobe supervisor, entregou as plantas a quem, aos operadores-chefes e as pessoas que estavam ali, quem não aderiu a greve, teve alguns que não aderiram, se mandaram, ficaram lá encima. Pronto a gente parou a planta e ficou naquela expectativa só agora esperando o que vai negociar para chegar naquilo que a gente queria.

Havia por parte de alguns desequilibrados que queriam explodir a planta, eu chamei assim: pô, você é louco? Se explodir a gente vai morrer junto, eu parei a planta não foi para morrer, não isso aqui não é luta individual de maluco não".

A greve não foi uma simples suspensão do trabalho, mas a ocupação da fábrica pelos trabalhadores, ou melhor, a tomada do controle da produção. Foi uma atitude extremamente radical, no sentido da ruptura com a raiz da lógica produtiva capitalista: a alienação da produção. As

relações de produção se alteraram momentaneamente, pois enquanto os meios de produção estavam sob o controle dos produtores eles se apossaram provisoriamente tanto da sua força de trabalho como do seu próprio domínio. Este fato aproximou os trabalhadores da liberdade e da sua transformação da situação de objeto para a de sujeito da relação de trabalho.

Estava ameaçado o fetichismo do mundo das mercadorias, o ocultamento do caráter social do trabalho produtor de mercadorias e da onipresença do trabalho humano abstrato. O simples indício da possibilidade é na prática uma grande desordem no sistema onde a processo de produção domina o homem.

Foi aberta uma fissura carregada de conseqüências e mesmo que elas não se aprofundem a simples falha na reprodução desumanizante da sociedade é uma marca na história da "escola de guerra".

E não é uma revolta contra o instrumental de trabalho, os trabalhadores já haviam aprendido a diferenciar a maquinaria de sua aplicação capitalista, buscavam atacar aqueles que eram responsáveis por sua exploração. Durante a greve houve uma grande preocupação na preservação dos meios de produção e na demonstração da habilidade técnica isso também como auto-afirmação e defesa diante dos patrões.

> "A gente ta dentro da fábrica algumas equipes sobem para conversar com a chefia no vestiário, lá no refeitório, sobe alguns grupos, alguns grupos vão para cerca que tem o pessoal que estava do lado de fora para pegar informes, levar informes, havia um grupo que transitava, negociava. E numa dessas subidas, que eu inclusive fui, ta a gente lá no refeitório um chefe de divisão, e a gente vai subir para conversar com o superintendente, e aí ele chega assim 'poxa, a gente vai receber esse bando?', pulei encima dele e disse: 'como é que é rapaz, bando? A gente ta negociando aqui e é bando que você vem tratar a gente?' E aí todo mundo fora de controle, dava para ver visivelmente, trêmulo, com medo, alguns engenheiros chorando porque perderam o controle. Eles achavam que eles tinham o domínio sobre a gente e eles perderam, eles apostaram e nós apostamos também".

Quando os petroquímicos tomaram em suas próprias mãos o controle da produção, quando pela primeira vez na sua história ousaram violar a disciplina de caserna, os proprietários que nunca haviam vivenciado situação parecida ainda não estavam preparados para enfrentar essa sublevação. Assim, num primeiro instante a chefia foi posta numa situação inusitada, no sentido da novidade daquele tipo de ação, por isso, as primeiras atitudes foram de espanto, assombro, perante aqueles

que na normalidade do dia-a-dia eram somente trabalhadores do chão da fábrica, subalternos, que não se atreveriam a desobedecer às ordens dos superiores.

"O desespero dos supervisores querendo de toda forma que a gente parasse a greve, saísse da greve, e tinha várias negociações lá dentro depois que parou, a gente se reunia com a direção, sempre tinha uma comissão que era formada por pessoas diferentes, nunca ia a mesma comissão duas vezes, sempre completava o rodízio, sempre era seis pessoas que iam, seis pessoas diferentes, aí na hora da discussão lá era um negócio assim difícil porque não era fácil, muita gente que nunca viu aquelas cabeças dourada, os patrões, os chefões, os supervisores, acionistas de São Paulo para discutir com a gente um simples operador, um funcionário, a gente discutia questões de melhorias da fábrica, de reivindicações nossas ali, de igual para igual, discutindo com o cara e o cara tratando a gente como se fosse uma grande coisa, porque eles tinham medo realmente, eles não queriam aquilo, quer dizer, chegou uma hora que teve uma coisa muito grande, você ver um engenheiro lhe pedir chorando, como aconteceu, um supervisor lhe pedir 'pelo amor de Deus' chorando, 'pelo amor de Deus rapaz olha o nosso emprego eu tenho família, acabem com isso, vocês estão errados, vamos discutir a coisa', quer dizer era uma loucura, era um negócio da zorra para gente agüentar aquela pressão ali, era muita pressão. A gente não levava o dia todo ali quieto não, parado só esperando o sindicato decidir, era muita discussão, muita coisa lá dentro, movimento, era muita discussão, até que chegou o ponto deles colocarem policia, o exercito, tudo lá ameaçando, mas não tinha como".

Por outro lado, os petroquímicos em um passo adiante elaboraram táticas de autodefesa a pretexto de evitar que os patrões identificassem supostos lideres do movimento e pudessem depois afastá-los do emprego. Isso fez com que houvesse uma oportunidade para que todos os trabalhadores assumissem responsabilidades interferindo diretamente sobre os rumos dos acontecimentos. A organização do movimento não dependia apenas da formalidade dos espaços institucionais do sindicato, pois a atuação dos grevistas legitimava suas escolhas políticas no coletivo dando-lhes poder de decisão, assim, todos os trabalhadores possuíam papéis importantes na liderança da greve.

"Nós solicitamos ao pessoal do ADM que colocasse um roteiro de transporte porque a turma que ia sair 22 horas era a turma que sairia 16 horas então a empresa que servia a gente tinha que fazer um roteiro inverso para a turma que estava saindo, aí o gerente administrativo mandou uma resposta dizendo o seguinte: que eles iam convocar uma assembléia com o sindicato das empresas para que botasse em votação se eles iam aprovar eles alterarem o roteiro, aí imediatamente nesse momento a gente cortou a água gelada que alimenta o prédio administrativo, lá tem um sistema onde entra água e o ventilador que sopra o ar e refrigera, eles não tinham o sistema de ar condicionado em janela, a gente cortou a água gelada aí o escritório administrativo ficou quente, com uma temperatura insuportável, aí mandaram a gente ligar, aí a gente ia fazer uma assembléia dos trabalhadores, se a assembléia decidisse que a gente ligasse a gente ligaria, aí num instante eles cederam botaram o roteiro de transporte como a gente queria. Então, existia essa quebra de forças, ou era a gente ou era eles naquela época".

A ocupação da fábrica acirrou a disputa com a direção, já que qualquer questão resultava em divergências geradoras de conflitos o que transformou o fornecimento da alimentação e do transporte em um meio de demarcação de forças.

"O fato mais aterrorizante foi quando foi convocado a policia militar para ficar rondando próxima a planta supostamente para garantir a segurança da empresa, mas com o sentido real de aterrorizar, ninguém imaginava que ia entrar policia ali dentro, quando entra um pelotão de choque, isso aí criou aquele clima de terror, muitos colegas entraram em desespero, muitos desistiram até de participar, furaram o inchamento porque não agüentaram a pressão psicológica e foi um terror, foi um terror mesmo nesse dia, chegaram a um ponto até que cortaram lanche, alimentação para ver se desistiam do inchamento, a vontade foi uma adesão de 90% do grupo. Havia uma conversa de um com o outro, um dar força ao outro, a gente não pode desistir porque é uma reivindicação de todos, todos vão garantir, um conversando com o outro para tentar segurar o máximo possível".

"A polícia do exercito, a policia militar, um dia eles invadiram lá, a gente lá, mas eles correram com medo, porque a gente preparou um bocado de armadilhas lá para eles com vapor de 42 quilos de pressão e aí eles não conhecem isso, quando a gente dava uma descarga de vapor eles saiam correndo com medo, disparados, você não sabe, a pressão tem uma força tão poderosa, tão grande, que quando você solta ela de vez parece que o mundo vai se acabar, parece um terremoto, uma zuada enorme, uma explosão. E lá na fábrica a gente tinha nossa maior pressão o vapor de 42 quilos de pressão, aí a gente colocou um bocado de mangueira assim espalhada com água também, aí quando eles viam a gente dava jato de água neles de cá, e aí a água ia lá no inferno e com medo eles corriam, e quando eles estavam muito retado se aproximando muito, a gente dava descarga de vapor, quando dava descarga de vapor sobe aquele fumação, aí pensavam que era alguma coisa que a gente tava jogando, aí eles corriam e evitaram de entrar porque ficaram com medo, eles entraram depois recuaram, não ficaram na área de produção, ficaram lá fora. Eles não conseguiram desocupar, a gente que saiu, negociaram a saída".

Após o susto inicial, os empresários recompõem sua marcha na direção da desmobilização do movimento utilizando todos os artificios, inclusive o aparato repressivo da policia. Essa é uma fase da intimidação que aumenta a pressão sobre os grevistas para levá-los ao desequilíbrio e a desmobilização do grupo. Foi uma tarefa árdua manter a união sob a ameaça armada, era necessário um convencimento constante da importância da resistência e da sua viabilidade e nesse último caso foi decisivo o conhecimento do local, das suas especificidades e o encorajamento impulsionado pelo acumulo de forças.

"Com 48 horas chega o oficial de justiça com a reintegração de posse e um processo de atentado contra..., nomina lá um grupo, de atentado ao patrimônio, área de segurança nacional. E aí a gente negocia como sair, negocia transporte, durante esse período também a gente negocia alimentação, ficou uma coisa meio estremecida... Havia todo tempo aquela idéia de que a planta ia ser invadida, esse que era o maior terror, que a planta ia ser invadida, se a policia invade ia ter gente morta. Aí a gente sai todo mundo, foi uma das cenas mais emocionantes que eu vivir, é justamente quando a gente sai, entrega a planta, e sai todo mundo do grupo para negociar transporte que ia levar todo mundo para granja. Nós saímos cantando o hino, foi emocionante, foi uma das emoções maiores que eu tive, 'puxa eu to participando disso', me sentir tão grande, me sentir tão grande de ser capaz de fazer aquilo ali. Eu sair de cabeça erguida, eu disse 'puxa eu tive condições de participar disso aqui, de ta aqui, isso é uma história que fez 20 anos agora'.

"Nós queríamos que fizessem uma inspeção, que a empresa fizesse uma equipe com os engenheiros deles para fazer uma vistoria na planta para ver que a gente estava entregando a planta em perfeito estado de funcionamento".

O patronato depois de usar o poder armado recorreu ao poder judiciário, encontraram nas leis, na antiga lei de defesa da propriedade privada um instrumento de defesa dos seus interesses

para fazer valer a sua vontade. Então, com a lei criminalizando a ação grevista os petroquímicos foram colocados numa situação defensiva, restava agora realizar uma negociação vitoriosa de retirada. E essa foi a grande preocupação, não permitir que ocorressem erros, nem que eles pudessem ser forjados para desqualificar a ocupação grevista e enfraquecer a força das reivindicações.

A saída das fábricas levou a uma outra etapa da greve: conseguir manter a concentração dos trabalhadores em um momento propicio à dispersão com uma maior exposição dos trabalhadores a vulnerabilidade do convencimento dos patrões através de ameaças e ofertas irresistíveis.

3.2.3. O TERCEIRO ATO: A CONCENTRAÇÃO NO "NOVO MUNDO"* E O JULGAMENTO DA LEI.

Sentindo que a violência
Não dobraria o operário
Um dia tentou o patrão
Dobrá-lo de modo vário.
De sorte que o foi levando
Ao alto da construção
E num momento de tempo
Mostrou-lhe toda a região
E apontando-a ao operário
Fez-lhe esta declaração:
- Dar-te-ei todo esse poder
E a sua satisfação
Porque a mim me foi entregue
E dou-o a quem bem quiser.
Dou-te tempo de lazer
Dou-te tempo de mulher.
Portanto, tudo o que vês
Será teu se me adorares
E, ainda mais, se abandonares
O que te faz dizer não.
Disse, e fitou o operário
Que olhava e que refletia
Mas o que via o operário
O patrão nunca veria
O operário via as casas
E dentro das estruturas
Via coisas, objetos
Produtos, manufaturas
Via tudo o que fazia
O lucro do seu patrão
E em cada coisa que via

Misteriosamente havia
A marca de sua mão.
E o operário disse: Não!

* Sítio do Sindiquímica localizado na estrada do côco.

No dia 30 de agosto de 1985 a greve foi julgada legal pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e os patrões utilizaram desse veredicto para convocar o retorno ao trabalho através dos jornais enquanto o Sindiquímica utilizava desse reconhecimento legal da greve para confirmar a justeza das suas reivindicações e contra-argumentava que o fim do movimento só poderia ser decidido pelos trabalhadores nas assembléias.

Os meios de comunicação continuavam com um discurso de desqualificação dos grevistas, buscando a sua desmoralização perante a opinião pública para justificar as decisões dos empresários perante a greve e isolar politicamente o movimento.

No dia 1º de setembro de 1985 o Jornal A Tarde colocou na sua manchete: "Grevistas queriam explodir a Pronor" acusando os operários de tentarem liberar gases tóxicos, caracterizando uma suposta violência nas atitudes dos trabalhadores que por sua vez se defendiam no Boletim Sindical afirmando: "Não somos terroristas" e argumentavam que não haviam ameaçado a liberação dos gases por que isso seria um ato suicida que atingiria a todos eles e acusavam a empresa de irresponsabilidade ao permitir a entrada de policiais despreparados e armados na área industrial enquanto os grevistas teriam sido zelosos com os bens das empresas e responsáveis ao evitaram uma "catástrofe" quando não utilizaram os meios que eles possuíam para resistir a policia.

A sociedade civil se posicionava publicamente anunciando através de suas entidades o seu lado no conflito, no dia 03 de setembro de 1985 a Associação Comercial da Bahia, o Centro das Indústrias da Bahia e a Federação das Indústrias do Estado da Bahia divulgaram no Jornal A Tarde uma nota de apoio aos empresários ressaltando que estes defendiam suas posições com "prudência, equilíbrio e firmeza". O Boletim Sindical publicava as manifestações de apoio ao movimento que partiam do Sindicato dos Bancários da Bahia, Sindicato dos Jornalistas Profissionais da Bahia, da Associação dos Policiais Civis da Bahia, Sindicato da Borracha de Pernambuco, Sindicato dos Químicos do ABC paulista, Central Única dos Trabalhadores - Ba, Sindicato dos Petroquímicos do Rio de Janeiro e da CONCLAT.

No dia 30 de agosto de 1985 também foi deferido o processo de reintegração de posse elaborado pelas empresas e 24 horas depois com a presença da tropa de choque da policia militar e após diversas negociações os trabalhadores se retiraram das fábricas e passaram a se concentrar na granja Novo Mundo, de propriedade do sindicato, até o fim da greve. A organização da granja de acordo com um ex-operador-chefe era realizada da seguinte forma:

"A gente lá fazia café da manhã, tipo rancho, fogo a lenha, uns ia pegar lenha para fazer o café, tinha o pessoal da comissão que era responsável por isso lá dentro do movimento, eu participava, a gente fazia o café do pessoal, o pessoal fazia fila direitinho, todo mundo acampado em barracas. A gente fazia o almoço das pessoas e o pessoal tinha um dia para ir visitar a família. Assim como eles faziam as visitas às pessoas a gente formou comissões que ia na casa do pessoal para conversar também, fazer a contrapartida".

"Aí a gente vai para a granja, toda aquela estrutura por trás de mobilização, aí tem um pacto de que se um fosse demitido todos entregariam a carteira, pede a identificação, pede as carteiras de trabalho, e há aquela expectativa sobre o julgamento da greve, que a principio foi julgada como legal, aquela euforia toda, só que a coisa começa, a pressão sobre as famílias, aí os caras começam a atacar as famílias, aí eles começam a usar esse trabalho e a gente começa a perder gente, começa a perder gente, começa a perder gente, perder, perder, perder..."

A concentração na Granja "Novo Mundo" foi um espaço importante para fortalecer os laços de solidariedade e evitar a dispersão após a saída das fábricas. Nesse momento os patrões convocaram operadores não-grevistas, paulistas, gaúchos, ex-funcionários e empreiteiras para dar a partida nas fábricas enquanto tentavam convencer individualmente os grevistas a voltarem ao trabalho. Nessa tentativa o patronato enviava seus agentes para realizar essas ações onde eram utilizados vários mecanismos que iam desde a oferta de melhoria de salário até a ameaça de demissão e o principal alvo era a família.

"A minha mulher nunca viu eu participar de uma greve como eu participei dessa, ela ficou louca, desesperada, 'vai perder o emprego', ela era do contra a principio, tanto assim que todas as fábricas utilizaram um método de mandar um conhecido seu que era dirigente da fábrica para meter medo na mulher, para fazer com que você desistisse da greve, que você saísse da greve. E ele esteve lá em casa conversou com minha mulher, explicou para ela qual era o objetivo dele, disse para ela qual era as vantagens que eu teria se eu saísse da greve, se eu furasse a greve, as promoções que eu ia ter, que ele ia providenciar para que eu tivesse, ele prometeu a ela eu chegar até operador-chefe em pouco tempo. Logo de inicio se eu furasse a greve eu já ia ser operador III, ganhando muito mais do que eu ganhava, e uma série de questões desse tipo. Quando eu cheguei em casa minha mulher estava desesperada 'pelo amor de Deus você saia dessa greve ele esteve aqui' quando ela falou eu fiquei louco na mesma hora eu peguei o carro fui lá na casa dele, aí tive uma discussão braba com ele, aí a gente ficou diferente um tempo por causa disso, aí eu disse para ele: 'nunca mim metir desde quando você entrou na Polialden na sua vida de dirigente e não quero que você se meta na minha de empregado, de grevista, do que for, a gente vai ser amigo a vida toda, agora você lá e eu cá, são trabalhos diferentes, se agora eu estou seguindo esse caminho é porque eu quero seguir, e eu tenho consciência do que estou fazendo, não quero que você vá na minha casa meter medo na minha mulher, primeiro porque eu não vou desistir da greve porque eu não sou descarado para trair esses meus companheiros meus tudo que ta aí".

A família estava muito vulnerável ao discurso aliciador das empresas porque o emprego no Pólo Petroquímico significava a manutenção de um padrão de vida que havia retirado muitos de uma situação financeira bastante limitada. Então para os familiares que não vivenciavam as experiências dos trabalhadores, a greve era um grande risco econômico o qual não valia a pena arriscar. E as empresas sabiam disso daí recorrerem principalmente às esposas para incentivar esse medo e transformá-las em instrumentos muito mais eficazes de pressão sobre os grevistas.

> "Teve muita gente que furou a greve, foi um número de traição muito grande, muita gente foi demitida em função da traição desses caras. A gente se reunia no sindicato todo dia, a gente tinha essa obrigação durante a greve, todo dia de manhã vim se reunir, depois da saída da fábrica com o mandato de segurança. A gente ficava no sindicato o dia todo porque era uma forma da gente se manter junto e vigiar um ao outro para não haver essa desistência, essa fuga, contra essa pressão que eles estavam exercendo, da fábrica nas famílias. Mas mesmo assim os caras conseguiram furar bloqueio, marcar um encontro em Itapuã, em restaurante, a gente que estava mais na direção da greve saia doido de carro para dar um flagrante nesses caras negociando a volta, era uma guerra, uma luta, mas mesmo assim muitos voltaram no meio da greve, outros voltaram depois, mesmo depois que acabou a greve teve alguns que voltaram, mas voltaram porque a fábrica escolheu, alguns voltaram, participaram da greve o tempo todo mas foram perdoados, mas esses 38 não foram perdoados".

Contudo, as esposas dos petroquímicos também expressaram apoio à luta dos seus maridos por meio de uma passeata no dia 2 de setembro de 1985 com a participação de um total aproximado de 200 mulheres e com a divulgação de um manifesto onde denunciavam a "tortura psicológica por parte de pessoas da administração das indústrias, seja através de telefonemas, seja através de contatos pessoais" e as condições de trabalho dos seus maridos.

Os trabalhadores elaboraram sua contra-ofensiva à coerção dos patrões, mantendo sua concentração seja na Granja ou no Sindiquímica, dialogando com os familiares para esclarecer as posições do movimento e a ação patronal, vigiando e cobrando a manutenção da posição grevista.

Era muito difícil escolher entre o discurso da família, as oferendas do patrão e a participação política, nessa via-crúcis os valores morais penderam a favor de uma decisão pelo coletivo, pois estava em questão o compromisso assumido em público que não podia ser rompido sem um respaldo coletivo como uma atitude unilateral vista como deslealdade e essa era a pior acusação para o individuo membro de um grupo.

Aqueles que cederam às pressões foram excluídos dos laços sociais do grupo e isso era certamente um tormento para quem dependia desse reconhecimento para ser inserido na única

possibilidade de sociabilidade viável à sua jornada de trabalho. O poema abaixo de um operador grevista retrata a relação entre aqueles que saíram da greve e aqueles que permaneceram:

ORAÇÃO DO MORCEGO
Ronaldo Torres

Meu Deus,
quisera ter um coração grande
o quanto tanto a Tua bondade divina,
pra compreender seres habitantes
das profundezas obscuras das cavernas
e que fazem da noite o seu dia
pra tecer traições aos seus companheiros.
Meu Deus,
Que a minha mágoa de traído não seja menor
que a angústia e os pesadelos do meu traidor,
pois ela há de me fazer sorrir
em algum momento, em algum lugar,
quando por algum Judas eu passar
e os meus filhos compreenderem
que os apertos materiais desses dias
foi pelo pacto que fiz com minha consciência
e do compromisso que assumi como HOMEM.
Meu Deus,
esse estranho ser
que me induziu, que me cativou,
que fingiu ser meu amigo
e o meu drama compreender
e arrancou dos meus lábios o meu brado de guerra
por melhores dias e uma justiça salarial
e depois recuou incontinenti
fascinado pelo brilho das trinta moedas
e acossado pela sua covarde traição,
decerto, meu Deus, decerto,
não viverá melhores dias
que os dias daqueles que foram banidos
- pais de famílias, honestos cidadãos,
que, por culpa dele, foram jogados na rua
como se fossem temíveis ladrões.
Meu Deus,
quando a Tua ira se abater sobre meu algoz
e o gosto pela vida ele não mais sentir,
mesmo com meus olhos vertendo lágrimas
e o meu coração dilacerado, estraçalhado,
por mágoas profundas de traição,
te peço, meu Deus, te imploro,
tende piedade da consciência e da alma desse estranho ser
que me beijou como amigo
pra sugar todo meu sangue

Após a desocupação das fábricas, o patronato tentou trazer a normalidade ao sistema fabril para caracterizar uma suposta finalização da greve com a contratação temporária de operadores e com a volta do funcionamento do setor administrativo suspenso durante a ocupação das fábricas. Como já salientamos a distância entre o administrativo e a operação dificultou a inserção do primeiro na greve, assim o seu retorno ao trabalho foi mais rápida.

"Eu era um desses pelegos não-grevistas. No administrativo tudo era isso: não diz respeito a mim pouco importa, são uns loucos mesmo, vão se arrombar todo mundo. Agora tem que separar bem o que era o não-grevista do administrativo e o não-grevista operacional. O pessoal da operação mesmo os que furaram com raríssimas exceções, os contatos eu tinha e o contato era o transporte, eles não estavam satisfeitos, eles estavam trabalhando, muitos com medo da coisa, começou a vim pessoal dos outros Pólos para cá aí foi que esse medo se acentuou. Mas a maioria deles achava correto o que foi feito, eles não tinham era coragem de fazer e eles não brincavam com isso, a gente do administrativo fazia piadas, eles não faziam, tinha às vezes que à noite retornando choravam e de manhã para vim trabalhar também choravam. A gente do administrativo fazia chacota, vinha brincando, fazendo festa, é a questão do envolvimento porque mesmo os que furaram a greve eles viveram todo o processo de organização da greve e eles tinham na consciência muito mais do que a gente que eles estavam traindo, nós não tínhamos esta história de que estávamos traindo porque nada foi discutido com a gente no administrativo, a gente não estava envolvido naquilo, quem parou foi a operação".

Era visível mesmo para quem não havia participado da greve as implicações de ser um "fura-greve", quando eles mesmos sabiam que sua decisão iría lhe custar a desmoralização, o afastamento do grupo e o peso da acusação, do "dedo apontado" que carregariam por toda a vida.

Não obstante, podemos encontrar entre os grevistas a presença de alguns poucos funcionários do setor administrativo. Nesse caso as insatisfações além de envolverem as condições de trabalho também perpassam por uma prática discriminatória da chefia com os baianos em favor dos sulistas.

"A metanor foi a única fábrica que demitiu por justa causa na área administrativa, financeira, foram demitidos dois economistas, um contador de nível superior e um contador de nível médio, nós na realidade já vínhamos insatisfeitos com o tratamento que nós era dado por parte da direção da empresa, nós nos sentíamos bastante humilhados em razão da diferenciação de tratamento aos técnicos que vinham do Sul, então nós não tínhamos as nossas reivindicações atendidas como gostaríamos e esse foi um fato, isso nos levou na realidade não unicamente a questão financeira, mas uma transformação na sociedade onde a relação de trabalho ocorresse de forma mais respeitosa, mais igualitária, mais tranqüila, então, exigia-se bastante a nossa hora vendida de trabalho, mas a contrapartida sempre era fracionada e discriminada, então esse foi um dos motivos que nós apoiamos a greve. A segunda era as proposições do sindicato, da pauta de negociação que nós entendíamos como sendo justas e verdadeiras e que seriam importantes para que a gente começasse na realidade a paulatinamente transformar o bem-estar de nós trabalhadores onde nós pudéssemos estender isso aos nossos familiares que necessitavam de condições para estudarem, se alimentarem, para ter um lazer melhor".

No depoimento acima de um técnico de contabilidade já encontramos um discurso mais próximo do sindicato, contudo, isso não era uma realidade comum entre os funcionários do setor

administrativo que em sua maioria naquele período ainda estavam afastados da organização sindical e assim se mantiveram durante a ação grevista.

3.2.4. O ATO FINAL: AS CARTAS DE DEMISSÕES E O RETORNO AO TRABALHO.

- Loucura! – gritou o patrão
Não vês o que te dou eu?
- Mentira! – disse o operário
Não podes dar-me o que é meu

E um grande silêncio faz-se
Dentro do seu coração
Um silêncio de martírios
Um silêncio de prisão
Um silêncio povoado
De pedidos de perdão
Um silêncio apavorado
Como o medo em solidão
Um silêncio de torturas
E gritos de maldição
Um silêncio de fraturas
A se arrastarem no chão.
E o operário ouviu a voz
De todos os seus irmãos
Os seus irmãos que morreram
Por outros que viverão.
Uma esperança sincera
Cresceu no seu coração
E dentro da tarde mansa
Agigantou-se a razão
De um homem pobre e esquecido
Razão porém que fizera
Em operário construído
O operário em construção.

Os trabalhadores exigiram a estabilidade no emprego como uma garantia para o retorno ao trabalho além das garantias que foram aprovadas pelo TRT, por outro lado os patrões sem reconhecer as reivindicações reagiram usando a força repressiva para acabar com a greve.

As negociações foram retomadas no dia 5 de setembro, mas não houve avanço no atendimento de nenhuma das reivindicações grevistas. Um dia depois já havia ocorrido 97 demissões por justa causa de operários do Pólo Petroquímico e entre os demitidos havia alguns dirigentes sindicais. Enquanto isso as empresas começaram a convocar por meio de anúncios nos jornais o retorno ao trabalho alegando o fim da greve com o julgamento do TRT, o Sindicato Patronal colocou um anúncio no jornal A Tarde no dia 7 de setembro com a seguinte manchete: "A greve no Pólo já acabou. De Direito" onde alegava que a manutenção da greve depois do julgamento pelo TRT era um ato ilegal.

"Eles pegam a gente de calça curta com a demissão por justa causa, que nós cometemos faltas graves por deixar de cumprir ordens do superior hierárquico, porque eles mandaram a gente desligar os equipamentos da planta e a gente não desligou porque os equipamentos estavam rodando para que na hora que acabasse a greve a gente voltava a funcionar e foi uma resposta assinada por todos. Na hora da saída o meu chefe de divisão ele diz: 'você fica?' Eu não engenheiro, eu assinei aquele documento, então, eu to indo embora com meus companheiros".

Os patrões utilizaram todos os instrumentos para justificar as demissões e convencer a opinião pública da sua justeza, legitimando com isso as suas decisões.

Depois do julgamento da greve pelo TRT, as cartas de demissão começaram a ser entregue na casa dos petroquímicos pelos funcionários do setor administrativo, tarefa essa que trouxe esse setor, que na sua maioria havia permanecido afastado da greve, para mais próximo da experiência grevista.

"Eu nem sabia o que era o sindicato. Eu não acompanhava a vida política do país. Quando estorou a greve eu não sabia o que era greve, o ônibus simplesmente não foi pegar. E eu aproveitava e ficava carregando barro para aterrar lá onde eu morava e me lichando pra TV eu só queria trabalhar para construir logo minha casa. E quando no terceiro dia, aí vai a Kombi que sempre só funcionava para fazer hora-extra me pegar para ir para o Pólo. Eu só pensava nas contas, quando eu calculei meu salário, que eu fiz as horas-extras, não tem problema nenhum. Aí quando chega as famigeradas cartas de demissão por justa causa. Nós entregamos duas cartas quando chega na terceira... a mulher manda eu entrar estava ela e a filha... ela a pega a carta e quando abre a carta ela começa a tremer, depois ela começa a chorar e disse: 'eu disse a ele que não podia fazer isso conosco'. Aí eu vi um técnico de operação, próximo a se aposentar com um salário altíssimo com um alto conceito dentro da COPENE e fez uma greve que está refletindo agora na família dele aí eu peguei a carta na mão dela e disse não vou entregar esta carta não".

A luta de classes envolve até aqueles que supostamente acreditam está fora dela, porque na polarização entre os principais adversários todos são chamados em determinado momento a assumir posições. E justamente essa decisão implica em escolhas determinantes para a trajetória política de cada individuo, assim mesmo aquele que não foi um grevista ao está sob o alcance do seu raio de ação pode ter seguido caminhos transformadores.

O julgamento do TRT sobre a greve, chamado de acórdão do dissídio coletivo foi publicado no Diário Oficial do dia 11 de setembro de 1985 quando o Sindiquímica convocou uma Assembléia Geral para o dia seguinte onde os petroquímicos depois de 16 dias em greve decidiram retornar ao trabalho. Porém, o conflito ainda não havia chegado ao fim, os patrões preparavam uma contra-ofensiva em larga escala com marcas profundas para a história da classe petroquímica.

> "O gerente do administrativo estava na porta da fábrica com uma relação de pessoas que poderiam entrar e uma relação de pessoas praticamente demitidas, um alivio e uma decepção ao mesmo tempo, você ta ali vendo fulano entrar, aquilo ali foi uma pressão psicológica enorme, enorme, você ver alguns colegas entrarem, você esperar sua vez, se vai entrar ou não, e depois entrar e ver os colegas ficarem fora, quer dizer um alivio por ter entrado e uma decepção, uma amargura de ter visto colegas que lutou ter ficado fora da fábrica, sabendo que teoricamente estava demitido, foi horrível, isso aí realmente foi horrível, isso aí foi uma surra moral que eles quiseram implantar e implantaram durante muito tempo ainda e o pior veio depois de 85, quem ficou lá sofreu o pão que o diabo amassou, foi um período acima de tudo crítico. Foi terrorismo total, onde a cada minuto, a cada segundo, vinha o pessoal dos supervisores conversar com um, conversar com outro, individual ou coletivo, como deveria ser a norma dali por adiante, como se o sindicato tivesse acabado daí por diante e quem voltasse a atividade sindical dali por diante ia ser demitido mesmo. Quando nós chegamos alguns colegas que furaram a greve já estavam por lá aí foi uma decepção maior ainda de ver pessoas que estavam com a gente no inchamento, na granja nos primeiros dias, de repente você volta para fábrica e já estavam lá, muitos pela pressão que a empresa fazia, inclusive prometendo vantagens e quem chegou depois ficou mal visto e criou um fosso grande entre o pessoal que ficava e o pessoal que voltava depois, aí sim, criou-se uma inimizade enorme, tanto é que eu mesmo tenho colegas que até hoje não falo, a gente conserva essa mágoa, ficou essa mágoa até hoje".

Os patrões reagiram ao movimento grevista adotando como objetivo o aniquilamento da ação política através do afastamento daqueles que demonstraram disposição e compromisso com a greve. Foram demitidos não só dirigentes sindicais, mas principalmente aqueles que se tornaram lideranças ao longo da ação grevista porque manter esse grupo intacto era está sempre vulnerável a um conflito político, logo, o único caminho para debelar essa ameaça era não só retirar esses indivíduos de dentro da fábrica, mas eliminá-los politicamente. Para tanto, as empresas petroquímicas se uniram numa ação coordenada, inclusive com outros Estados, para que os demitidos não voltassem a ser petroquímico.

"Quando a gente entrou nessa greve, a gente tinha o pensamento, eu mesmo pensava dessa forma, se eu for demitido eu tenho competência e entro em outra fábrica, eu nunca imaginei que a coisa tendesse tão radicalmente assim para esses caras ficassem tão revoltados a ponto desses caras caçarem a gente como terroristas, comunistas, sei lá, um bocado de coisa que eles denominaram pra gente aí. E essa perseguição toda política que houve e que tem até hoje, e na nossa cabeça a gente vai participar da greve mesmo e se eles demitirem a gente entra em outra fábrica tem tanta fábrica aí precisando de gente, nosso pensamento era esse, ledo engano, quando a realidade se colocou na nossa frente foi uma decepção muito grande, eu mesmo e um amigo meu fomos a Maceió, Recife, Sergipe, a gente procurou emprego em tudo o que foi canto dentro da nossa profissão e não conseguimos mais, sempre que a gente deixava tudo certo passava nos testes e na entrevista depois vinha o comunicado 'ah, não foi possível'. E uma vez teve um colega nosso que era supervisor de uma fábrica em Maceió e ele disse olhe vocês foram bem no teste, tudo bem, a gente conhece vocês, mas depois que os homens fizeram a pesquisa lá no Pólo vetaram o nome de vocês dois, porque vocês participaram da greve, são grevistas, não vai dar".

Dentre os 230 demitidos depois da greve geral de 1985 nenhum deles conseguiu voltar a trabalhar como petroquímicos, em todos os depoimentos eles explicam como peregrinaram em busca de um emprego, inclusive em outros Estados, e quando pareciam ter encontrado uma oportunidade sempre esbarravam no pacto político entre os patrões de não-contratação de grevistas. Os demitidos supõem que havia uma lista com seus respectivos nomes circulando entre as empresas do setor petroquímico para excluí-los, isso implicava em uma concordância política entre os empresários que os levaram a assumir uma posição coletiva e até mesmo nacional de perseguição política aos grevistas.

Em 1985 o Estado Brasileiro se reorganizava para o fim da ditadura, ou melhor, para a transição política imposta pelos militares e pactuada com a elite brasileira, a mesma que havia se beneficiado com o regime militar e agora proclamava a "abertura lenta, gradual e restrita" anistiando os assassinos da ditadura e garantindo a manutenção das eleições indiretas para o sucessor do último general-presidente.

O Brasil na metade da década de 80 ainda não possuía uma Constituição votada por uma Assembléia Constituinte, o poder jurídico era regido pelos resquícios da ditadura militar e a presidência da República era ocupada por um vice de um presidente morto logo após a sua vitória no Colégio Eleitoral. Era o inicio do governo de José Sarney (1985-1989), um representante da oligarquia nordestina agraciado politicamente com a ditadura militar que assumia a liderança da República em uma conjuntura de crise econômica aplicando diversos planos econômicos fracassados que apenas contribuíram para aprofundar a situação de instabilidade que vivia o país.

Os empresários transferiram os prejuízos do fim do “milagre brasileiro” para a classe trabalhadora, mas essa surgia como um novo sujeito político que ao resistir aos ditames do mundo fabril ameaçava o projeto da chamada abertura política.

A elite empresarial baiana, assim como seus parceiros paulistas que já haviam experimentado a ação grevista no triênio 1978/80 tinham clareza que a luta grevista desencadeada no Pólo Petroquímico de Camaçari possuía para os seus interesses uma perigosa dimensão política na medida em que confrontava a superestrutura jurídico-politica do Estado burguês (como os limites do direito de greve, a ação política do sindicato, a política-econômica do governo) e impulsionava novos movimentos grevistas se tornavam um sério risco não só ao controle do universo fabril como também do próprio poder político. Daí a necessidade dos agentes do capital de derrotar esse núcleo de vanguarda do proletariado baiano descarregando sobre ele todo o seu instrumental repressivo.

Tratava-se, portanto, de um movimento de classe motivado por reivindicações de natureza econômica relacionadas a melhorias da condição social que apresentava uma clara dimensão política. Pois, em sua concretude, ao se confrontar com o capital e seu poder político criava a possibilidade de uma ação operária autônoma e independente o que desestabilizava a ordem social.

Por isso é suficiente que a greve geral de 1985 apenas na sua efetivação como greve já seja vitoriosa enquanto tal, independentemente do seu desfecho final, ou seja, por se objetivar, a greve nasce vitoriosa, realiza uma luta política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fim da década de 70 e o inicio dos anos 80 foram marcados pela retomada da força política da classe trabalhadora brasileira o que ameaçou a legitimidade da chamada "abertura política" no período da transição entre a ditadura militar e o regime democrático.

O Estado brasileiro vivia um momento de reformulação política de adequação a nova conjuntura de crise econômica causada pelo esgotamento do "milagre brasileiro" e a resultante fragilização da continuidade do governo militar.

Em 1985 as eleições indiretas para o último general presidente já haviam sido garantidas com a derrota da emenda constitucional que propunha eleições diretas e havia impulsionado a Campanha das Diretas Já.

A "Nova República" enfrentou a emergência política da sociedade civil que foi ocupando gradativamente o espaço político nacional. E na Bahia o fim do período ditatorial também foi caracterizado pelo surgimento de novos personagens no cenário político quando ocorreu a primeira greve geral em um Pólo Petroquímico no mundo.

A ação grevista de 1985, construída pelos petroquímicos ao elaborarem respostas comuns às condições de trabalho as quais estavam submetidos foi uma experiência de classe onde os trabalhadores experimentaram a luta de classes e a partir dela estabeleceram os elementos que proporcionavam o pertencimento do individuo ao grupo e aqueles que o excluíam.

Isso só foi possível porque a greve se configurou como uma relação de luta entre dois modos distintos de existência, o dos trabalhadores e o dos patrões, essa separação foi sendo expressa ao longo do conflito quando as escolhas políticas foram assumindo posições divergentes e irreconciliáveis.

Os trabalhadores desde o ato inicial da decisão coletiva sobre os caminhos da disputa estavam definindo qual eram as atitudes a serem seguidas para serem aceitos no grupo. No decorrer do confronto todas as formas de questionamento da dominação do capital foram aflorando as diferenças entre os adversários, o que aprofundou o distanciamento entre eles delimitando os nexos que uniam os elementos de cada universo.

Quanto mais os trabalhadores conseguiram transcender os limites de controle do trabalho foram expondo a sua capacidade não só de resistência, mas a viabilidade da libertação da sua força produtiva no instante em que assumiram o comando da produção e inverteram os papéis impostos pelo capital.

O trabalhador momentaneamente superou o estranhamento do seu próprio trabalho ao atuar sob o seu meio exercendo poder sobre as coisas proporcionou uma rápida realização do ser social experimentando a essência humana do trabalho.

Os interesses de classe motivaram uma manifestação coletiva na qual existiu a possibilidade da atuação do homem no encontro de si mesmo, quando superou barreiras sociais ao desenvolvimento da sua humanidade. Isso se realiza quanto mais as ações se desenvolvem unificando os trabalhadores em direção oposta aos interesses dos patrões e obstaculizando o funcionamento da produção social capitalista.

A greve se constituiu em uma efetiva experiência no processo de desenvolvimento da consciência social do operariado porque a vivência desse movimento gerou novas reflexões sobre a sua própria existência que transformaram os elementos formadores da classe petroquímica.

> "A lição que uma pessoa que participou de um movimento é que é uma escola de aprendizado a gente aprende no dia a dia, mas com um movimento desse ele passa a ver com mais clareza como os homens investem para torturar a vida de um trabalhador, ele conhece o patrão, os empresários como uma pessoa, mas quando ele entra dentro de um..., ele passa a ver como o patrão, o empresário investe para torturar a vida de um trabalhador essa é a maior experiência que eu pude colher nesses vinte anos, ele não se sente bem com a felicidade e o bem-estar do trabalhador, não se sente bem, hoje eu tenho essa experiência".

Após a ação grevista os trabalhadores sabiam identificar os adversários e aliados, fortaleceram os laços de solidariedade que uniam os indivíduos do mesmo grupo, provaram a capacidade da sua força coletiva, bem como o poder de repressão dos seus inimigos.

O modo de compreender o mundo ao seu redor se modifica completamente, pois a atitude política leva a novos caminhos, fazer parte de uma ação coletiva num sistema social sustentado pela valorização do individualismo é um ruptura com esse metabolismo auto-destrutivo.

Portanto, é importante considerar que o exercício da greve deflagrou um momento em que os operários perceberam a necessidade de romper com os mecanismos que proporcionavam a

expropriação do seu trabalho chegando a uma nova constituição da coesão e da solidariedade entre eles. Isso proporcionou não só a descoberta da força coletiva, mas principalmente a descoberta de si mesmo como parte desse coletivo que tornou possível a afirmação perante o outro lado, os patrões, que até ali não haviam experimentado a força desse grupo.

A greve foi o que permitiu aos trabalhadores conseguirem afirmar sua própria existência, ou melhor, reafirmar sua humanidade. Não estava em questão apenas a remuneração salarial, mas uma reação aos abusos do poder patronal no cotidiano da fábrica, a canalização da revolta, da indignação com o descaso com que seus direitos eram tratados pelas empresas.

A ação grevista foi também uma reação às humilhações e injustiças, uma tentativa de reparar as ofensas morais, os danos trabalhistas e financeiros que vinham sofrendo sem ter poder para resistir e exigir os seus direitos, pensados para além dos seus limites jurídicos já que traz a busca pela possibilidade de realização das necessidades humanas.

Esse também foi o momento para os empresários demonstrarem que eles não dispensam o uso do aparelho repressor quando seu poder é desrespeitado e não conseguem imporem os seus interesses. Assim, em contraposição as ameaças ao seu domínio aplicaram uma ação repressora que lembra os anos de chumbo da ditadura militar, pois o massacre social provocou as mesmas marcas da tortura física.

> "A greve para mim foi um dos grandes acontecimentos da minha vida, só que eu acho que o preço social foi muito grande. Mas a luta, a luta não, a luta não trocaria, faria de novo, acredito que a luta vai ser sempre a luta de classes, mesmo, não tem para onde correr, não tem essa tome aqui não, você tem que brigar mesmo".

A greve não significou o fim da relação social opressora, ao contrário, ela se fortaleceu, porém o trabalhador usado tantas vezes como uma "coisa" por quem comprava sua força de trabalho conseguiu demonstrar que a sua condição de trabalhador não lhe retirava a sua humanidade. Por isso, exigiam a consideração das suas necessidades físicas e psicológicas e acima de tudo o reconhecimento dos seus esforços que os faziam merecedor do respeito dos patrões com a garantia dos seus direitos.

O conflito com os patrões demonstrou aos trabalhadores que a exploração não é natural e a luta para impor limites a essa situação é árdua e implica em sacrifícios, todavia, sem eles é está condenado a viver à mercê do patrão como um “escravo”, condição à qual o trabalhador nem sempre se deixa reduzir.

O movimento grevista expressou a recusa em aceitar como natural a situação vivida pelos trabalhadores ao avançarem rumo a sua superação na tentativa de conquistar dignidade para sua vida de trabalhador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCAZAR I GARRIDO, Joan Del. "As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate". Revista *Brasileira de História,* 25/6.

ANDERSON, Perry. *Teoria, política e historia: un debate con E.P.Thompson.* Siglo veintiuno de España Editores, 1985.

ANDRADE, Eliziário. *Nova ofensiva do capital sobre o trabalho.* Salvador, UCSAL, 2000.

ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista – as greves de 1978-1980,* São Paulo/Campinas, Ensaio/UNICAMP, 1988.

_____. *O novo sindicalismo,* São Paulo, Brasil Urgente, 1991.

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.* Editoral Boitempo, São Paulo, 1999.

AVENA Filho, Armando. *Nordeste e Bahia: os caminhos do desenvolvimento.* Salvador, UCSAL, 1986.

AZEVEDO, José Gabrielli de. *Industrialização e incentivos fiscais na Bahia. Dissertação de Mestrado em Economia,* Salvador, UFBA, 1975.

BASTOS, Solange. *A empresa C sob a ótica do Grave.* Salvador, CRH/UFBA, 1989.

BEYNON, Huw. *Trabalhando para Ford*: *trabalhadores e sindicalistas na indústria automobilística*. São Paulo, Paz e Terra, 1995.

BOITO, Armando Jr. (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

BRUM, Argemiro. *O desenvolvimento econômico brasileiro.* Rio de Janeiro, Vozes, 2002.

CANUDO, Tibério. *A industrialização na Bahia.* CEAS, nº27/1977.

CARDOSO, C. R. e VAINFAS, R. (orgs.). *Domínios da História.* Rio de Janeiro, Editora Campus, 1997.

CARVALHO, Inaiá Maria M. *Operários e sociedade industrial na Bahia.* Salvador, Estudos Baianos, UFBA, nº4, 1971.

CARVALHO, Maria Alba O. *Salvador anos oitenta: tempos de normalidade e de rebelião.* Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Salvador, UFBA.

CASTRO, Nadya Araújo. *O movimento operário baiano nos anos oitenta: retomando alguns elos na dinâmica do mercado regional de trabalho e da conformação das classes sociais na Bahia.* CRH/UFBA, 1988.

CEAS. *A luta dos operários na Bahia.* nº67/1980.

DIEESE. *As greves em 1979.* CEAS, nº70/1980.

DIEESE. *A lição da greve dos metalúrgicos de São Paulo.* CEAS, nº70/1980.

DOIMO, Ana. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70.* RJ, Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.

ENGELS, Friedrich. *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. In:* MARX, Karl e ENGELS, Friederich. *Obras Escolhidas.* Editora Alfa-Omega, v.3, São Paulo.

ENGELS, Friedrich e MARX, Karl. *A ideologia alemã.* Editora Hucitec, São Paulo, 1996.

EVERS, Tilman. *Identidade: a face oculta dos movimentos sociais.* Novos Estudos Cebrap, São Paulo, CEBRAP, vol.2, nº4, 1984.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo, Difel, 1976.

FERNANDES, Florestan. *Nova República?* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1987.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral.* 3. ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2000.

FILGUEIRAS, Oto. *O quebra-quebra de Salvador.* CEAS, nº63/1979.

FOOT, Francisco e LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil.* São Paulo, Global, 1982.

FRANK, G. e FUENTES, M. *Novas teses sobre os movimentos sociais.* Lua Nova, nº17, São Paulo, CEDEC, 1987.

GONH, Maria da Glória. *Movimentos e lutas sociais na história do Brasil.* São Paulo, Loyola, 1995.

GUARACI, A. de Souza e FARIA, Vilmar (orgs.). *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis, Vozes, 1980.

GUIMARÃES, Antônio S. *Desobediência e cidadanias operárias: o conflito industrial em camaçari no ano de 1985.* Salvador, CRH/UFBA, 1989.

_____. *Insatisfações e resistência operária na indústria petroquímica*. Salvador, CRH, 1987.

_____. *Repensando uma década: a construção da CUT na Bahia nos anos oitenta.* Salvador, CEPA, 1994.

_____. *Um sonho de classes: trabalhadores e formação de classe na Bahia dos anos oitenta.* São Paulo, Hucitec, 1998.

HOBSBAWM, Eric. *A era do capital.* São Paulo, Paz e Terra, 1997.

_____. *Mundos do Trabalho.* 3. ed. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

_____. *Sobre História.* São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

HELMUT, M. *O modelo tripartite e a implantação do setor petroquímico no nordeste.* Dissertação de Mestrado, Salvador, UFBA, 1985.

JACOBI, P. e NUNES, É. *Movimentos sociais urbanos na década de 80: mudanças na teoria e na prática*. *In:* Espaço e Debates, nº10, 1983.

KOSIC, Karel. *Dialética do concreto.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

KOUTZII, Flavio (org.). *Nova República: um balanço.* Porto Alegre, L e PM Editores, 1986.

LÊNIN, V. I. *Sobre as greves. In:* LÊNIN, V. I. O*bras Escolhidas.* Editora Alfa-Omega, v.1, São Paulo.

LOPES, João. *As campanhas salariais e a mobilização dos trabalhadores químicos e petroquímicos da Bahia (1979-1985).* Salvador, CRH/UFBA, 1987.

LÓPEZ, Miguel A. Caínzos. Clase, acción y estructura: de E. P. Thompson al posmarxismo. *In:* Zona Abierta 50, Madrid, enero-marzo de 1989.

MANAKATA, Kasumi. *O lugar do movimento operário.* In: Anais do IV Encontro Regional de História de São Paulo, ANPUH-UNESP, 1980.

MARX, Karl. *A miséria da filosofia.* Centauro, São Paulo, 2001.

_____. *O Capital*, vol. I, Livro Primeiro, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2002.

_____. *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte.* São Paulo, Paz e Terra, 1997.

MEIDEIROS, Ruy. *O Pólo Petroquímico da Bahia e o desenvolvimento regional.* CEAS, nº70/1980.

MOREIRA, Raimundo. *O nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização.* Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1999.

NÓVOA, Jorge. *O sindicalismo brasileiro em perspectiva histórica: hipótese para o estudo do 'novo sindicalismo' na Bahia.* Salvador, CRH/ UFBA, 1988.

OLIVEIRA, Francisco. *O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia.* São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

OLIVEIRA, Nelson. *Notas sobre a recente expansão industrial na Bahia.* CEAS, nº112/1987.

OLIVEIRA, N., Kraychete, Gabriel e Kraychete, Elsa. *Censo de 1980: um retrato da Bahia.* CEAS, nº79/1982.

PECCHIA, G. A. *Controle da força de trabalho na indústria petroquímica: a COPENE.* Belo Horizonte: FFCH. Dissertação de mestrado, 1985.

PERANI, Cláudio. *O movimento dos trabalhadores e a CUT.* CEAS, nº76/1981.

TAVARES, Luís H. Dias. *O problema da involução industrial na Bahia*, Salvador, UFBA, 1966.

TEIXEIRA, João Gabriel L. *Os metalúrgicos de Salvador: um estudo de ideologia operária.* Brasília, Editora UNB, 1989.

THOMPSON, E. P. "Algumas observações sobre classe e 'falsa consciência'". *In: As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.* Campinas, Editora da Unicamp, 2001.

_____. *Tradición, revuelta e consciencia de clase.* Barcelona, Editorial Crítica, 1979.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

RUBIM, Albino Canelas. *Movimentos sociais na Bahia e meios de comunicação na Bahia.* CEAS, nº61/1979.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo*. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

SADER, Emir (org.). *A transição no Brasil: da ditadura à democracia?* São Paulo, Atual, 1990.

_____. *Movimentos sociais na transição democrática.* São Paulo, Cortez, 1987.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico.* 21. ed. São Paulo, Cortez, 2000.SILVA, Edelzuita dos Anjos Silva e PEREIRA, Rosa Maria Viana. Revista Força de Trabalho e Emprego, Salvador, (8/9): 36-38, Set/Dez/86 e Jan/Abr/87.

Sindicato das Indústrias Petroquímicas e de Resinas Sintéticas (SINPER). *Perfil do trabalhador do Pólo Petroquímico.* Revista Força de Trabalho e Emprego, Salvador, (8/9): 36-38, Set/Dez/86 e Jan/Abr/87.

SOUZA, Amaury de. e LAMOUNIER, Bolívar. *Governo e sindicatos no Brasil: a perspectiva dos anos oitenta.* Dados. V.24, nº2, 1981.

SUAREZ, Marcus Alban. *Petroquímica e tecnoburocracia: capítulos do desenvolvimento capitalista no Brasil.* São Paulo, Hucitec, 1986.

VIANA Filho, Luiz. *Petroquímica e industrialização da Bahia (1967-1971).* Brasília, Senado Federal, Centro Gráfica, 1984.

WEFFORT, F. *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968*. In: Cadernos Cebrap, nº5, 1972.

FONTES

1. FONTES IMPRESSAS:

- PERIÓDICOS E DOCUMENTOS SINDICAIS:

- Boletim semanal Grave: 24/04/1984, 03/05/1984, 22/05/1984, 30/05/1984, 19/06/1984, 04/07/1984, 16/10/1984, 26/10/1984, 10/06/1985, 14/06/1985, 27/06/1985, julho/1985 (especial área plástica), 15/07/1985, 22/07/1985, 30/07/1985, 01/08/1985, 06/08/1985, 07/08/1985, 08/08/1985, 14/08/1985, Campanha Salarial sem data, 15/08/1985, 19/08/1985, 21/08/1985, 22/08/1985, 27/08/1985, 28/08/1985, 30/08/1985, 01/09/1985, 03/09/1985, 06/09/1985, 10/09/1985, 19/09/1985, 23/09/1985, 04/10/1985, 09/10/1985, 15/10/1985, 22/10/1985, 29/10/1985, 21/11/1985.

- Panfletos: Lugar de trabalhador é no sindicato (FOL0576); Passeata das mulheres dos trabalhadores químicos e petroquímicos (01/09/1985); Não somos terroristas! (01/09/1985); Apoio aos operários do Pólo Petroquímico (sem data); Alerta à população (09/08/1985); Nota ao povo de Salvador: paralisação no Pólo Petroquímico (sem data).

- Convenção Coletiva de Trabalho 1985/1986 – Indústrias químicas, farmacêuticas e de material plástico – Sindiquímica e Proquímicos (FOL0550).

- Fundo de Greve: o que é, para que serve, como participar (FOL0587).

- Sindicalize-se (FOL0235).

- Cartilha educativa: redução da jornada de trabalho (FOL0469).

- IV Congresso dos trabalhadores químicos e petroquímicos da Bahia – abril/1985.

- Confidencial: greve – como prevenir e desmobilizar (FOL0112).

- Confidencial: plano anti-greve (FOL0515).

- Ofício nº OPT/320/84

- Carta nº 002/84 (Sinper ao Sindiquímica).

- Ofício nº 14/84 (Sindiquímica ao Sinper).

- Ofício nº 68/85 (Sinper ao Sindiquímica).

- Ofício nº 001/85 (Sinper ao Sindiquímica).

- Ofício nº 086/85 (Sindiquímica ao Sinper).

- Relatório do Sinper das atividades inter-sindicais que expressam o relacionamento empresas-empregados das categorias das indústrias petroquímicas, químicas e de resinas sintéticas do Estado da Bahia.

- Carta da comissão de justiça e paz da arquidiocese de Salvador (1985).

- Carta da Ordem dos Advogados da Bahia (18/04/1985).

- JORNAIS:

- A Tarde: 10/08/1985, 11/08/1985, 18/08/1985, 21/08/1985, 22/08/1985, 24/08/1985, 25/08/1985, 27/08/1985, 28/08/1985, 29/08/1985, 30/08/1985, 31/08/1985, 01/09/1985, 02/09/1985,

03/09/1985, 06/09/1985, 07/09/1985, 08/09/1985, 10/09/1985, 11/09/1985, 12/09/1985, 16/09/1985, 17/09/1985.

- Tribuna da Bahia.
- Jornal da Bahia.

2. FONTES ORAIS

Entrevistas:

- João Carlos Dantas, dezembro de 2003.
- Edson da Silva Matos, dezembro de 2003.
- Mario Moraes Lima, dezembro de 2003.
- Élio José Pattacini, dezembro de 2003.
- Edson Paim de Oliveira, outubro de 2005.
- Elizeu Silva dos Reis, outubro de 2005.
- Erisvaldo Manoel de Santana, outubro de 2005.
- Neusa Maria dos Santos Souza, outubro de 2005.
- Harry dos Santos Leal, outubro de 2005.
- Hamilton Barreto dos Santo, outubro de 2005.
- Aleinaldo Batista Silva, outubro de 2005.
- Juilson Fernandes dos Santos, outubro de 2005.
- Dagoberto da Silva Lemos, outubro de 2005.
- Sonildo Cerqueira de Oliveira, outubro de 2005.
- Crisostómo, outubro de 2005.

3. OUTROS

- Fita K7 – Câmara Municipal, 30/08/1985.
- Fita VHS – Greve (1985), nº1.